

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**OS VERBOS INACUSATIVOS E A INVERSÃO DO SUJEITO
EM SENTENÇAS DECLARATIVAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Ivana Kátia de Souza Ferreira

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras, Linguística, da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Ana Maria Tramunt Ibaños

Porto Alegre/RS

2011

IVANA KÁTIA DE SOUZA FERREIRA

**OS VERBOS INACUSATIVOS E A INVERSÃO DO SUJEITO
EM SENTENÇAS DECLARATIVAS DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO**

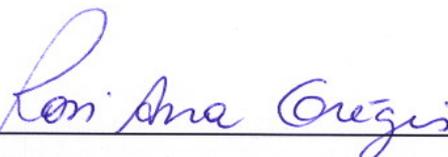
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 25 de janeiro de 2011

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dr. Ana Maria Tramunt Ibaños - PUCRS



Profa. Dr. Rosi Ana Gregis - FEEVALE



Profa. Dr. Jane Rita Caetano da Silveira- PUCRS

Para os meus dois maiores amigos,
maiores amores
e maiores incentivadores,
a minha mãe e o meu pai.

Obrigada, meu Poder Infinito, pela força e pela luz! Sempre!

Obrigada a todas as pessoas que, de muitas e de diferentes formas, me ajudaram a alcançar o meu grande objetivo de fazer o mestrado.

Obrigada ao Colégio de Aplicação da UFRGS, que me permitiu estudar afastada das minhas atividades de docência.

Obrigada a todos os meus afetos por torcerem por mim.

Obrigada, muito especial, a minha orientadora, a Professora Dra. Ana Maria Tramunt Ibaños, pela sua competência, pelo seu conhecimento, pela sua paz, pela sua atenção, pelo seu companheirismo.

Obrigada à Professora Dra. Rosi Ana Grégis, da FEEVALE, e à Professora Dra. Jane Rita Caetano da Silveira, da PUCRS, pelos seus olhares tão minuciosos e pelas suas contribuições tão valorosas ao meu trabalho.

Obrigada, meu Poder Infinito, por essa tão grande e tão especial conquista!

O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre.

O viajante volta já.

(José Saramago)

RESUMO

Este trabalho trata sobre os verbos inacusativos e a livre inversão do sujeito em sentenças declarativas do português brasileiro (PB). É um estudo, com base em revisão bibliográfica, à luz da Sintaxe Gerativa, sob a perspectiva da Teoria da Regência e da Ligação (TRL), proposta por Chomsky (1981), em conformidade com o modelo Princípios e Parâmetros. Primeiramente, é feito um apanhado de tópicos fundamentais (Léxico, Subcategorização Verbal, Teoria do Caso, Teoria Theta, Estrutura de Argumentos) para a TRL, bem como relacionados ao assunto a ser discutido. Após essa exposição, são apresentados os verbos inacusativos (monoargumentais) e as suas especificidades. É feita uma comparação entre os verbos inacusativos e os inergativos, tendo em vista serem ambos monoargumentais. Apesar disso, apresentam estruturas sintáticas completamente distintas. Suas estruturas-D mostram tais diferenças. Os inacusativos subcategorizam um *Determiner Phrase* (DP) complemento (posição de objeto). Os inergativos selecionam somente argumento externo. Quando ocorre a inversão do DP sujeito, este permanece em sua posição de base, dentro do V(erb)P(hrase). De acordo com autores relevantes (Pontes, 1986; Kato, 2000; Menuzzi, 2003) para este trabalho, os verbos inacusativos são compatíveis com a ordem V(erbo)S(ujeito) no PB. Nas sentenças VS com inacusativos, são verificadas duas possibilidades de concordância. Quando o verbo concorda com o DP sujeito pós-verbal ([*pro*] *Chegaram as visitas*), a concordância resulta da cadeia entre o DP sujeito pós-verbal e o expletivo nulo *pro* pré-verbal. Quando o verbo permanece na 3ª pessoa do singular ([*pro*] *Chegou as visitas*), a concordância é realizada com o expletivo nulo *pro* pré-verbal, que, de acordo com Mioto et al. (2007), é singular. A concordância com o expletivo pré-verbal é como no francês, por exemplo. Porém, no francês, o expletivo pré-verbal não é nulo, é lexical (*Il*).

Palavras-chave: Sintaxe Gerativa. Teoria da Regência e da Ligação. Português Brasileiro. Sentenças Declarativas. Verbos Inacusativos. Inversão do Sujeito. Concordância.

ABSTRACT

This academic work deals with the unaccusative verbs and the free inversion of the subject in declarative sentences in Brazilian Portuguese (BP). This study is based on a bibliographic review, in the light of the Generative Syntax, under the Government-Binding (GB) Theory. It is proposed by Chomsky (1981), in accordance with the Principles and Parameters model. Firstly, a summary of the fundamental topics (Lexicon, Verb Subcategorization, Case Theory, θ -Theory, Argument Structure) within the GB is made, not to mention that these topics are absolutely related to the main subject. Thereafter, the unaccusative verbs (monoargumental) and their particularity are presented. A comparison is made between the unaccusative and the inergative verbs. Although they are both monoargumental verbs, they have different syntactic structures from each other. Their D-structures show such differences. The unaccusative verbs subcategorize a Determiner Phrase (DP) complement (in the object place), while the inergative ones select an external argument. When the inversion of the DP subject occurs, it remains in its original position within the Verb Phrase (VP). According to relevant authors (Pontes, 1986; Kato, 2000; Menuzzi, 2003) to this work, the unaccusative verbs are compatible with the V(erb)S(ubject) order in BP. The occurrence of two kinds of agreement is verified in the sentences when the DP subject occupies the post-verbal position. When the verb agrees with the post-verbal DP subject ([*pro*] *Chegaram as visitas*), the agreement results from a chain between the post-verbal DP subject and the null expletive *pro*. When the verb remains in the 3rd person of singular ([*pro*] *Chegou as visitas*), it reveals that the agreement is with the pre-verbal null expletive *pro*, singular according to Miotto et al. (2007). The agreement with the pre-verbal expletive is likewise in French. However in French the pre-verbal expletive is not null; it is the lexical one *il*.

Keywords: Generative Syntax. Government-Binding Theory. Brazilian Portuguese. Declarative Sentences. Unaccusative Verbs. Inversion of the Subject. Agreement.

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

A	<i>Adjective</i> (adjetivo)
[±Agr]	[± <i>Agreement</i>] ([± Concordância])
AgrP	<i>Agreement Phrase</i> (sintagma de concordância)
[±anim.]	[± animado]
AP	<i>Adjectival Phrase</i> (sintagma adjetival)
C(omp)	<i>Complementizer</i> (complementizador)
CP	<i>Complementizer Phrase</i> (sintagma complementizador)
critério- θ	critério-theta
c-seleção	seleção categorial
cv	categoria vazia
D	<i>Determiner</i> (determinante)
DP	<i>Determiner Phrase</i> (sintagma determinante)
<i>e</i>	<i>empty</i> (vazio)
<i>ec</i>	<i>empty category</i> (categoria vazia)
EPP	<i>Extended Projection Principle</i> (Princípio de Projeção Estendida)
estrutura-A	estrutura de argumentos
estrutura-D	estrutura profunda (<i>D(eep)-structure</i>)
estrutura-S	estrutura de superfície (<i>S(urface)-structure</i>)
expl.	expletivo
expressões-R	expressões referenciais
FG	função gramatical
fr.	francês
GB	<i>Government and Binding Theory</i> (Teoria da Regência e da Ligação)
I(nfl)	<i>Inflectional</i> (flexional)
ing.	inglês
IP	<i>Inflectional Phrase</i> (sintagma flexional)
it.	italiano
[±K]	[±Caso]
LF	<i>Logical Form</i> (forma lógica)
N	<i>Noun</i> (nome)
NegP	<i>Negative Phrase</i> (sintagma de negação)
NP	<i>Noun Phrase</i> (sintagma nominal)
OD	objeto direto
OI	objeto indireto
OP	objeto preposicionado
P	<i>Preposition</i> (preposição)
papel- θ	papel-temático ou theta
p.comp.	<i>passé composé</i> (passado composto)
P&P	Princípios e Parâmetros
pers.sing.	<i>personne du singulier</i> (pessoa do singular)
pers.pl.	<i>personne du pluriel</i> (pessoa do plural)
posição-A	posição argumental
p.pl.	pessoa do plural
p.sing.	pessoa do singular
PB	português brasileiro
PE	português europeu

PF	<i>Phonetic Form</i> (forma fonética)
PP	<i>Prepositional Phrase</i> (sintagma preposicional)
pres.ind.	presente do indicativo
pret.perf.	pretérito perfeito
[±proem]	[±proeminente]
pro-drop	<i>pronoun-dropping</i> (queda do pronome)
S	<i>Sentence</i> (sentença)
Spec	<i>Specifier</i> (especificador)
s-seleção	seleção semântica
SV	sujeito + verbo
SVO	sujeito + verbo + objeto
[±T]	[± <i>Tense</i>] ([± Tempo])
TP	<i>Tense Phrase</i> (sintagma de tempo)
<i>t</i>	<i>trace</i> (traço)
UG	<i>Universal Grammar</i> (Gramática Universal)
V	<i>Verb</i> (verbo)
VOS	verbo + objeto + sujeito
VP	<i>Verb Phrase</i> (sintagma verbal)
VS	verbo + sujeito
VSO	verbo + sujeito + objeto
[±WH]	[±QU]
wh	qu
X	item lexical
X'	categoria lexical
XP	categoria sintagmática

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO, 12 - 15**

- 2 DO LÉXICO À SUBCATEGORIZAÇÃO, 16 - 44**
 - 2.1 LÉXICO, O PONTO DE PARTIDA, 16
 - 2.2 SUBCATEGORIZAÇÃO, 31
Subcategorização verbal, 35
 - 2.3 RESUMO, 43

- 3 DAS TEORIAS RELACIONADAS, 45 - 84**
 - 3.1 TEORIA DO CASO ABSTRATO (OU SIMPLEMENTE TEORIA DO CASO), 46
 - 3.1.1 Condições para atribuição de Caso e os marcadores Casuais, 51
 - 3.1.2 Casos nominativo e acusativo, 55
 - 3.1.2.1 Do nominativo, 55
 - 3.1.2.2 Do acusativo, 60
 - 3.2 TEORIA TEMÁTICA (OU TEORIA THETA (θ)), 64
 - 3.3 ESTRUTURA DE ARGUMENTOS (OU ESTRUTURA-A), 70
 - 3.4 RESUMO, 83

- 4 DOS VERBOS INACUSATIVOS E DA INVERSÃO DO SUJEITO, 85 - 127**
 - 4.1 INACUSATIVIDADE VERBAL, 85
 - 4.1.1 Verbos inacusativos, 96
 - 4.1.2 Verbos inacusativos e o Caso, 103
 - 4.1.3 Verbos inacusativos e o papel temático, 106
 - 4.1.4 Verbos inacusativos e a estrutura-A, 109
 - 4.2 INVERSÃO DO SUJEITO, 111
 - 4.2.1 Parâmetro *pro-drop*, 112
 - 4.2.2 Construções inacusativas impessoais, 116
 - 4.2.2.1 Da posição Spec de IP, 119

2.2.2.2 De algumas particularidades, *120*

4.2.2.3 Da concordância, *123*

4.3 RESUMO, *126*

5 CONCLUSÃO, *128 - 130*

REFERÊNCIAS, *131 - 136*

1 INTRODUÇÃO

The generative grammar of a particular language (where 'generative' means nothing more than 'explicit') is a theory that is concerned with the form and meaning of expressions of this language. (CHOMSKY, 1986, p. 3).

Este trabalho visa estudar a estrutura sintática de sentenças declarativas do português brasileiro (PB) em que ocorre o *Determiner Phrase* (DP)¹ sujeito posposto ao verbo inacusativo (ou ergativo). Realizaremos pesquisa bibliográfica sobre o referido assunto dentro da Sintaxe Gerativa. Para a descrição e a explicação desse fenômeno linguístico e de seus acarretamentos, utilizaremos o modelo *Princípios e Parâmetros* (P&P), que contempla não apenas o que há de comum entre as línguas mas, também, as diversidades sintáticas entre elas. Mais especificamente, dentro desse modelo, adotaremos a perspectiva da *Government-Binding* (GB) Theory (Teoria da Regência e da Ligação, TRL), proposta por Noam Chomsky (1981).

O presente estudo nos possibilitará evidenciar algumas propriedades linguísticas que são comuns a todas as línguas e outras que são comuns a uma parte delas. Uma das propriedades linguísticas universais é, por exemplo, a presença de elementos básicos, tais como *sujeito*, *verbo*, *objeto*, na composição das sentenças. Entretanto, a ordem padrão em que aparecem esses elementos na sentença pode variar de uma língua para a outra. São os parâmetros que dão conta de explicar as diferenças (ou as variações), como estas, percebidas entre as línguas. No que diz respeito ao parâmetro *ordem das palavras*, o português (cf. (1)), o inglês (cf. (2)), o italiano (cf. (3)), o francês (cf. (4)), o espanhol (cf. (5)), bem como outras línguas, apresentam o modelo padrão **SVO**, i.e., *sujeito + verbo + objeto*.

(1) [DP *sujeito* Edgar Allan Poe] **escreveu** [DP *objeto* histórias mórbidas e fantásticas].

(2) “[DP *sujeito* She] **had sent** [DP *objeto* her soul to search for him, and it had brought him back].”

(WILDE, 1992, p. 50)

‘Ela tinha enviado a sua alma para encontrá-lo, e ela o tinha trazido de volta.’

¹ Para fins deste trabalho, utilizamos DP por assumirmos o *Noun Phrase* (NP) como seu argumento.

- (3) “[DP *sujeito* I disturbi del comportamento alimentare] **colpiscono** [DP *objeto* 2-3 milioni di italiani, spesso adolescenti].”

(SIMONIELLO, 2010)

‘Os distúrbios de comportamento alimentar atingem 2-3 milhões de italianos, frequentemente adolescentes.’

- (4) “Ah! [DP *sujeito* Je] **vois** [CP *objeto* que Mme Hudson a eu la bonne idée d’allumer le feu]!”

(DOYLE, 2008, p. 74)

‘Ah! Eu vejo que a Mme Hudson teve a boa ideia de acender o fogo!’

- (5) “[...] [DP *sujeito* el recinto [el TAP, la antigua plaza de toros], con un diseño multiusos,] **acogerá** [DP *objeto* conciertos, actos tradicionales y festivos, y eventos deportivos, en general, ‘actos de ocio y cultura que proyecten la imagen del territorio]”²

‘[...] o lugar [a PAT, a antiga praça dos touros], com um desenho multiusos, acolherá concertos, atos tradicionais e festivos, eventos desportivos em geral, “atos de ócio e de cultura que projetem a imagem do território”’.

Outro modelo padrão, específico de outras línguas, é **SOV**, isto é, *sujeito + objeto + verbo*. Apresenta esse modelo o japonês (cf. (6)), por exemplo.

- (6) Watashi ha kuruma wo kaimashita.

(私は車を買いました。)

eu carro comprei

‘Eu comprei um carro.’

O fato de as línguas possuírem um *modelo padrão* de ordem de palavras não significa a sua rigidez para algumas delas [as línguas]. Isso quer dizer que, apesar da existência de um padrão, podemos verificar alterações nessa ordem, como *verbo + sujeito (+ objeto)*, *verbo +*

² Disponível em

http://www.elpais.com/articulo/espana/remodelada/plaza/toros/Tarragona/acogera/corridas/elpepucul/20100806elpepunac_11/Tes. Acesso em 06/08/10, às 18h01min.

objeto + sujeito e outras, para certas línguas. Os exemplos, a seguir, ilustram essa constatação.

- (7) “**Merece** [DP *objeto* destaque] [DP *sujeito* a participação de toda a equipe de professores e funcionários da escola, que não mediram esforços para organizar e trabalhar durante a festa].”
(jornal A Ponte³, julho/2010, p. 3)

- (8) “Esta noche, en el antiguo mercado de La Unión, sede actual del festival, **actuará** [DP *sujeito* Enrique Morente, uno de los referentes del flamenco actual] [...]”

(CASTELLANO G., El Pais, 2010)

‘Esta noite, no antigo mercado da União, sede atual do festival, atuará Enrique Morente, uma das referências do flamenco atual [...]’

- (9) “**Cresce** [DP *sujeito* il consumo domestico dei vini] nelle case italiane, [...]”

(La Repubblica.it, Casa & Design, 12/11/10)

‘Cresce o consumo doméstico dos vinhos nas casas italianas.’

Retomando a apresentação do trabalho, este estará dividido em capítulos e, dentro deles, em seções. A última seção, intitulada *Resumo*, comum a todos os capítulos, retomará as principais ideias apresentadas, facilitando e motivando a passagem para o estudo do capítulo seguinte.

O capítulo 2 abordará conceitos basilares dentro da GB para servir de suporte à compreensão do que se segue. Por isso, na primeira seção, trataremos do léxico, que, dentro da GB, assim como de outras teorias, é de grande relevância. Sem o abordarmos, não poderíamos falar de sentença, de estruturas-D e -S, de categorias lexicais, de categorias sintagmáticas (consequentemente, estrutura X-Barra), de objeto preposicionado e não-preposicionado etc., nomes esses diretamente relacionados ao contexto sintático. Na segunda seção, trataremos da subcategorização em geral e, especificamente, da subcategorização verbal, haja vista ser o verbo inacusativo (cap. 4) um dos tópicos de destaque neste estudo.

³ Jornal que circula em Nova Petrópolis, município do Rio Grande do Sul.

O capítulo 3 abordará algumas (sub)teorias dentro da GB, como a Teoria do Caso e a Teoria do Papel Temático. Essas teorias, assim como todas as que compõem a GB, revelam princípios, e também parâmetros, esclarecedores acerca do comportamento, das particularidades etc. das estruturas correspondentes às expressões linguísticas. Além disso, trataremos a estrutura argumental dos predicados (verbos), abrindo espaço para Teoria da Proeminência (Grimshaw, 1992).

Acreditamos que os estudos realizados nos capítulos 2 e 3, em conjunto, serão indispensáveis para a compreensão do que versará o capítulo 4. Nele, dividido em três seções, falaremos sobre a inacusatividade verbal e a inversão do sujeito relacionada à classe de verbos inacusativos. Em virtude de este trabalho focar a ordem **VS**, portanto ordem de palavras, faremos menção (embora não aprofundada) ao parâmetro que envolve justamente esse quesito, o parâmetro *pro-drop*.

Por último, a conclusão a respeito desse assunto, que fomentou estudos, reflexões, discussões, (in)certezas, inquietações, dúvidas...

2 DO LÉXICO À SUBCATEGORIZAÇÃO

Imaginemos um iceberg a nossa frente. Só aparece uma pontinha... Abaixo da pequena parte do que avistamos, bem abaixo, dentro do oceano, há uma base muito grande, muito forte, muito sólida, que dá sustentação àquilo que os nossos olhos veem, àquilo que mobiliza a nossa atenção. É por essa base que iniciaremos...

Este capítulo pretende apresentar conceitos basilares, sob a perspectiva (ver Chomsky 1981) da Teoria da Regência e da Ligação (*Government-Binding (GB) Theory*), que servirão de suporte na condução do estudo a que se propõe esta dissertação de mestrado. O capítulo dividir-se-á em três seções. Na primeira seção, 2.1, trataremos do léxico, de reconhecida importância para a sintaxe, da sua inserção em estruturas hierárquicas de constituintes, por meio de categorias sintagmáticas, dentro da sentença. A explicação e a descrição dessas estruturas são respaldadas pela Teoria X-Barra. Na segunda seção, 2.2, abordaremos o fenômeno da subcategorização, diretamente relacionado aos itens do léxico. Daremos maior ênfase à subcategorização verbal por razões óbvias, em “homenagem à participação especial” neste trabalho do verbo inacusativo. Na terceira seção, 2.3, apresentaremos o resumo do capítulo.

Consideramos os conceitos tratados neste capítulo primordiais para a ampliação dos estudos a que se propõem os capítulos seguintes.

2.1 LÉXICO, O PONTO DE PARTIDA

Segundo Raposo (1992), o **léxico** é de grande relevância para qualquer teoria gramatical. Compõe-se de **entradas lexicais**, que contêm informações de cada item pertencente ao léxico das línguas. Tais informações abrangem as propriedades fonológicas, semânticas e sintáticas de cada **item lexical**, incluindo, também, as suas características categoriais e as suas características contextuais.

(1) **Entrada lexical**

[representação fonológica]

informação categorial: $\pm N(\text{oun}), \pm V(\text{erb})$

quadro de subcategorização: <_____ ...>

[representação semântica]

O léxico abarca as regras de *formação de palavras* que caracterizam a classe dos itens lexicais e exprimem suas propriedades gerais (CHOMSKY, 1980). Os itens lexicais, componentes do léxico de uma língua, são classificados em **categorias lexicais** (cf. CHOMSKY, 1981; RAPOSO, 1992) ou categorias sintáticas (cf. HAEGEMAN, 1994), a saber, nome (N), verbo (V), adjetivo (A) e preposição (P).

A categoria lexical é, inclusive, uma das categorias presentes no **componente categorial**. Este faz parte do sistema de regras da gramática de uma língua, que serve de componente de base da sintaxe. Ao falarmos em gramática de uma língua, lembramos a definição de Chomsky (1980, p. 27) a respeito: “é um sistema de regras e princípios que geram uma classe infinita de sentenças dotadas de propriedades formais e semânticas”. Haegeman (1994, p. 5) diz resumidamente: “a gramática gera as sentenças de uma língua”.

Outro subcomponente do sistema de regras a servir de base é, então, o léxico, cujas informações definem a estrutura da sentença. De “posse” desses sistemas de regras, o falante nativo se torna capaz de entender e de produzir sentenças novas, adequando-as aos mais diversificados contextos. Tais regras de base originam a **estrutura-D**⁴ através da inserção dos itens lexicais nas estruturas geradas pelo componente categorial. O referido componente evidencia estruturas abstratas básicas da sentença por meio de regras de reescritura (CHOMSKY, 1980). Uma dessas regras diz respeito, por exemplo, à estrutura de uma sentença⁵ (S): um *Noun Phrase* (NP), seguido de um *Verb Phrase* (VP), ou seja, $S \rightarrow NP VP$.

⁴ *D-structure*, de acordo com Lasnik e Uriagereka (1988, p. 1-2), é o nível de representação das expressões linguísticas que atende às exigências da Teoria X-Barra, a saber: a) toda categoria é uma projeção de um núcleo lexical; e b) XP imediatamente domina X' que, por seu turno, domina X. Na estrutura-D, são definidas as relações gramaticais (as relações entre argumentos e núcleos). É o nível em que se observa a representação sintática das propriedades lexicais (subcategorização (cf. 2.2) e seleção semântica (cf. 3.2)) dos itens que compõem as expressões linguísticas. Por exemplo, um verbo transitivo terá de subcategorizar um complemento.

⁵ Com o desenvolvimento da Teoria X-Barra, a categoria frásica S ($S \rightarrow NP VP$) passou por modificações para melhor refletir a estrutura sintática da sentença. Então, ainda dentro da Teoria da Regência e da Ligação (*Government-Binding (GB) Theory*), a categoria S passou à categoria IP, i.e., *Inflectional Phrase*. Ainda neste capítulo, trataremos com mais vagar do porquê dessa alteração, bem como da inserção de novas categorias.



As regras da sintaxe, por sua vez, geram a **estrutura-S**⁶, através da regra Mover α ⁷, deixando *traces*⁸ (*t*, traços) coindexados com seus antecedentes, os constituintes movidos. Tal regra constitui o **componente transformacional** e pode ainda aparecer nos componentes *Phonetic Form*⁹ (PF) e *Logical Form*¹⁰ (LF). Chomsky (1981, p. 5) apresenta os subcomponentes do sistema de regras da gramática gerativa conforme (3).

- (3)
- (i) léxico
 - (ii) sintaxe
 - (a) componente categorial
 - (b) componente transformacional
 - (iii) PF
 - (iv) LF

O sistema de regras que constitui o conhecimento de uma língua é regulado por um sistema de princípios. Nesses sistemas, figuram a Teoria da Regência, a Teoria da Ligação, a Teoria do Caso, a Teoria Temática, cada uma com a sua estrutura abstrata. As teorias do Caso e Temática serão abordadas no capítulo 3.

Conforme Chomsky (1981), tanto o componente categorial quanto o léxico assumem papel de extrema relevância para a sintaxe, tendo em vista o Princípio da Projeção (ver (4)). O referido princípio garante que os itens lexicais, em todos os níveis de representação sintática, apareçam em configurações compatíveis com as suas propriedades lexicais.

⁶ *S-structure* é o nível de representação das expressões linguísticas derivado da estrutura-D, através da regra Mover α (BURZIO, 1986).

⁷ Conforme Miotto et al. (2007), a regra Mover α diz respeito a um mecanismo de movimento de constituintes, i.e., de deslocamento de sintagmas (*Noun Phrase, Verb Phrase, Prepositional Phrase, Complementizer Phrase* etc.) da posição de base (aquela originada na estrutura-D) para outras posições sintáticas da sentença.

⁸ Não há um *t* sem antecedente. Se o antecedente se tratar de um DP, o *t* apresentará estas características: [+Anáfora,-Pronominal]; se o antecedente for um *wh-*, o *t* apresentará as características [-Anáfora,-Pronominal].

⁹ Forma fonética, a que abarca as propriedades fonéticas das expressões linguísticas, bem como a sua estrutura silábica e prosódica (RAPOSO, 1998).

¹⁰ Forma lógica, a que abarca as propriedades de significação (“semânticas”) das expressões linguísticas, derivadas com base nas propriedades semânticas de seus itens lexicais, incluindo estrutura de argumento, papéis temáticos (θ); estrutura sujeito-predicado; foco e pressuposição; tema-remã; força modal (declarativa, interrogativa) etc. (RAPOSO, 1998). É a interface sintática com a semântica (LASNIK e URIAGEREKA, 2005). O nível da Forma Lógica deve, assim, satisfazer ao critério theta (θ), bem como às exigências de subcategorização. É o nível final da derivação sintática.

(4) **Princípio da Projeção**

Representações em cada nível sintático (i.e., LF, estruturas–D e –S) são projetadas a partir do léxico, observadas as propriedades de subcategorização dos itens lexicais. (CHOMSKY, 1981, p. 29).

Sendo o léxico o ponto de partida, é a ele, portanto, que recorremos para a produção de uma sentença. Aliás, o léxico, já antecipando, está diretamente envolvido no fenômeno da subcategorização, que desempenha papel decisivo na Teoria da Regência e da Ligação (*Government-Binding (GB) Theory*). Os itens do léxico, de acordo com suas características (ou propriedades) gerais, são agrupados, conforme já dito, em categorias lexicais. Estas estabelecem em que contexto um determinado item lexical pode estar inserido, i.e., como esses itens devem ser distribuídos dentro da estrutura da sentença. Os exemplos (5), no português brasileiro (PB); (6), no francês; (7), no espanhol; e (8), no italiano evidenciam a impossibilidade de substituir um item do léxico de uma determinada categoria lexical por outro item, mesmo sendo o seu correspondente, representante de outra categoria lexical. Os itens lexicais *alugaram*, *habite*, *ha imprimido* e *ha mangiato*, pertencentes à categoria lexical V, não podem ser substituídos pelos correspondentes *aluguel* (ver (5)), *habitation* (ver (6)), *impresión* (ver (7)) e *cibo* (ver (8)), pertencentes à categoria lexical N:

- (5) * Renan e Maitê *aluguel* (**em vez de *alugaram***) um apartamento de dois quartos em Nova Petrópolis.
- (6) * Pierre *habitation* (**em vez de *habite***) dans cette maison.
‘Pierre *moradia* (em vez de *mora*) nesta casa.’
- (7) *La escuela *impresión* (**em vez de *ha imprimido***) todos los pareceres de los alumnos.
‘A escola *impressão* (**em vez de *imprimiu***) todos os pareceres dos alunos.’
- (8) * Maria *cibo* (**em vez de *ha mangiato***) la mela.¹¹
‘Maria *comida* (em vez de *comeu*) a maçã.’

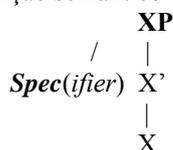
¹¹ Os exemplos de sentença do italiano, presentes neste trabalho, foram retirados de Polito (2007).

Mioto et al. (2007) salientam a capacidade de os membros das categorias lexicais selecionarem semanticamente (s-selecionarem) seus argumentos. Tal seleção tem de considerar a compatibilidade das propriedades semânticas dos itens lexicais em questão, sejam eles como complementos ou como especificadores¹² (Spec, de *specifier*). Então, nomes, verbos, adjetivos e preposições são capazes de s-selecionar seus argumentos nas mais variadas línguas, como observamos em (9) no PB, em (10) no francês, em (11) no inglês e em (12) no italiano, uma vez que esta é uma propriedade da linguagem humana.

- (9) Renan e Maitê alugaram um apartamento de dois quartos em Nova Petrópolis.
- (10) Alexandre a prêté sa voiture neuve à son fils de Paris.
‘Alexandre emprestou seu carro novo ao seu filho de Paris.’
- (11) The little boy ate a delicious piece of cake at school.
‘O menininho comeu um bolo delicioso na escola.’
- (12) Lui abusa della mia pazienza.
‘Ele abusa da minha paciência.’

De acordo com Chomsky (1988), falantes nativos de uma língua são munidos de um *dicionário* interno que contém as informações necessárias, i.e., as especificações categoriais, acerca das palavras da sua língua. Chamamos esse dicionário **léxico mental**. Essas informações os ajudam a fazer escolhas de que palavra, de uma determinada categoria lexical, os falantes necessitam para a formação de sentenças. O falante nativo, então, mesmo sem saber explicar o porquê de uma sentença ser considerada agramatical, como em (13), em (14), em (15) e em (16), é capaz de perceber a sua inadequação.

¹² É a posição ocupada por um constituinte dominado pela projeção máxima (XP) de um núcleo (X). A referida posição abriga, por exemplo, o sujeito da sentença (como Spec de IP, nominativo), uma expressão WH movida (como Spec de CP, função semântico-discursiva), o Agente (como Spec de VP) etc. Assim:

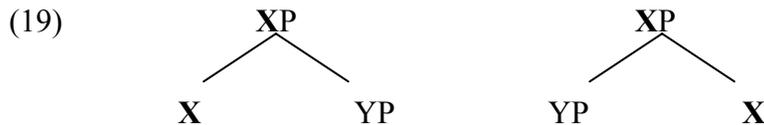


- (13) * Um Nova Petrópolis de quartos dois alugaram em Renan e Maitê apartamento.
- (14) * Sa voiture de Paris a prêté son fils neuve à Alexandre.
Seu carro de Paris emprestou seu filho novo a Alexandre.
- (15) * The boy little a cake of piece delicious school ate at.
O menino pequeno um bolo de pedaço delicioso escola comeu na.
- (16) * Mia della lui pazienza abusa.
Minha da ele paciência abusa.

A informação lexical determina, então, a estrutura da sentença (HAEGEMAN, 1994, p. 33). Os itens do léxico são constituintes extremos, organizados hierarquicamente em unidades maiores chamadas **sintagmas** (*Phrases*), tais como *Noun Phrase* (NP), *Verb Phrase* (VP), *Adjectival Phrase* (AP), *Prepositional Phrase* (PP) etc. O sintagma é formado de um constituinte ou de mais **constituintes**. De forma resumida, Napoli (1993) explica o sintagma como sendo um item de uma categoria específica (N, V, A, P etc.) que pode estar acompanhado de modificadores e de outros tipos de itens. O sintagma possui um núcleo, representado pelo seu elemento principal. Este designa o nome do sintagma. Se o núcleo for um V, será um VP; se for um N, um NP; se for um A, um AP; etc.

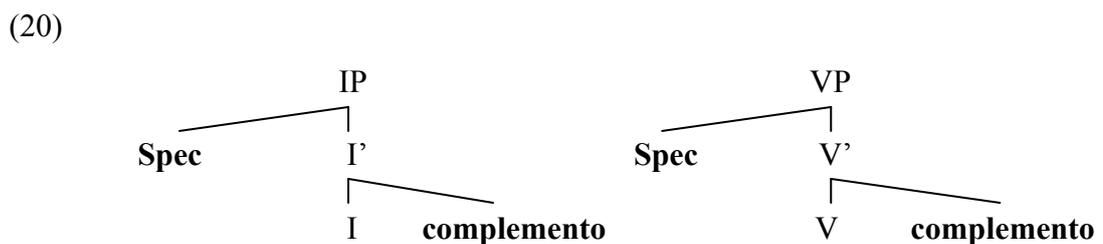
- (17) Exemplos de N:
- a. *cidade*
 - b. *vase*
 - c. *house*
 - d. *amici*
- (18) Exemplos de NP:
- a. *cidade* tranquila
 - b. *vase* bleu
 - c. big *house*
 - d. *amici* brasiliani

Conforme visto em (18c), nem sempre o item da categoria específica, aquele responsável por dar nome ao sintagma, é o primeiro elemento dentro do sintagma. Se observados os exemplos (18a, b, d), cujas línguas descendem do latim, evidenciamos que, nas línguas românicas, a posição ocupada pelos núcleos é, normalmente, a inicial. A posição dos núcleos tem a opção de ser inicial ou final:



Essa relação de extrema relevância que se estabelece entre os itens lexicais componentes da sentença vai além dos sintagmas. Há regras ditadas a eles dentro das sentenças pelas Teorias da Regência, dos Papéis Theta (θ), da Ligação, do Caso etc., baseadas em princípios com certas possibilidades de variação paramétrica (CHOMSKY, 1981). São subteorias ou subsistemas, de regras e de princípios, diretamente relacionados entre si. Essas subteorias em conjunto estão aptas a explicar muitas das propriedades específicas das línguas.

Dentro dos constituintes do sintagma, estabelecem-se relações direta ou indiretamente a partir do núcleo, que pode ser **lexical** ou **funcional**. Visualizados através da Teoria X-Barra¹³, ambos os núcleos estão habilitados a encabeçarem constituintes, podendo ocupar posição de complemento e de Spec, conforme representado em (20).



O **núcleo funcional** não seleciona semanticamente (não s-seleciona, portanto) argumentos. A relação estabelecida entre esse núcleo e o seu complemento é de c-seleção (c-

¹³ Subteoria da GB que explica e descreve a estrutura hierárquica dos constituintes da sentença, por meio de estruturas sintagmáticas. As estruturas sintáticas são, assim, projetadas a partir do léxico, de acordo com os princípios da teoria X-Barra (COWPER, 1992). Reflete as estruturas-D e -S, bem como a LF. Uma categoria sintagmática (XP) domina imediatamente uma categoria lexical ou funcional (X').

Exemplos:

IP	→	I'
NP	→	N'
VP	→	V'
PP	→	P'
etc.		

de categoria). Segundo Mioto et al. (2007), a categoria funcional é representada pelas seguintes categorias: o *Inflectional Phrase* (IP), o *Complementizer Phrase* (CP), o *Negative Phrase* (NegP) e o *Determiner Phrase* (DP)¹⁴. Tendo em vista o fato de as categorias funcionais não s-selecionarem mas, sim, c-selecionarem, o IP, por exemplo, c-seleciona um constituinte da categoria dos verbos [VP] como complemento. O I, núcleo de IP, informa se a sentença é finita ou infinitiva, através das informações [\pm *Tense*]¹⁵ e [\pm *Agreement*]¹⁶, doravante [\pm T, \pm Agr]. Núcleos funcionais têm função gramatical e podem-se apresentar como afixos em muitas línguas, como é o caso da flexão verbal observada no português (21), no italiano (22), no francês (23), no espanhol (24), entre outras.

(21) A mãe da noiva se emocionou durante a cerimônia de casamento.

(22) I cittadini amano a patria.

‘Os cidadãos amam a pátria.’

(23) Nous buvons à la santé de notre famille.

‘Nós bebemos à saúde de nossa família.’

(24) Mañana yo iré a tu casa.¹⁷

‘Amanhã, irei a tua casa.’

Neste momento do trabalho, antes de abordarmos os núcleos lexicais, entendemos que se torna imprescindível abrirmos espaço para justificarmos a presença das categorias funcionais. Tendo em vista atender ao esquema da Teoria X-Barra, cuja ênfase está na demonstração de princípios gerais da Gramática Universal (UG)¹⁸, em vez de particularidades de uma língua ou de uma regra específica (COOK e NEWSON, 1996), houve, por coerência

¹⁴ Sintagma Determinante. Para Mioto et al. (2007, p. 62), “a categoria lexical NP é dominada por uma categoria funcional DP de modo paralelo à categoria VP, que é dominada por IP”. Desta forma, o NP se torna argumento de D(et). Caso o NP não seja tratado como complemento de D, o determinante que acompanha o N dentro do NP ocupa a posição de Spec de NP.

¹⁵ Refere-se à flexão de modo e de tempo.

¹⁶ Refere-se à flexão de número e de pessoa.

¹⁷ Os exemplos de sentença do espanhol, presentes neste trabalho, foram retirados de Torrego (1999).

¹⁸ *Universal Grammar*. Chomsky (1980, p. 28) define a gramática universal (UG) como “o sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas, não por mero acaso, mas por necessidade [...] biológica, e não lógica”. A UG está presente no cérebro da criança como um sistema de princípios e de parâmetros (COOK e NEWSON, 1996).

com um princípio basilar dentro da referida teoria, a necessidade de criar categorias. O princípio ao qual nos referimos é este:

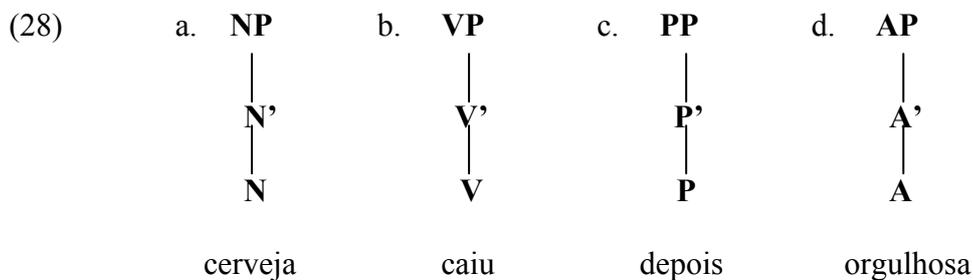
(25) **Princípio da Endocentricidade**

- (i) Uma categoria sintagmática XP tem obrigatoriamente um núcleo pertencente a uma categoria lexical principal;
- (ii) para uma dada categoria sintagmática XP, o núcleo pertence à categoria lexical correspondente X. (RAPOSO, 1992, p. 162).

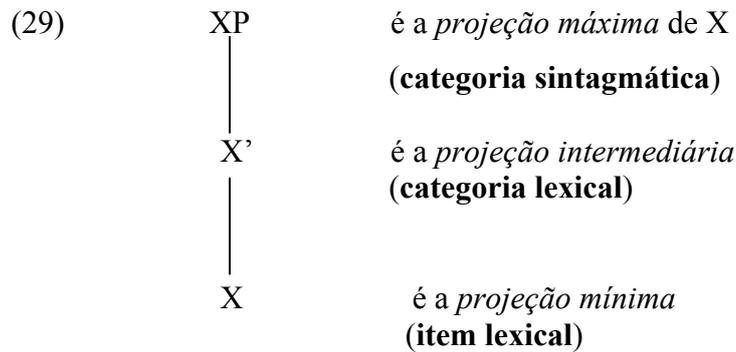
Para ilustrar o princípio da endocentricidade, trazemos os exemplos do português europeu, doravante PE, mostrados por Raposo (1992, p. 161):

- (26) a. O Manel bebeu [_{NP} a *cerveja* com uma casca de limão].
 b. A Maria [_{VP} *caiu* no chão].
 c. O João entrou [_{PP} *depois* dos pais].
 d. A Joana parece [_{AP} muito *orgulhosa* dos seus pais].
- (27) a. O Manel bebeu [_{NP} *cerveja*].
 b. A Maria [_{VP} *caiu*].
 c. O João entrou [_{PP} *depois*].
 d. A Joana parece [_{AP} *orgulhosa*].

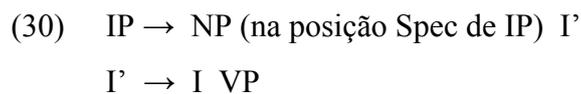
Tanto em (26) quanto em (27), o princípio se confirma. Em cada uma das sentenças, a categoria sintagmática (XP) ocorre com a categoria lexical (X). Assim:



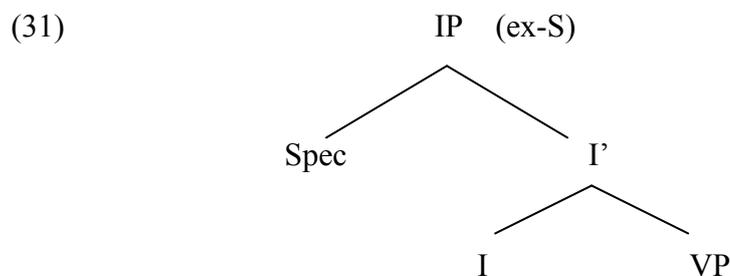
Em que:



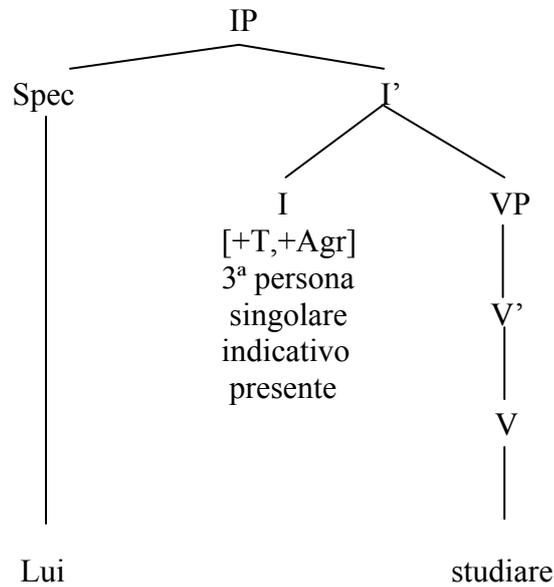
A **categoria funcional IP**, *Inflectional Phrase*, cujo núcleo funcional é I, toma o lugar da categoria S. A regra de reescritura para a sentença era $S \rightarrow NP \text{ Infl (Inflectional) VP}$, diferentemente das regras que reescreviam as demais categorias (NP, VP, PP, AP), cujas notações revelavam a sua natureza endocêntrica (por exemplo, $NP \rightarrow N$; $VP \rightarrow V$). A notação usada para S, cujo núcleo era I(nfl), mostrava que era uma categoria exocêntrica, indo de encontro ao princípio da endocentricidade (25). A projeção máxima, que era S, passa, então, a ser IP (*Inflectional Phrase*). O IP contém o I' (Infl') e o NP sujeito. Este, embora nasça dentro do VP, como argumento externo do verbo, sobe à posição de especificador (Spec) de IP. Esse movimento é motivado para fins de checagem dos traços. O I' (Infl'), por sua vez, contém o I e o VP. Este se torna o complemento de I. A nova configuração passa, então, a ser esta:



Representando através de árvore a configuração (30), temos (31) e (32):



- (32) Lui studia.
‘Ele estuda.’



- (33) Mais exemplos de IP:

a. [IP [Spec DP A [NP família [PP de [NP José]]]] [I' [VP mora [PP em [DP uma [NP cidade [AP tranquila]]]]]]].

b. [IP [Spec DP e [NP Adèle]] [I' [VP a posé [DP le [NP vase [AP bleu]]] [PP sur [DP la [NP table [AP ronde]]]]]]].

‘Adèle colocou o vaso azul sobre a mesa redonda.’

c. [IP [Spec DP e [NP Ray and Sophia]] [I' [VP bought [DP a [NP [AP big] house]]] [PP in [DP e [NP Beverly Hills]]]]].

‘Ray e Sophia compraram uma casa grande em Beverly Hills.’

d. [IP [Spec DP e [NP Laura e Lucia]] [I' [VP hanno passeggiato [PP con [DP gli [NP amici [AP brasiliani]]]]]]].

‘Laura e Lucia passearam com os amigos brasileiros.’

A **categoria C(omp)P**, *Complementizer Phrase*, toma o lugar da categoria S', cuja regra de reescritura usava a seguinte notação: S' → Comp S. O núcleo de S' era, então, Comp. Os verbos que subcategorizam (i.e., selecionam como complemento) orações

subordinadas necessitam da categoria CP. Essa categoria “abriga” o complementizador que introduz a oração subordinada, a saber, *se* e *que* no português e os seus equivalentes nas outras línguas. O complementizador terá o valor $[\pm\text{WH}]^{19}$. Vejamos alguns exemplos no PE, em (34), e no inglês, em (35):

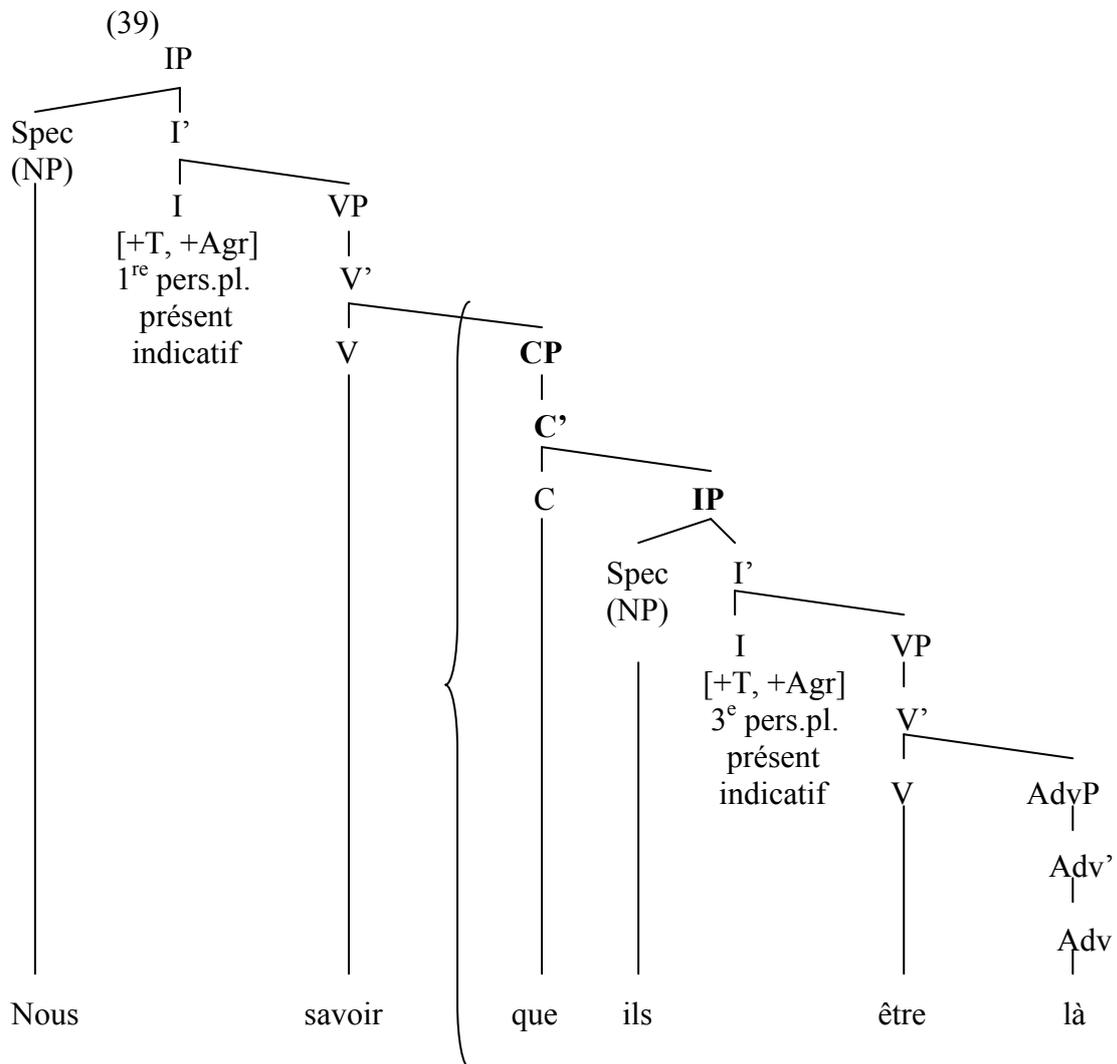
- (34) a. Ele perguntou $[\text{CP} [\text{C}' [+_{\text{WH}} \text{se}]] [\text{IP} \text{ a Maria vinha jantar}]]$.
- b. * Ele perguntou $[\text{CP} [\text{C}' [-_{\text{WH}} \text{que}]] [\text{IP} \text{ a Maria vinha jantar}]]$.
(exemplos extraídos de RAPOSO, 1992, p. 195)
- (35) a. He says $[\text{CP} [\text{C}' [+_{\text{WH}} \text{that}]] [\text{IP} \text{ his wife is a good cook}]]$.
'Ele diz que sua mulher é boa cozinheira.'
- b. They asked $[\text{CP} [\text{C}' [+_{\text{WH}} \text{if}]] [\text{IP} \text{ the door was closed}]]$.
'Eles perguntaram se a porta estava fechada.'

Conforme (34) e (35), o complemento de C(omp) é IP. Em português, bem como em outras línguas, um complementizador com realização fonética na posição Comp define a flexão (Infl) do verbo; nesse caso, finita (RAPOSO, 1992). Em francês, o verbo da oração subordinada aparece no tempo presente do modo subjuntivo em (36); e no tempo presente do modo indicativo em (37).

- (36) Elle craint **qu'**il ne **viene** plus.
Elle craint $[\text{CP} [\text{C}' [+_{\text{WH}} \text{que}]] [\text{IP} \text{ il ne vienne plus}]]$.
'Ela teme que ele não venha mais.'
- (37) Nous savons **qu'**ils **sont** là.
Nous savons $[\text{CP} [\text{C}' [+_{\text{WH}} \text{que}]] [\text{IP} \text{ ils sont là}]]$.
'Nós sabemos que eles estão lá.'

¹⁹ $[\pm\text{QU}]$ que, quando, onde, como, por que, quantos etc.

Retomemos o exemplo (37) em (39):



Entretanto, um complementizador sem realização fonética (= *empty* (*e*)) na posição Comp também define a flexão do verbo; nesse caso, não-finita (RAPOSO, 1992). O exemplo (40a), no PE, retirado de Raposo (1992, p. 196), ilustra tal configuração.

(40) a. Eu penso [_{C'} [_C *e*] [_{IP} **ter** passado exame]].
'Eu penso ter passado no exame.'

b. * Eu penso [_{C'} [_C *e*] [_{IP} ele passou o exame]].

Quanto à categoria funcional **NegP**, *Negative Phrase*, cujo núcleo funcional é a partícula **não**, como aparece no exemplo em francês em (36), esta é complemento de IP. No

Programa Minimalista²⁰, em que ocorrem modificações para adequação aos propósitos do referido Programa, NegP não se une mais ao IP. O IP, que, dentro da GB, abarcava tanto Tense [$\pm T$] quanto Agreement [$\pm Agr$], deixa de existir, dando lugar a duas outras categorias, *Agreement Phrase* (AgrP) e *Tense Phrase* (TP), tendo em vista o nosso objeto de estudo, mote deste trabalho, não estar sendo analisado sob a óptica do Programa Minimalista, não nos deteremos em aprofundar questões relativas ao Programa.

O **núcleo lexical**, por seu turno, ao contrário do funcional, pode selecionar semanticamente (s-selecionar) seus argumentos. De acordo com Miotto et al. (2007), os núcleos lexicais são compatíveis com as categorias lexicais que representam. Tais categorias são definidas pela combinação de dois traços distintivos: nominal [$\pm N$] e verbal [$\pm V$]. Eis os traços distintivos das categorias lexicais mais importantes (WEBELHUTH, 1995, p. 30; CHOMSKY, 1990, p. 2):

- (41)
- | | | |
|---------------|---|----------|
| a. Nome | = | [+N, -V] |
| b. Verbo | = | [-N, +V] |
| c. Adjetivo | = | [+N, +V] |
| d. Preposição | = | [-N, -V] |

Observamos em (41d) que a preposição não tem traços nominais de gênero e de número, nem traços verbais de tempo, de modo e de pessoa, mostrando-se diferente das demais categorias lexicais. Trata-se de uma categoria fechada, i.e., para a qual não são criados novos itens lexicais. Além disso, ao contrário das categorias Nome, Verbo e Adjetivo, cujos radicais servem a mais de uma categoria, a Preposição não possui radicais comuns a nenhuma outra.

Após essa exposição, acerca, especificamente, das categorias, verificamos que não são apenas as lexicais que têm lugar de destaque dentro da estrutura X-Barra, mas, igualmente, as funcionais. Ambas, salvaguardadas as suas características, estão a serviço de uma teoria capaz de demonstrar e de explicar os princípios gerais da UG, ou seja, o que é comum a todas as línguas humanas.

²⁰ Raposo (1998, p. 1) diz o seguinte acerca do Programa Minimalista: “[...] não substituí o modelo P&P [Princípios e Parâmetros]. Pelo contrário, o PM [Programa Minimalista] assenta crucialmente no modelo P&P, e parte dele para propôr algumas questões novas que não poderiam, na realidade, ser concebidas fora desse modelo. De certa maneira, o PM é um conjunto de ‘orientações’ guiadas pela ideia intuitiva de evitar a postulação de entidades teóricas que não sejam conceptualmente necessárias dentro da lógica da teoria”.

Encerrada a primeira seção deste capítulo, trataremos, a seguir, da possibilidade, ou da obrigatoriedade, de as categorias lexicais selecionarem categorialmente seus complementos.

2.2 SUBCATEGORIZAÇÃO

A subcategorização, que se revela mais um princípio da UG, é um conceito menos amplo que seleção, pois se aplica apenas à relação que o núcleo estabelece com o seu complemento. É o resultado da seleção categorial (c-seleção, doravante), realizada pelas categorias lexicais, de complementos, i.e., de constituintes de categorias específicas. Por isso, dizemos que o termo *subcategorização* remete-se apenas a complementos. A subcategorização evidencia uma relação estritamente local entre as categorias lexicais e os seus complementos subcategorizados. Por essa razão, dizemos que subcategorização e regência²¹ estão intimamente relacionadas.

(42) **Princípio da Subcategorização**²²

Um constituinte é subcategorizado por um X se e somente se é imediatamente dominado por XP que domina imediatamente esse X (i.e., se e somente se é irmão de X). (Adaptação feita a partir do Princípio de Subcategorização Verbal (ver (52))).

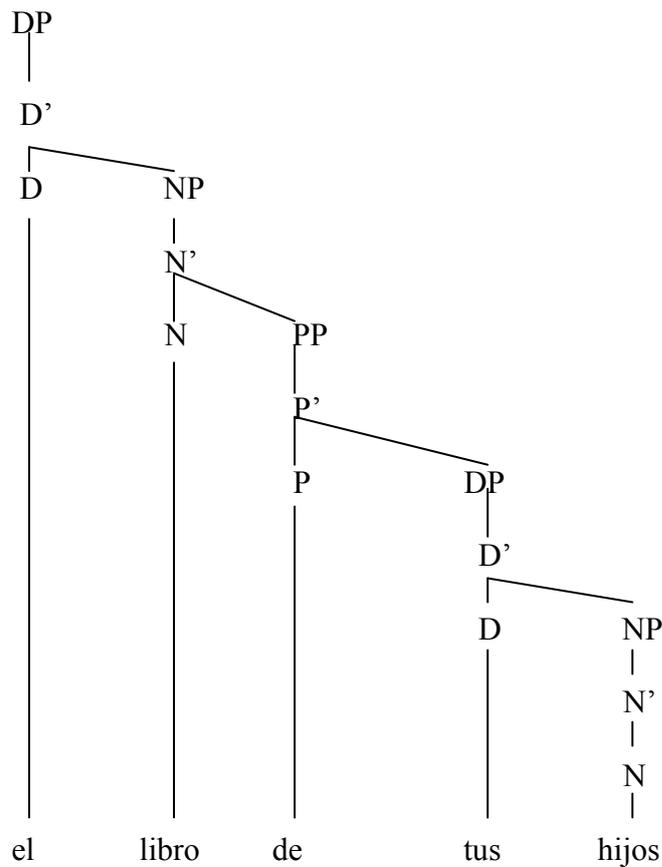
O exemplo (43) em espanhol, cuja estrutura sintática está representada em (44), ilustrará o referido princípio.

- (43) El libro de tus hijos.
‘O livro dos teus filhos.’

²¹ Conforme A. Silva (2008), regência é a relação *local* estabelecida entre um núcleo X⁰ (pertencente às classes N (*noun*), V (*verb*), A (*adjective*), P (*preposition*), Infl/[+Agr]) e as categorias contidas dentro de uma projeção máxima de XP, definida pelo seu núcleo, de acordo com os termos da Teoria X-Barra. A referida autora utiliza X⁰ para o que, neste trabalho, tratamos de X.

²² Embora o princípio da subcategorização receba evidente destaque dentro da GB, Lasnik e Uriagereka (1988) questionam se o quadro de subcategorização de cada item lexical não pode ser substituído por suas entradas temáticas. Sabemos que essa discussão, acerca da relevância das informações semânticas (temáticas) em detrimento das informações sintáticas (de subcategorização), está em pauta no Programa Minimalista, de Chomsky (LASNIK e URIAGEREKA, 2005), haja vista um dos princípios do Programa, o da não-redundância, i.e., o da economia.

(44)



Por meio da representação em árvore de (44), observamos as subcategorizações. Com isso, também percebemos a natureza hierárquica das estruturas sintáticas.

Então, conforme explicitado em (44), através da estrutura X-Barra, o DP *el* subcategoriza o NP *libro*, que, por sua vez, subcategoriza o PP *de*; este subcategoriza o DP *tus*, que subcategoriza o NP *hijos*.

Quaisquer categorias lexicais podem subcategorizar complementos; portanto, dentro das categorias lexicais, não são apenas os verbos que apresentam um “quadro de subcategorização”, a que se refere Raposo (1992). É como se cada item lexical, salvaguardadas as características da categoria lexical a que pertence, possuísse um “quadro” de possíveis complementos. No caso da subcategorização, o que interessa é a categoria a ser escolhida para complemento, não as suas propriedades semânticas. Ratificando, a subcategorização diz respeito somente ao complemento, à ideia de seleção categorial (c-seleção).

Preposições, por exemplo, subcategorizam obrigatoriamente um constituinte de categoria NP ou de categoria CP ou IP:

- (45) a. Os pais montaram um consultório odontológico *para* [DP a filha].
 b. Os pais montaram um consultório odontológico *para* [IP a filha trabalhar].
 c. Os pais montaram um consultório odontológico *para* [CP que a filha trabalhasse].

Sobre os adjetivos, Raposo (1992, p. 95) afirma que a maioria deles “(alto, gordo, esfomeado etc.)” não subcategoriza complementos. Alguns deles subcategorizam facultativamente um constituinte de categoria PP ou de categoria CP:

- (46) a. Maitê sempre foi *orgulhosa* [PP com o filho astronauta].
 b. A família está *esperançosa* (de) [CP que o marido militar consiga transferência logo].

Nomes, por sua vez, também podem subcategorizar complementos. Quando o nome deriva de um verbo, os complementos subcategorizados por esse nome correspondem àqueles subcategorizados pelo verbo:

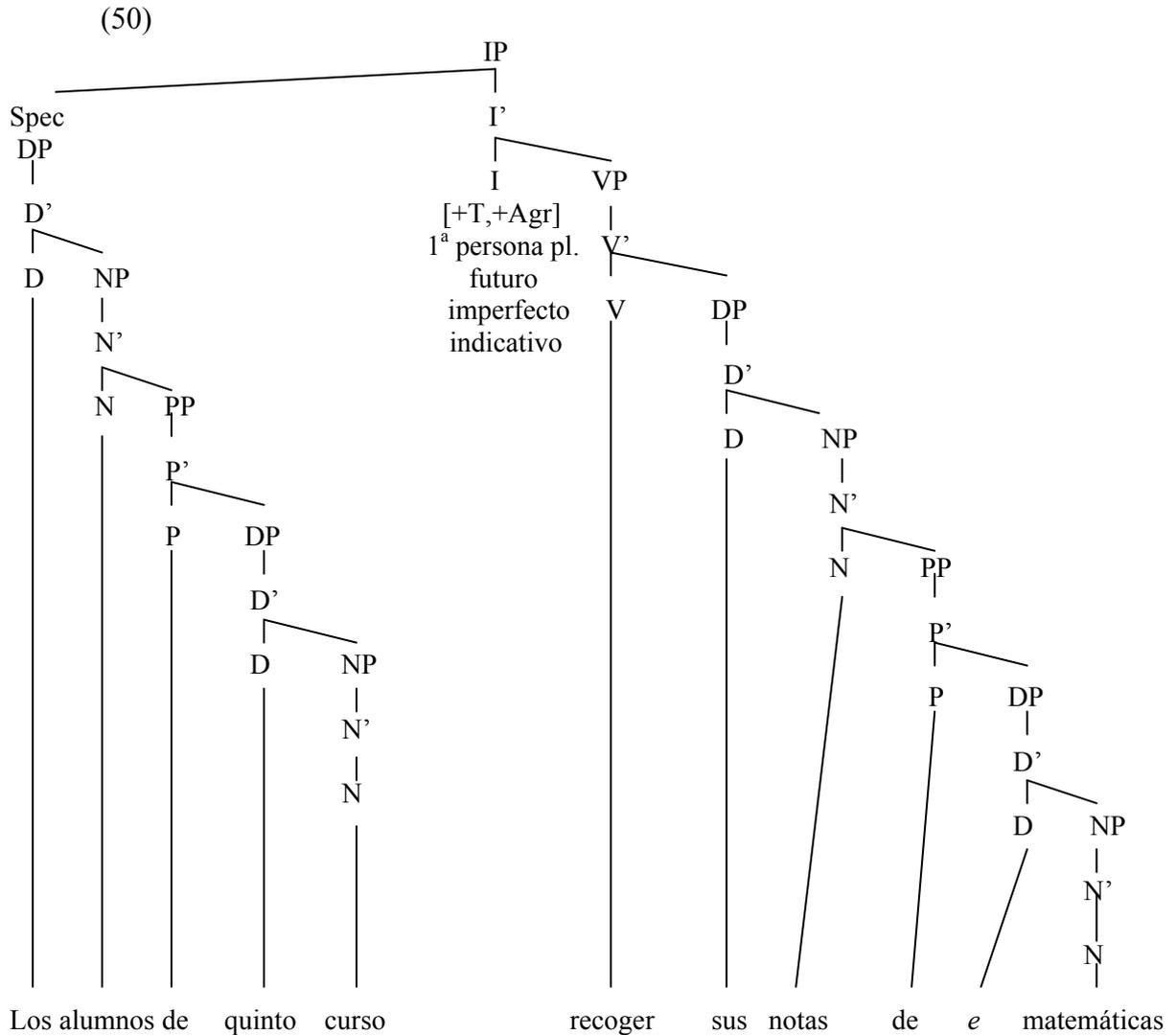
- (47) a. A *divulgação* das notas aos aprovados no concurso público para o Tribunal de Justiça saiu via internet.
 b. O Tribunal de Justiça do RS *divulgou* via internet as notas aos aprovados.
- (48) a. “[...] our understanding of the restrictions on passive Subjects is incomplete [...]”. (NAPOLI, 1993, p. 98).
 ‘[...] nosso entendimento das restrições aos sujeitos das passivas é incompleto [...]’
 b. We understand the restrictions on passive Subjects incompletely.
 ‘Nós não entendemos as restrições aos sujeitos das passivas completamente.’

Dizemos que a subcategorização é um fenômeno local, tendo em vista o fato de ocorrer no interior de um **XP** (seja este **X** um V, um N, um P ou um A). O núcleo lexical X é o responsável por selecionar os complementos de que necessita e por regê-los. Ilustraremos o recém-dito através do exemplo (49), que se repete em (50).

(49) Los alumnos de quinto curso recogerán sus notas de matemáticas.

[_{IP} [_{Spec DP} LOS [_{NP} alumnos [_{PP} de [_{DP} quinto [_{NP} curso]]]]] [_{I'} [_{VP} recogerán [_{DP} sus [_{NP} notas [_{PP} de [_{DP} e [_{NP} matemáticas]]]]]]].

‘Os alunos do quinto ano retirariam suas notas de Matemática.’



Tomemos apenas o Spec de IP do exemplo dado em (49). Por meio da representação em árvore da referida sentença (ver (50)), em termos de regência, diremos que, segundo A. Silva (cf. nota 21), o núcleo D(et) *los* rege as categorias que estão dentro da categoria máxima DP.

Contemplaremos, a seguir, exclusivamente, a subcategorização verbal, tendo em vista a sua relação com um dos focos principais deste trabalho.

– Subcategorização verbal

No caso específico da subcategorização verbal, abordagem relevante para este trabalho, o núcleo lexical do **VP**, o **V**, pode ou não c-selecionar complemento(s). Reiteramos que estamos falando de **complementos** não de adjuntos. Tais complementos são os constituintes que co-ocorrem com o V dentro do VP. A c-seleção resulta em uma relação de dependência entre o verbo e o seu complemento. A composição categorial do VP depende de que verbo é o seu núcleo, i.e., o verbo é que define a categoria sintagmática do(s) constituinte(s) com o(s) qual(ais) pode ou não ocorrer dentro do VP.

- (51) a. gostar: verbo, transitivo
 b. comprar: verbo, transitivo
 c. pôr: verbo, bitransitivo
 d. rir: verbo, intransitivo

De acordo com (42), para o princípio da subcategorização verbal, temos:

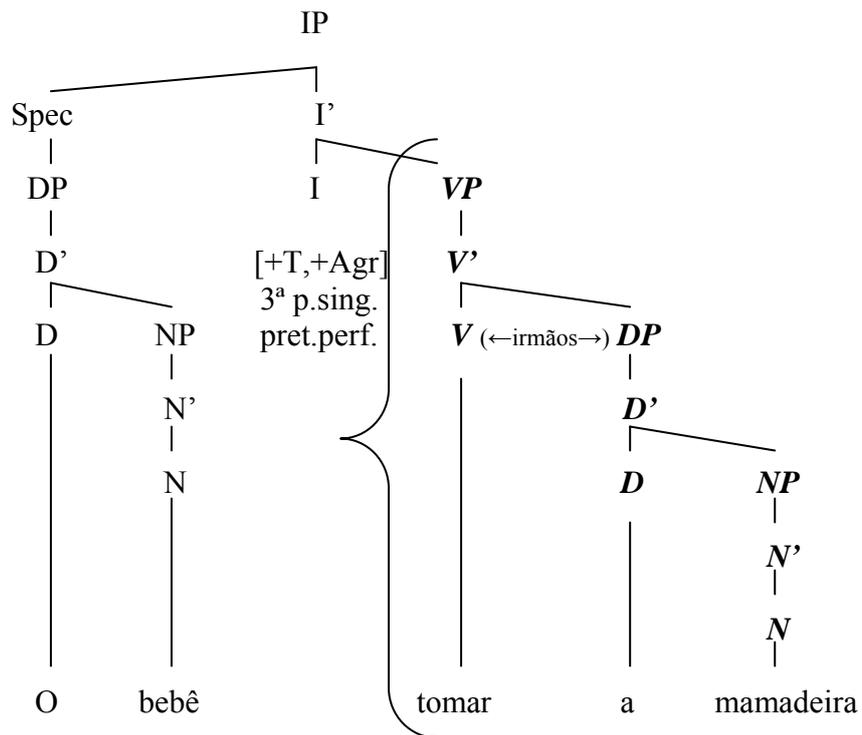
(52) **Princípio da Subcategorização Verbal**

Um constituinte é subcategorizado por um V se e somente se é imediatamente dominado por VP que domina imediatamente esse V (i.e., se e somente se é irmão de V). (RAPOSO, 1992, p. 95).

Ilustrando o princípio (52), mostramos, então, (53) e (54):

- (53) a. O bebê tomou a mamadeira.
 [IP [Spec DP O [NP bebê]] [I [VP tomou [DP a [NP mamadeira]]]]].

b.



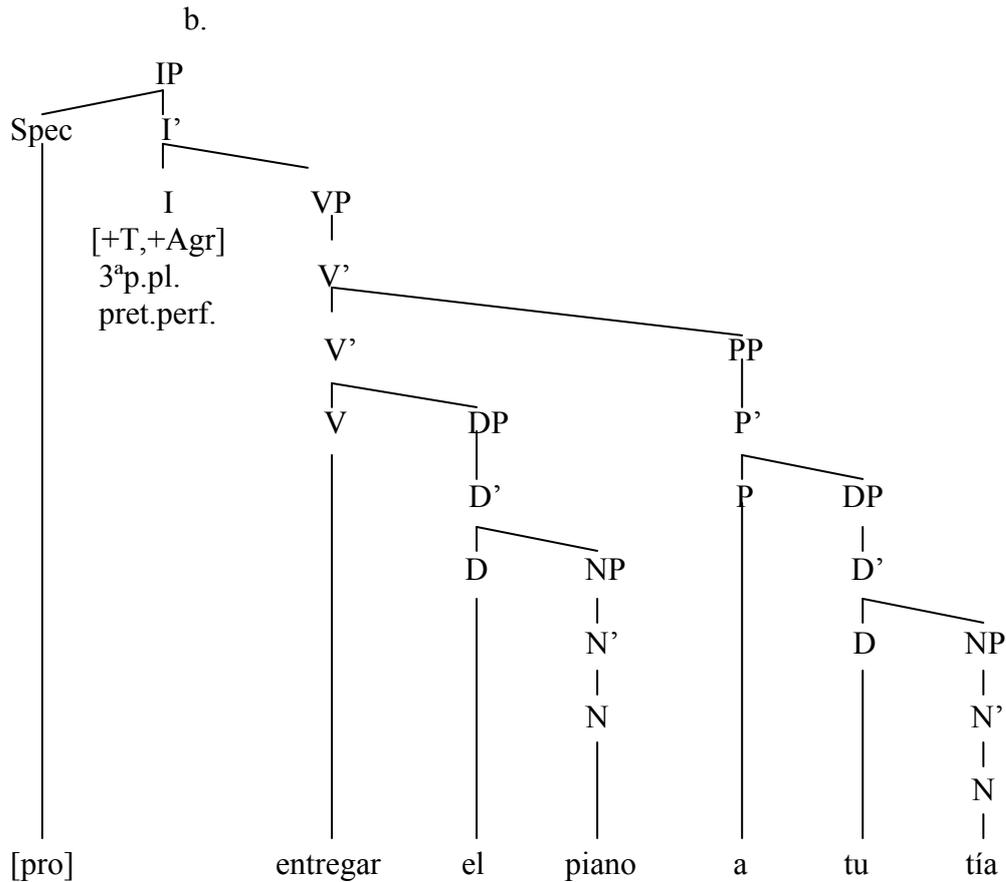
De acordo com (53), o V estabelece uma *relação de irmandade* com o seu complemento, o DP. O verbo *tomar*, no sentido de beber, subcategoriza um complemento de categoria DP.

(54) a. Entregaron el piano a tu tía.

[_{IP} [_{Spec} *pro*²³] [_{I'} [_{VP} entregaron [_{DP} el [_{NP} piano]] [_{PP} a [_{DP} tu [_{NP} tía]]]]].

‘Entregaram o piano para a tua tia.’

²³ Sujeito nulo (cf. parâmetro *pro-drop*, 4.2.1).



Com base no conceito de subcategorização verbal, afirmamos que os verbos apresentam comportamentos diferentes, no sentido de fazerem ou não exigências de constituintes específicos, seus complementos, dentro do VP.

Há verbos que subcategorizam obrigatoriamente um DP e facultativamente (representado por parênteses) um PP com uma preposição locativa:

- (55) ___ DP (PP)
Comprei [DP e [NP shows novos]] ([PP na Livraria Cultura]).

Há outros que subcategorizam obrigatoriamente um DP e um PP com preposição locativa:

- (56) ___ DP PP
Ele pôs [DP as chaves] [PP no mesmo chaveiro].

Outros verbos subcategorizam unicamente complementos preposicionados PP:

- (57) ___ PP
O moço de calça saint-tropez gostou [PP dos elogios recebidos].

Há, ainda, aqueles verbos que não subcategorizam nenhum tipo de complemento, i.e., apresentam um quadro de subcategorização nulo:

- (58) ___ Ø
O nenê espirrou!

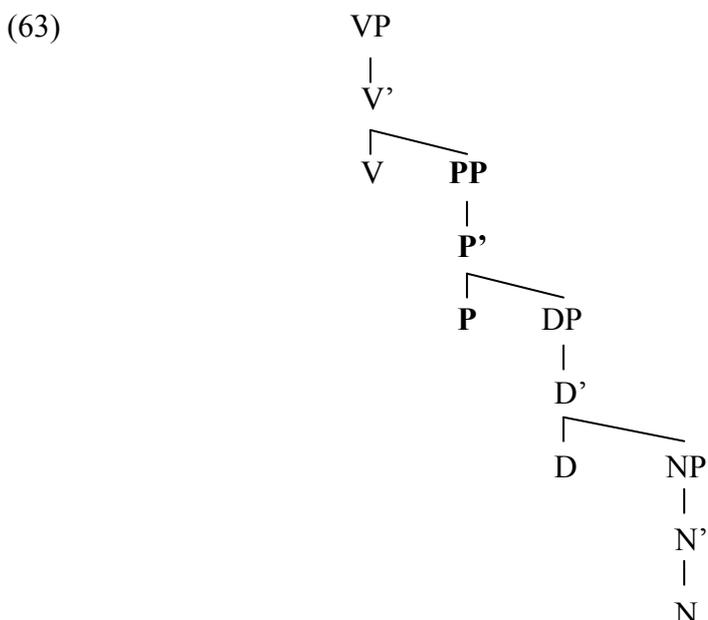
Haegeman (1994) menciona a visão da gramática tradicional²⁴, que classifica os verbos em *transitivos*, em *bitransitivos* e em *intransitivos*. Os transitivos necessitam de um DP (objeto direto); os bitransitivos, de um DP (objeto direto) e de um PP (objeto indireto); e os intransitivos não necessitam de complemento. De acordo com a UG, falantes nativos de quaisquer línguas têm conhecimento interno do princípio da subcategorização, na medida em que fazem escolhas adequadas dos itens lexicais, levadas em conta as suas categorias lexicais, necessários para as sentenças que produzem. Em outras palavras, é do conhecimento lexical dos falantes nativos, ao optarem por um ou outro verbo, explicitar o complemento requerido (se requerido), seja ele um DP (ver (59)), um PP (ver (60)), um CP (ver (61)) ou um IP (ver (62)).

- (59) A menina de maiô floreado rapidamente lançou [DP a bola].
- (60) Ele precisava [PP de mais dois baldes de água] (*para terminar o seu castelo de areia*).
- (61) Os pais sabiam [CP que [IP os filhos adoravam a praia]].
- (62) A mãe mandou [IP as crianças recolherem os baldes e as forminhas].

²⁴ Observemos o posicionamento da gramática tradicional acerca dos verbos *intransitivos*. Adiante, no capítulo 4, veremos o que a GB tem a nos dizer sobre eles.

Napoli (1993) classifica os verbos em *transitivos* e *intransitivos*. Transitivos são os verbos que necessitam de objeto direto (doravante OD); intransitivos são os verbos que, por sua vez, não necessitam de OD. Sobre o objeto direto, Napoli (1993, p. 99) diz que “é o NP ou a S (oração) que segue imediatamente o V dentro de uma oração”²⁵. Além disso, afirma que o OD é uma das entidades envolvidas na ação do verbo, sem chegar a ser um modificador dela. É a subcategorização do verbo que irá definir a função gramatical de seu complemento, se dele necessitar, objeto direto, por exemplo.

Napoli faz, ainda, referência a uma outra função gramatical, o objeto preposicionado (doravante OP), quando o verbo da sentença subcategoriza um PP. Explica o objeto preposicionado salientando a presença do constituinte NP dentro de PP. Como, neste trabalho, consideramos NP dentro de DP, representamos assim:



(64) A equipe de avaliadores [_{VP} [_{V'} [_V *discutiu*] [_{PP} [_{P'} [_P **sobre**] [_{DP} [_{D'} [_D o] [_{NP} [_{N'} [N tema] [_{PP} da redação]]]]]]]]]]²⁶.

O exemplo (64), no PB, ilustra a estrutura sintática evidenciada em (63). Há um P (*sobre*) entre o V (*discutiu*) e o DP (*o tema da redação*). Não podemos dizer que esse DP é o

²⁵ “[...] *the DO is the NP or S (clause) that immediately follows the V within a clause [...]*” (NAPOLI, 1993, p. 99).

²⁶ O verbo discutir no PB (cf. LUFT, 1996, p. 214-15) não subcategoriza obrigatoriamente um PP; pode, também, subcategorizar um DP:

A equipe de avaliadores *discutiu o tema da redação*.

A equipe de avaliadores [_{VP} [_{V'} [_V *discutiu*] [_{DP} [_{D'} [_D o] [_{NP} [_{N'} [N tema] [_{PP} da redação]]]]]]]]].

objeto direto de V porque constatamos a presença de uma preposição entre eles. Juntos, o P e o DP formam um PP. Nesse caso, o referido DP é o objeto de P e não de V. Para um DP ser um objeto direto, tem de ser objeto de V, i.e., não pode haver uma preposição separando-os. No caso de (64), aquele PP, subcategorizado pelo verbo *discutir*, é um objeto indireto (OI).

Há, no entanto, uma noção generalizada, por vezes, equivocada, de que DPs introduzidos por preposição sejam OIs sempre. Lembramos que OD e OI, que são cuidadosamente selecionados pelo verbo com os quais ocorrem dentro do VP, são funções gramaticais intimamente relacionadas ao verbo. São complementos do verbo. Tendo em vista o fato de que nem todo DP (NP, assim referido por Napoli, 1993) objeto preposicionado é um OI, a autora estabelece a diferença entre os dois, o *objeto indireto* e o *objeto preposicionado*. Disso podemos depreender que um DP complemento de P pode ser apenas um OP e não, necessariamente, um OI.

(65) Exemplo de OI:

a. O homem recém-empregado enviou flores [PP *para a mulher*].

b. Di un beso [PP *a Jaime*].

‘Dei um beijo no Jaime.’

c. Let’s bake a cake [PP *for your sister*].

‘Vamos preparar um bolo para a tua irmã.’

(66) Exemplo de OP:

a. O jovem libanês estudou a língua portuguesa [PP *por meses a fio*].

b. L’enfant a acheté un jouet [PP *avec sa maman*].

‘A criança comprou um brinquedo com a sua mãe.’

c. È nato [PP *a Roma*].

‘Nasceu em Roma.’

Expressões locativas, temporais, causais e modais, que desempenham função de advérbio, podem, também, ser introduzidas por preposição. Tais expressões servem de objeto preposicionado e não de complemento do verbo, ou seja, não de OI. Verificamos que tais PPs

normalmente funcionam como modificadores da ação do verbo, diferentemente dos objetos (complementos do verbo).

Raposo (1992) refere-se aos verbos como *transitivos* e *intransitivos*. Explica os primeiros como sendo aqueles que subcategorizam um “NP”, independente de subcategorizar ou não outro tipo de complemento, uma sentença, por exemplo. A respeito dos últimos, diz que são aqueles que não subcategorizam um “NP”, independente de subcategorizar ou não outro tipo de complemento.

O referido autor fala em “quadro de subcategorização” dos verbos. Cada verbo requer e/ou admite complementos de categorias específicas, com os quais pode ou deve ocorrer dentro do VP. Tais complementos – aqueles pertencentes ao quadro de subcategorização de um verbo – dizem-se subcategorizados por esse verbo, i.e., cada verbo subcategoriza seus complementos.

A seguir, trazemos exemplos de sentenças encontradas em Raposo (1992, p. 91-2), ou seja, do PE, a fim de comparar com os mesmos verbos no PB. No PB, os verbos *pôr* e *arrumar*, apesar de admitirem um constituinte de categoria PP dentro do VP, não o requerem obrigatoriamente.

(67) o verbo PÔR no PE:

- a. O Paulo [_{VP} pôs [_{DP} o livro] [_{PP} na estante]].
- b. * O Paulo pôs o livro.²⁷
- c. * O Paulo pôs.

(68) o verbo ARRUMAR no PE:

- a. O Paulo [_{VP} arrumou [_{DP} o livro] [_{PP} na estante]].
- b. O Paulo [_{VP} arrumou [_{DP} o livro]].
- c. * O Paulo arrumou.

No PB, o verbo *abrir* também requer constituinte de categoria NP como complemento.

(69) o verbo ABRIR no PE:

- a. O Luís [_{VP} abriu [_{DP} a lata de amêijoas]].
- b. * O Luís abriu.

²⁷ No PB, podemos dizer *O Paulo pôs o livro*.

No PB, o verbo *jogar*²⁸, no sentido de (70), teria um constituinte de categoria DP e não um PP como complemento.

- (70) o verbo JOGAR no PE:
- a. * Ontem, o Manel [VP jogou [DP o futebol]].
 - b. Ontem, o Manel [VP jogou [PP ao futebol]].

No PB, o verbo *optar* também admite um constituinte da categoria PP, contendo a preposição *por*²⁹. Não admite um DP como complemento e pode, ainda, ocorrer sem complemento dentro do VP. O verbo *preferir* também admite um complemento da categoria DP. Não admite um PP e não pode estar sozinho dentro do VP.

- (71) o verbo OPTAR no PE:
- a. O estudante [VP optou [PP por a linguística]].
 - b. O estudante [VP já optou].
 - c. * O estudante [VP já optou [DP a linguística]].

- (72) o verbo PREFERIR no PE:
- a. O estudante [VP preferiu [DP a linguística]].
 - b. * O estudante [VP já preferiu].
 - c. * O estudante [VP preferiu [PP por a linguística]].

No caso do verbo *LER* e outros (comer etc.), tanto no PB quanto no PE, é facultativa a presença de um DP objeto direto.

- (73) o verbo LER no PE:
- a. O José [VP não lê].
 - b. O José [VP não leu [DP esse livro]].

²⁸ No PB, tendo em vista o quadro de subcategorização do verbo *jogar*, o mesmo exemplo (70) seria assim:

- i. Ontem, Manel [VP jogou [DP e [NP futebol]]].
- ii. * Ontem, Manel [VP jogou [PP ao futebol]].

²⁹ No PB, sentenças com o verbo *optar*, que também subcategoriza um PP com a preposição *por*, apresentam duas possibilidades:

- i. O estudante [VP optou [PP por Linguística]]. (sem o artigo definido)
- ii. O estudante [VP optou [PP pela Linguística]]. (por + a = pela)

Os constituintes “requeridos” pelo verbo dentro de um VP, chamados complementos (verbais), são, na maioria das vezes, obrigatórios. Entretanto, se esses constituintes não estão presentes, há duas situações a serem verificadas de acordo com Raposo (1992, p. 92):

(i) ou a significação intrínseca ao verbo não é completamente expressa, e a frase não é gramatical; (ii) ou a significação intrínseca ao verbo é expressa, e o complemento ausente é interpretado de modo subentendido, como uma significação genérica ou canônica, talvez culturalmente fixa.

O autor ilustra as duas situações que propõe para verificação através dos exemplos já reproduzidos neste trabalho, a saber, (67b,c), (68c), (69b) e (72b) para a situação (i); e (68b), (71b) e (73a) para a situação (ii).

Finalizando o tópico *subcategorização verbal*, e, com ele, o capítulo, a sintaxe e a semântica caminham lado a lado no momento de classificar um verbo como transitivo ou não. O tipo de ação ou de estado a que o verbo se remete tem de ser levado em conta. Portanto, há uma razão sintática e uma razão semântica para tal denominação. Nada é à toa.

Já familiarizados com os termos que orbitam em torno da Sintaxe Gerativa, estamos aptos a seguirmos adiante e, assim, a nos debruçarmos sobre algumas das (sub)teorias da GB (capítulo 3) e sobre a ordem VS (capítulo 4).

2.3 RESUMO

O capítulo ressalta a importância do léxico para a sintaxe. Haja vista o Princípio da Projeção, é a partir do léxico que são projetadas as representações sintáticas em estrutura-D, estrutura-S, LF das expressões linguísticas. O léxico é composto por itens lexicais. Estes são classificados em categorias lexicais (ou sintáticas), N, V, A, P, capazes de s-selecionarem seus argumentos. Os itens do léxico são organizados hierarquicamente em sintagmas (*Phrases*), NP, VP, AP, PP, cujo nome é definido pelo seu núcleo. O sintagma pode ser lexical (NP, VP) ou funcional (IP, CP). Para atender ao esquema da X-Barra, criaram-se as categorias, respeitando o Princípio da Endocentricidade (a projeção máxima *S* passou a *IP*, *S'* passou a *CP*). Núcleos lexicais podem s-selecionar; núcleos funcionais apenas c-selecionam.

Com essa base, tratamos da subcategorização verbal. O núcleo lexical V, dentro de VP, pode ou não c-selecionar complemento. Há um princípio dentro da GB que regula a

subcategorização verbal. Um constituinte para ser subcategorizado por V tem de ser imediatamente dominado por VP. O V, então, estabelece uma relação de irmandade com o seu complemento. Os verbos se comportam de forma diferente uns dos outros no que tange a fazerem ou não exigência de complemento, o que vai servir para nomeá-los transitivos ou intransitivos.

Os conceitos e os princípios vistos até aqui, aos quais, de uma forma ou de outra, remeteremos ao longo de todo o trabalho, são importantes, na medida em que nos dão condições de avançarmos no nosso estudo acerca do modelo gerativista. O capítulo 3, facilitado, portanto, pelas informações recém-tratadas, enfocará (sub)teorias que compõem a GB.

3 DAS TEORIAS RELACIONADAS

No presente capítulo, abordaremos três tópicos distintos, porém inter-relacionados. Trataremos a *Teoria do Caso Abstrato* (ou *Teoria do Caso*), a *Teoria Temática* (ou *Teoria do Papel Theta (θ)*) e a *Estrutura de Argumentos* (ou *Estrutura-A*).

Os referidos tópicos estão relacionados à distribuição dos elementos na sentença. O Caso e o Papel Theta são teorias que compõem os subsistemas de princípios da UG; e a Estrutura-A identifica informações relevantes a respeito do comportamento sintático dos itens lexicais, em posição argumental, receptores de Caso e de papel temático. Tendo em vista o fenômeno linguístico em pauta neste trabalho, ou seja, a inversão do sujeito no português brasileiro com os verbos inacusativos, referimo-nos a essas (sub)teorias da GB, bem como à estrutura de argumentos, com o propósito de oferecermos subsídios ao que será tratado no capítulo 4. Ao longo das quatro seções (3.1 Teoria do Caso Abstrato; 3.2 Teoria Temática; 3.3 Estrutura de Argumento; e 3.4 Resumo), em que se subdivide este capítulo, fazemos referência à regência. Tratamos desta de forma a mostrar o “ponto de ligação” com as teorias mencionadas.

A primeira seção deste capítulo, que se propõe a falar da Teoria do Caso Abstrato, ressaltará os Casos *nominativo* (sujeito) e *acusativo* (objeto). Os demais Casos, apenas citados, não serão aprofundados. A explanação sobre o *nominativo* e o *acusativo* contribuirá para o melhor entendimento da inacusatividade verbal, a ser tratada no capítulo seguinte. Os verbos inacusativos, apesar de subcategorizarem um DP objeto, não lhe atribuem Caso.

Caberá à Teoria Temática a segunda seção deste capítulo, e não a primeira, por ser a marcação Casual condição para a marcação temática. Para que um DP receba um papel temático, é necessário ter visibilidade; o que dá visibilidade a um DP é a atribuição de Caso.

Dentro da terceira seção, em que tratamos a estrutura argumental dos verbos, figurará a Teoria da Proeminência, defendida por Grimshaw, que relaciona questões temáticas (Grimshaw, 1992; Jackendoff, 2002) e questões aspectuais (Grimshaw, 1992).

A quarta seção trará o resumo do capítulo.

3.1 TEORIA DO CASO ABSTRATO (OU SIMPLEMENTE TEORIA DO CASO)

A *Teoria do Caso Abstrato* (*Teoria do Caso*, doravante) é um dos módulos da GB. De acordo com Culicover (1997), muitas línguas apresentam sistemas de Caso³⁰. Recebem Caso³¹ todos os DPs foneticamente realizados de uma sentença. A atribuição de Caso ocorre no nível de representação da estrutura-S e tem por fim identificar a função gramatical (sujeito, objeto) e/ou a função temática (ou semântica) desempenhadas pelos DPs. Os Casos podem ser *nominativo*, *acusativo*, *genitivo*, *ablativo*. Por exemplo, o *nominativo* identifica a função gramatical **sujeito**; e o Caso *acusativo*, a função gramatical **objeto**.

Em algumas línguas, como o latim, o alemão, o russo, entre outras, o Caso se manifesta morfologicamente, i.e., por meio de morfemas acrescidos aos DPs que identificam o seu papel sintático. Nessas línguas, em que a marcação de Caso é evidenciada morfologicamente, a ordem dos constituintes da sentença é arbitrária. Línguas com essa característica são chamadas *sintéticas*. Em (1), apresentamos uma sentença em latim, com o intuito de demonstrar a não-linearidade dos termos na referida língua.

- (1) Paulus_(nominativo) Rosam_(acusativo) amat.
 Rosam_(acusativo) Paulus_(nominativo) amat.
 Paulus_(nominativo) amat Rosam_(acusativo).
 Rosam_(acusativo) amat Paulus_(nominativo) .
 ‘Paulo ama Rosa.’

Em (1), conforme evidenciado, a ordem dos elementos sujeito, verbo e objeto é flexível, sem comprometer o sentido da sentença, haja vista a marcação do Caso ser realizada morfologicamente e, por isso, deixar clara a função gramatical e temática dos DPs presentes.

Ainda em latim, o exemplo (2a) ilustra o Caso *dativo*; o (2b), o Caso *ablativo*; e o (2c), o Caso *genitivo*.

³⁰ Utilizamos Caso (referente a um sistema, a uma teoria) com a letra maiúscula para se diferenciar do nome caso.

³¹ Representado por K, podendo apresentar os valores [±K].

(2) a. *Puellae bellae*_(dativo) rosam Paulus dat.
 para a rapariga bonita a rosa Paulo dá
 ‘O Paulo dá a rosa *para a rapariga bonita.*’
 (exemplo extraído de RAPOSO, 1992, p. 349)

b. Valeria *Silvanae*_(genitivo) filia est.
 Valéria da Silvana filha é
 ‘Valéria é filha *da Silvana.*’

c. Lucia *cum pupis*_(ablativo) ambulat.
 Lúcia com as bonecas passeia.
 ‘Lúcia passeia *com as bonecas.*’

Em (2a), *Puellae bellae* recebe Caso *dativo*; é o objeto indireto do verbo. Em (2b), aparece o Caso *genitivo*, marcado morfologicamente em *Silvanae*. Em (2c), aparece o objeto preposicionado (*cum*) *pupis*, que recebe Caso *ablativo*. O DP, então, objeto preposicionado, receberá Caso acusativo, dativo, genitivo ou ablativo conforme a preposição do qual estiver acompanhado, bem como a função semântica do PP.

Em (3), apresentamos dois exemplos em alemão em que aparecem os Casos nominativo e acusativo.

(3) a. Der Mann/Student hat den Lehrer gesehen.
 the man/student has the teacher seen
 NOMINATIVO ACUSATIVO
 ‘O homem/aluno viu o professor.’

b. Der Lehrer hat den Mann/Studenten gesehen.
 The teacher has the man/student seen
 NOMINATIVO ACUSATIVO
 ‘O professor viu o homem/aluno.’
 (exemplos extraídos de HAEGEMAN, 1994, p. 158)

A seguir, em (4), mostraremos alguns exemplos em russo, através dos quais poderemos confirmar a atribuição de Caso realizada morfológicamente.

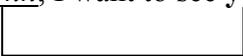
- (4) a. Ja čital knigu.
 I read-*past* book
 NOMINATIVO ACUSATIVO
 ‘I read a/the book.’
 ‘Eu li um/o livro.’
- b. Ona vošla v komnatu.
 she go-*past* into room
 NOMINATIVO ACUSATIVO
 ‘She went into the room.’
 ‘Ela entrou na sala.’
- c. On ždet podругu.
 he wait-for-*pres* friend
 NOMINATIVO ACUSATIVO
 ‘He is waiting for a (female) friend.’
 ‘Ele está esperando uma amiga.’
- d. Ja dal knigu Ivan’e.
 I give-*past* book Ivan
 NOMINATIVO ACUSATIVO DATIVO
 ‘I gave a/the book to Ivan.’
 ‘Eu dei um/o livro ao Ivan.’
 (exemplos extraídos de CULICOVER, 1997, p. 23)

Há outras línguas, como o inglês (5), o português (6), o francês (7), que, apesar de não mostrarem a marcação de Caso morfológicamente, têm marcação de Caso explícita no sistema pronominal.

- (5) a. I/You/He/She/We/They/*Me/*Him/*Her/*Us/*Them **met Sofia**.
 b. **Sofia met** *I/you/*he/*she/*we/*they/me/him/her/us/them.

*argumentais*³², dependendo unicamente da regência, totalmente dissociado de relações temáticas; o segundo, por sua vez, é atribuído a DPs em posições regidas por *núcleos não-marcadores Casuais*³³ e está relacionado ao papel temático (cf. CHOMSKY, 1981, 1986; CULICOVER, 1997). O *nominativo* e o *acusativo* são os dois *Casos estruturais*.

A respeito do princípio Filtro do Caso, Culicover (1997) afirma que nem todo DP em uma sentença deve receber Caso de um regente, o que, de acordo com o referido autor, tornaria muito forte dizer que todos os DPs foneticamente realizados têm de receber Caso. Sua afirmação é inspirada em sentenças como as em (10).

- (10) a. *John*, I want to see **you** now!

- b. *This book*, I think **it** will be made into a great movie some day.

- c. I don't think I'm going to buy **it**, *this book*.


(exemplos extraídos de CULICOVER, 1997, p. 36)

Conforme o autor, o exemplo (10) revela que nenhum dos DPs em itálico é regido por atribuidores Casuais, i.e., por Infl, por V ou por P. Nenhum dos DPs em itálico ocupa uma posição argumental (posição-A), a saber, de sujeito e de objeto, enquanto todos os DPs em negrito estão em posição-A. Nas ocorrências em que os DPs não estão sob a regência de nenhum núcleo, a eles será atribuído um Caso default. Com base nisso, Culicover (1997, p. 36) especifica o Filtro do Caso assim, em (11a) e (11b):

- (11) a. um 'NP' argumento deve receber Caso de seu regente;

³² Posições ocupadas pelo sujeito e pelo objeto (ver seção 3.3).

³³ Nome e adjetivo não são atribuidores Casuais (ver subseção 3.1.1).

Os DPs complementos de nome e de adjetivo precisam, também, tornar-se visíveis. Vejamos os exemplos mostrados por Culicover (1997, p. 46-7):

- (i) a. *the destruction **the city**
 b. *envious **Susan**
- (ii) 1a. the destruction *of* the city
 1b. the city *'s* destruction
 2. envious *of* Susan

Com base em Culicover, observamos que os DPs *the city* e *Susan* são complementos do nome *destruction* e do adjetivo *envious*. Os respectivos DPs que servem de complemento recebem o mesmo papel temático e o mesmo Caso inerente (genitivo). No inglês (assim como no português), se o DP complemento ocorrer na posição pós-nome, há a necessidade da inserção da preposição *of* (de, no português), para fins de visibilidade.

b. um ‘NP’ não-argumento recebe Caso default.

São estas, então, as posições em que os DPs argumento normalmente recebem Caso:

- (12) a. como sujeito de um verbo finito;
 b. como objeto de um verbo na voz ativa;
 c. como objeto de uma preposição.

Conhecidas as posições em que os DPs recebem Caso, veremos, a seguir, quais são as condições para atribuição de Caso e quais são os possíveis atribuidores Casuais.

3.1.1 Condições para atribuição de Caso e os marcadores Casuais

Independente de apresentar marcação morfológica ou não, todo DP recebe Caso. Os atribuidores de Caso aos DPs dentro da sentença são as categorias que os *regem*. A *regência* (*government*) está, também, relacionada à atribuição de Caso; aliás, não é por acaso que Chomsky (1981, p. 36) afirma: “a *regência* unifica várias subteorias”. Sobre regência, Chomsky (1990, p. 9) a define em termos de *exclusão*³⁴ em vez de dominação.

- (13) α rege β se e somente se α m-comanda³⁵ β e não há γ , γ uma barreira para β , tal que γ exclui α .

Raposo (1992, p. 354 e 359), por seu turno, define o conceito de regência adequado à atribuição de Caso, falando em *regência nuclear* (*Head-Government*), a que se refere, em nota de rodapé, como um dos dois tipos³⁶ de regência.

³⁴ Utilizaremos o mesmo exemplo de Chomsky (1990, p. 9): ... δ ... [γ α [γ ... β ...]]. Conforme o referido autor, δ exclui α mas γ (projeção máxima) não. Então, α exclui β se nenhum segmento de α domina β . γ não exclui α mas α exclui γ , e δ exclui e é excluído por α e γ : δ está completamente desconectado de α e γ .

³⁵ O m-comando (m = projeção máxima) é necessário, tendo em vista o fato de o sujeito, que ocupa a posição de Spec de IP (posição imediatamente dominada por IP), não ser irmão de Infl, de acordo com Culicover (1997).

³⁶ O outro tipo de regência ao qual Raposo (1992, p. 354) se refere é a por antecedente (*Antecedent Government*).

(14) Noção de *regência nuclear* (ou *N-regência*):

A N-rege B se e somente se

(i) $A = \{N, V, A, P, \text{Infl}/[+\text{Agr}]\}$;

(ii) A m-comanda B;

(iii) Não existe nenhuma categoria τ , τ uma barreira, tal que τ exclui A e τ domina B.

Conforme a alínea (iii), uma projeção máxima (XP) atua como uma barreira para a relação de regência. Vejamos a definição de *barreira* (CHOMSKY, 1990, p. 14):

(15) γ é uma barreira para β se e somente se (a) ou (b):

a. γ domina imediatamente δ , δ uma categoria bloqueadora³⁷ (*blocking category, BC*) para β ;

b. γ é uma categoria bloqueadora para β , $\gamma \neq \text{IP}$.

Em que γ é uma projeção máxima.

Desempenham, então, a função de atribuidores de Caso os núcleos de categorias, em princípio, [-N]. Retomando os traços distintivos das categorias lexicais mostrados no capítulo 2, em (41), aqui repetido em (16), enfatizamos aquelas que nos interessam, ou seja, aquelas que possuem a característica [-N].

- | | | | |
|------|----------------------|---|----------|
| (16) | a. Nome | = | [+N, -V] |
| | b. Verbo | = | [-N, +V] |
| | c. Adjetivo | = | [+N, +V] |
| | d. Preposição | = | [-N, -V] |

Com base em (16), reconhecemos, então, como atribuidoras de Caso as categorias lexicais *verbo* e *preposição*. Analisada a combinação de traços sintáticos presentes nas categorias lexicais principais N, V, A e P, concluímos que, por possuírem o traço [+N] em vez de [-N], nomes e adjetivos não atribuem Caso aos seus complementos, embora os rejam.

³⁷ Chomsky (1990, p. 14) explica uma categoria bloqueadora (*blocking category, BC*) da seguinte forma: γ é uma categoria bloqueadora (BC) para β se e somente se γ não é marcado lexicalmente (*L-marked*), e γ domina β .

No entanto, além das duas categorias aptas a atribuírem Caso, há um outro elemento igualmente capaz, a saber, a *flexão* (*Inflection*). Esta é representada por [\pm T(ense)]. Se a flexão for [-T], é infinitiva; se a flexão for [+T], é finita. Uma vez finita, transparecem as características de pessoa, de gênero (como, por exemplo, no francês) e de número, o que chamamos *concordância* (*Agreement*), Agr. Se houver concordância, dizemos que é [+Agr]; se não houver, [-Agr].

Flexão com concordância, i.e., Infl/[+Agr], é, também, atribuidora de Caso, embora a concordância apresente o traço [+N]³⁸, em [+N, -V], o que não é, em tese, característico de um atribuidor Casual. Haegeman (1994) destaca que a atribuição Casual é uma propriedade estrutural de verbos, de preposições e de INFL (ou I).

São, resumidamente, atribuidores de Caso:

- (17) a. Flexão com concordância, [+N, -V, +Infl];
 b. Verbo, [-N, +V];
 c. Preposição, [-N, -V].

No geral, as categorias em (17) atribuem os seguintes Casos aos DPs:

- (18) a. **Infl/[+Agr]** atribui Caso NOMINATIVO ao DP:
 [IP [Spec **DP**] [I' [I **+Agr**] [VP ...]]]
- b. **V** atribui Caso ACUSATIVO ao DP:
 ... [VP [V' [**V**] [**DP**]]]...
- c. **P** atribui Caso ACUSATIVO ao DP:
 ... [PP [P' [**P**] [**DP**]] ...

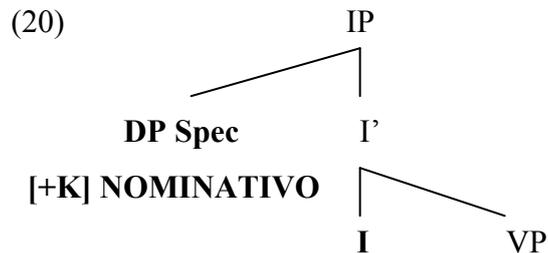
A flexão que contém concordância, i.e., Infl/[+Agr], rege o sujeito; e o verbo e a preposição regem os seus objetos. Cada um dos atribuidores Casuais atribui somente um Caso ao DP; para cada DP há, também, apenas um regente.

³⁸ A respeito disso, Chomsky (1981) diz que a Teoria do Caso deve ser estendida, de modo a tornar [+N, -V, +Infl] tão atribuidor de Caso quanto [-N].

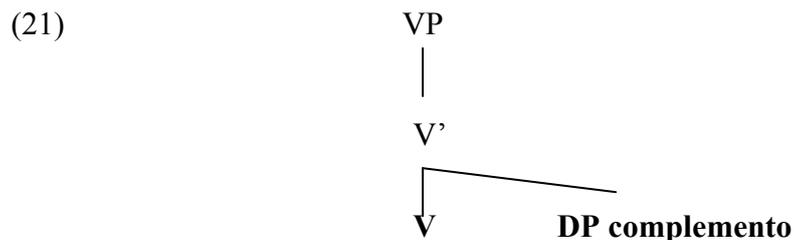
Observando (18), percebemos um fator comum entre eles, a localidade do DP com relação àquele que lhe atribui o Caso. Nas três situações em (18), o *DP* e o *seu atribuidor* estabelecem uma *relação de proximidade*. Por essa razão, o verbo, por exemplo, atribui Caso *acusativo* ao seu objeto (complemento) e não ao objeto preposicionado. Então, além de estar relacionada à regência, a atribuição de Caso está relacionada também à adjacência (*adjacency*), conforme Lasnik e Uriagereka (1988, p. 11), resultando nas seguintes condições:

- (19) α atribui Caso para β se:
- a. α é um atribuidor de Caso;
 - b. α rege β ;
 - c. α é adjacente à β .

Através da estrutura X-Barra em (20), destacamos a categoria Infl, que atribui Caso ao DP na posição Spec de IP, já em estrutura-S.



Chamamos a atenção para o fato de o DP não evidenciar uma relação de irmandade com o núcleo I(nfl), atribuidor do Caso nominativo. Conforme (20), o nó que imediatamente domina I é I', que, por sua vez, não domina o DP Spec, posição dominada pelo IP. Dessa forma, o referido DP não é irmão de I, tampouco c-comandado por ele. O que o justifica como atribuidor de Caso são dois fatores, quais sejam, a adjacência e o m-comando. O IP é uma projeção máxima que domina o I e o DP. O I, então, m-comanda o DP, quesito necessário à regência. O mesmo acontece com o V e o seu DP complemento (ver (21)). O VP é uma projeção máxima que domina o V e o DP. Não há uma projeção máxima que domine o V mas não o DP. O V, então, m-comanda o DP complemento.



Elegemos os Casos atribuídos pelas categorias Infl e V, ou seja, o nominativo e o acusativo a fim de os abordarmos mais detalhadamente.

3.1.2 Casos nominativo e acusativo

Trataremos unicamente os Casos estruturais, *nominativo* e *acusativo*, tendo em vista o fato de serem esses os Casos envolvidos, de certa forma, na relação com os verbos inacusativos. Embora estejamos falando de verbos, os inacusativos apresentam particularidades diferentes dos demais. Na estrutura-D, observamos que esse tipo de verbo subcategoriza um DP objeto. Apesar disso, não lhe atribuí o Caso acusativo. Por uma exigência de dois princípios, o Filtro do Caso e o Princípio de Projeção Estendida (cf. (24)), o DP objeto se move da sua posição original para a posição Spec de IP. Depois do movimento, portanto, já em estrutura-S, o DP (anteriormente, em estrutura-D, na posição de objeto) recebe um Caso e preenche a posição de sujeito da sentença. Detalharemos os verbos inacusativos no próximo capítulo, 4.

Embora o Caso acusativo também seja atribuído pela categoria P, é importante deixarmos claro que não é ela o nosso foco mas, sim, a categoria V.

3.1.2.1 Do nominativo

A Teoria do Caso, bem como a posição argumental, dá indícios das funções gramaticais (FG) desempenhadas pelos DPs nas sentenças. O Caso *nominativo* dá ao DP o status de sujeito da sentença e é marcado sob regência por Agr. O nominativo só é atribuído ao DP que ocupa a posição Spec de IP, em sentenças Infl/[+Agr].

Para testar o Caso atribuído a um determinado DP, Napoli (1993) sugere substituí-lo pelo pronome adequado, i.e., correspondente. Então:

- (22) a. *Sofia* viajou para a Índia.
 Ela viajou para a Índia.
 b. *Pilots* fly in times of war or peace.
 ‘Pilotos voam em tempos de paz ou de Guerra.’
 They fly in times of war or peace.
 ‘Eles voam em tempos de paz e de Guerra.’
 c. *Le cheval* trotte avec élégance.
 ‘O cavalo troteia com elegância.’
 Il trotte avec élégance.
 ‘Ele troteia com elegância.’

Os pronomes pessoais retos, assim nomeados pela gramática tradicional, desempenham “as funções de sujeito e predicativo: eu / tu / você / ele / ela / nós / vós / vocês / eles / elas” (AZEREDO, 2008, p. 175). Os pronomes pessoais oblíquos átonos, que desempenham “as funções adverbiais de objeto e adjunto”, são “me / nos, te / vos, o / os, a / as, lhe / lhes, se” (AZEREDO, 2008, p. 175). Portanto, se os DPs *Sofia* (22a), *pilots* (22b) e *le cheval* (22c) forem substituídos, respectivamente, pelo pronome pessoal oblíquo átono ‘a’, pelo pronome objeto ‘them’ e pelo pronome pessoal complemento ‘le’, as sentenças se tornarão agramaticais (ver (23)).

- (23) a. **A* viajou para a Índia.
 b. **Them* fly in times of war or peace.
 c. **Le* trotte avec élégance.

A substituição dos DPs por um pronome equivalente, assim sugerida por Napoli, no exemplo (22), torna possível a comprovação do Caso nominativo, garantindo-lhes a FG de sujeito da sentença.

A presença de um sujeito³⁹ - seja ele um DP ou não - na sentença é, independente de seu predicado, obrigatória. Há um princípio muito importante dentro da GB, o Princípio de

³⁹ Reiteramos que somente os DPs recebem Casos; portanto, orações e outras categorias não são receptoras Casuais. O fato de estas não receberem Caso não invalida a possibilidade de serem o sujeito da sentença, i.e., não

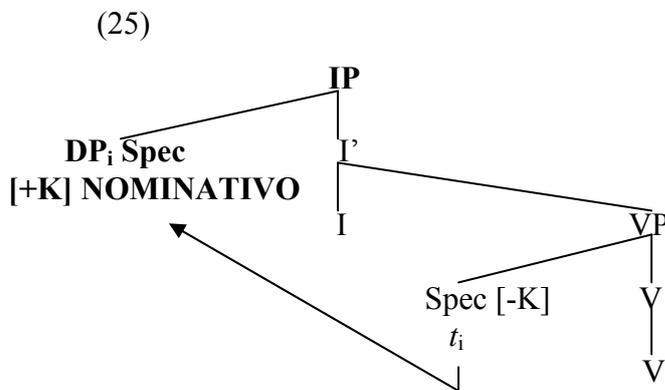
Projeção Estendida (*Extended Projection Principle*), doravante EPP, que serve de justificativa para essa exigência, a saber:

(24) **Princípio de Projeção Estendida** (*Extended Projection Principle, EPP*)

Toda sentença deve ter um sujeito.

(CHOMSKY, 1981)

Toda sentença Infl/[+Agr] deverá, então, apresentar um sujeito lexicalmente preenchido na estrutura-S, para que o núcleo I(nfl), atribuindo-lhe o Caso nominativo, dê visibilidade ao DP. Representamos conforme (25).



Uma vez que o Filtro do Caso (cf. (9)) demanda a atribuição de Caso a todos os DPs foneticamente realizados na sentença, o DP sujeito que se origina dentro do VP (estrutura-D),

significa que não possam ocupar a posição Spec de IP. A posição de sujeito pode ser, assim, preenchida não somente por um DP mas, ainda, por um expletivo lexical ou nulo (*pro*), por um CP, por um IP, por um PP, por um AP.

a. DP como Spec de IP:

[_{IP} [_{Spec} (DP) *A companhia aérea*] [_{I'} [_{VP} confirmou o voo]]].

b. Expletivo lexical, que preenche a posição de sujeito na estrutura-S (como Spec de IP) mas que não recebe papel temático do predicado (ADGER, 2002, p. 170), como Spec de IP, como no francês:

[_{IP} [_{Spec} (Expl.) *Il*] [_{I'} [_{VP} est deux heures]]].

como no inglês (há um outro expletivo além do *it*, o *there*, como em *There are many people in fancy dress*):

[_{IP} [_{Spec} (Expl.) *It*] [_{I'} [_{VP} is two o'clock]]].

c. Expletivo nulo *pro*, que é um pronome não-explicito, como Spec de IP:

[_{IP} [_{Spec} *pro*] [_{I'} [_{VP} Ganharei um filhotinho de Shitzu da Mônica]]].

d. CP como Spec de IP:

[_{IP} [_{Spec} (CP) *Que não houvesse mais ingressos para o show do Paul McCartney*]

[_{I'} [_{VP} já esperávamos]]].

e. IP como Spec de IP

[_{IP} [_{Spec} (IP) *Meditar diariamente*] [_{I'} [_{VP} aumenta o nosso bem-estar físico e mental]]].

f. PP como Spec de IP:

[_{IP} [_{Spec} (PP) *No trabalho*] [_{I'} [_{VP} é onde ele almoça]]].

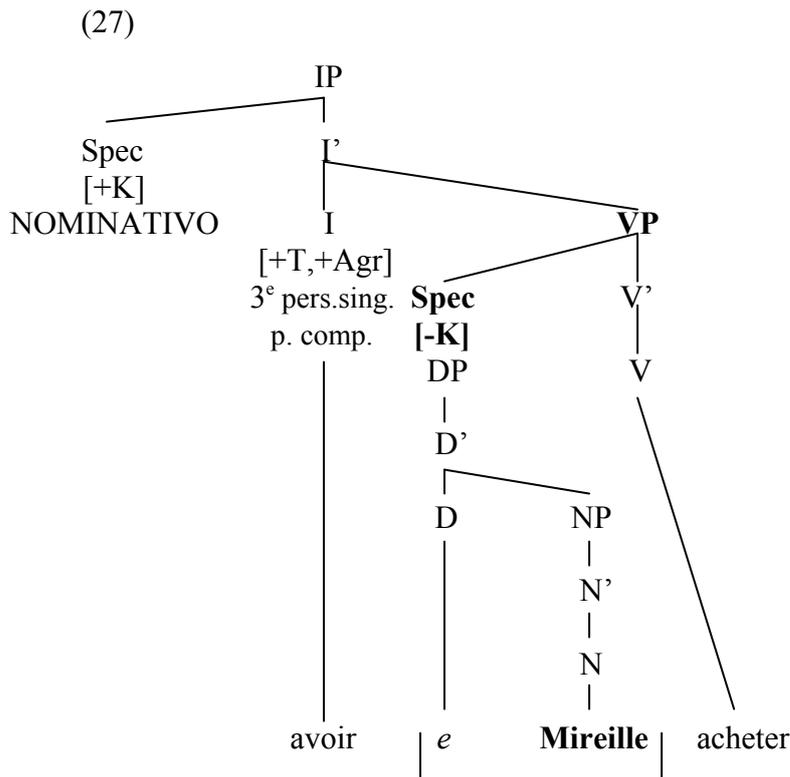
g. AP como Spec de IP:

[_{IP} [_{Spec} (AP) *Mal-humorado*] [_{I'} [_{VP} foi como ele chegou do trabalho]]].

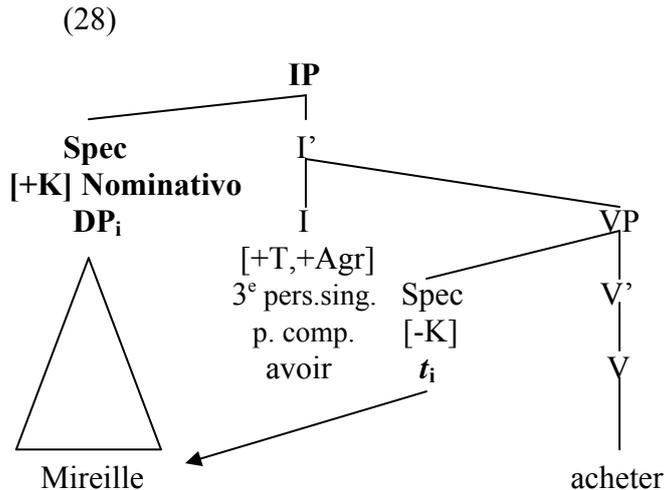
como seu Spec, argumento externo do predicado, tem de se mover até a posição Spec de IP para receber o Caso nominativo. O movimento do DP, da posição de Spec de VP para Spec de IP, deixa vestígio na sua posição de base (ver (25)), chamado *traço* (*t*, *trace*). Esse traço coindexado com o DP movido comprova o movimento do constituinte. É a exigência de receber Caso que obriga o DP sujeito a se mover, buscando a atribuição de Caso NOMINATIVO. Ficando como Spec de VP, o DP não receberá Caso, indo de encontro ao princípio (9). Por meio do exemplo em (26), com a utilização da estrutura X-Barra, verificamos a posição de base do DP sujeito.

- (26) Mireille a acheté un appartement.
 ‘Mireille comprou um apartamento.’

Na estrutura-D, a posição sintática do DP sujeito é esta.



Após o movimento obrigatório ao DP sujeito, temos a estrutura-S, conforme verificada em (28).



O que propicia o alçamento do DP sujeito à posição de Spec de IP, para recebimento de Caso NOMINATIVO, é a regra *Mover α* . Dizemos, então, *Mover DP*. Essa regra, responsável por outros movimentos (*wh*, por exemplo), tem sua relevância dentro da GB. No que diz respeito a DPs, além do movimento de elevação do sujeito, há, também, o movimento que gera as construções passivas. No caso das passivas, trata-se do movimento do DP objeto à posição de sujeito. Tanto para um movimento quanto para o outro, utilizamos a expressão *Mover DP*. Movido o DP da sua posição sintática original para a nova posição, conforme comprovado em (28), fica um *t* coindexado com o seu antecedente.

A atribuição de Caso NOMINATIVO se dá por conta da concordância núcleo-Spec, entre o sujeito DP (Spec de IP) e a flexão (núcleo I), resultando na concordância verbal. “Os sujeitos são nominativos quando concordam com o verbo matriz - tecnicamente, com a sua flexão” (CHOMSKY, 1981, p. 52).

Culicover (1997) vem mostrar-nos que não é em todas as línguas que o DP sujeito é marcado com o Caso nominativo. Conforme o referido autor (p. 118), no russo (ver (29)), por exemplo, “predicados que expressam obrigação e necessidade, permissão e possibilidade, estados mental e emocional atribuem Caso Dativo aos seus sujeitos”⁴⁰.

⁴⁰ Sobre esse fato, o de o *sujeito* receber a marcação de *Caso dativo*, Culicover (1997, p. 118) diz que devemos ou desconsiderar a ideia de que o *nominativo* é sempre atribuído ao sujeito, ou analisar esses *sujeitos dativo* como não-sujeitos, tendo em vista como lhes são atribuídos o Caso. Sob a perspectiva do princípio da Uniformidade, Culicover acredita que a segunda possibilidade é a preferida. Explica que “a análise seria aquela em que o sujeito dativo se origina no VP, recebe Caso inerente dativo na base de seu papel- θ e, então, é movido à posição de sujeito, permanecendo com a marcação do Caso”.

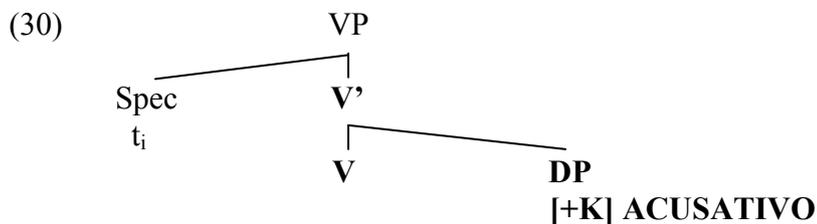
- (29) a. Vam ne sleduet tak govorit'.
 you not should thus to speak
 DATIVO
 'You should not say such things.'⁴¹

- b. Mne veselo bylo sredi vas.
 I cheerful was among you
 DATIVO
 'I enjoyed myself among you.'⁴²
 (exemplos extraídos de CULICOVER, 1997, p. 118)

Apresentado o Caso nominativo, passemos ao Caso acusativo, que, neste trabalho, só será considerado aquele atribuído por V.

3.1.2.2 Acusativo

O Caso acusativo é atribuído ao objeto na estrutura-S. Reiteramos que o Caso acusativo que nos interessa é aquele atribuído pela categoria V ao seu DP objeto. Recebe Caso acusativo o DP **regido** pelos verbos transitivos. Um DP fora do VP, por exemplo, nunca receberá Caso (acusativo) atribuído pelo verbo. Fora do âmbito do VP, não há como o V comandar o DP. Por essa razão, o DP sujeito não recebe Caso de V mas, sim, de I/[+Agr]. O Caso acusativo é atribuído pelo verbo ao seu objeto direto na seguinte configuração:



⁴¹ 'Você não deveria dizer tais coisas.'

⁴² 'Eu me diverti com vocês.'

De (30) depreendemos que:

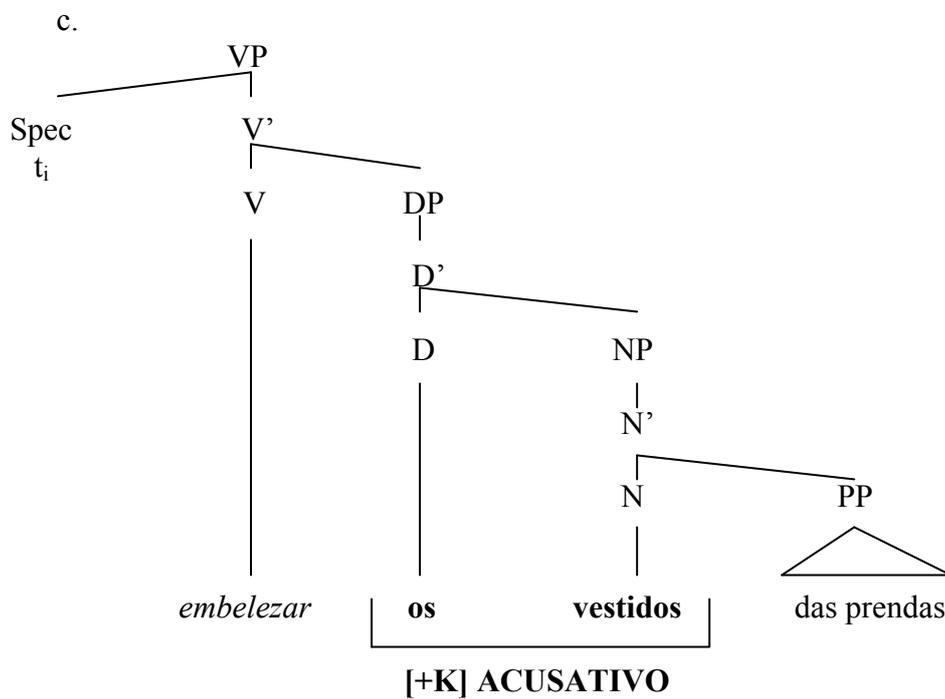
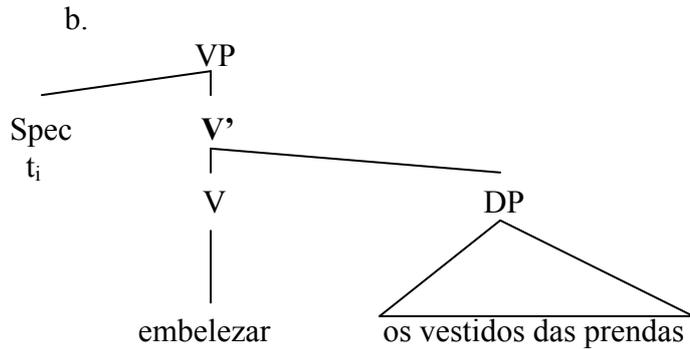
- (31) a. o DP é adjacente ao V;
b. o DP é dominado pelo nó (V') que, imediatamente, domina o atribuidor de Caso (V); (\rightarrow c-comando⁴³)
c. o DP é dominado pela mesma projeção máxima (VP) que domina o atribuidor de Caso (V). (\rightarrow m-comando)

Observemos o que nos interessa através da representação em árvore (da estrutura-S) do exemplo em (32).

⁴³ c-comando, c = constituinte, (CULICOVER, 1997, p. 26):

α c-comanda β se e somente se o nó mais próximo que imediatamente domina α também domina β .

(32) a. Os fartos babados [_{VP} embelezam [_{DP} os vestidos das prendas]].



O verbo transitivo *embelezar* apresenta as seguintes características: seleciona um sujeito (em (32), um DP) e subcategoriza um DP objeto. Este é adjacente ao verbo; é dominado pelo mesmo nó que domina V, ou seja, V'; e é dominado pela mesma projeção máxima que domina V, ou seja, VP. O referido verbo está, assim, habilitado a atribuir ao seu objeto o Caso acusativo.

Citando novamente Culicover, não é em todas as línguas que o objeto direto é sempre marcado com o Caso acusativo. No russo, por exemplo, apesar de os verbos transitivos atribuírem, na maioria das vezes, o Caso acusativo ao seu objeto, há exceções. O objeto direto poderá receber o Caso dativo, ou o Caso genitivo, ou, ainda, o Caso instrumental. Como

Como visto, a marcação de Caso, seja ela estrutural ou inerente, é fundamental para dar visibilidade aos DPs em uma sentença. Sem ela, o DP vai de encontro ao princípio do Filtro do Caso, tornando, assim, a sentença agramatical. Esses mesmos DPs, receptores de Caso, são receptores de papéis temáticos também, “distribuídos” pelo predicado (verbo) da sentença. É esse assunto que, por meio da Teoria Temática, apresentaremos na próxima seção.

3.2 TEORIA TEMÁTICA (OU TEORIA THETA (θ))

A Teoria Temática é o módulo da GB que se ocupa da estrutura temática das orações, bem como do modo como essa estrutura se articula com a estrutura sintática propriamente dita (RAPOSO, 1992). A estrutura temática é “criada” por verbos e por preposições, porque são marcadores de papéis- θ . Os nomes, no entanto, não atribuem papéis. Essa impossibilidade se deve ao fato de o nome não ser um regente, e a regência é condição essencial para a marcação de papéis- θ (GRIMSHAW, 1992, p. 6).

Em uma sentença, observam-se relações entre predicado, o núcleo de VP, e seus argumentos, interno e externo. Tais relações estabelecem os papéis temáticos desses argumentos. O significado do predicado determina os papéis temáticos desempenhados pelos seus argumentos, sendo que, conforme Haegeman (1994), o papel temático a ser atribuído ao sujeito depende da escolha do complemento.

- (35) a. John **broke** *a leg* last week.
 ‘John quebrou a perna na semana passada.’
 b. John **broke** *a vase* last week.
 ‘John quebrou um vaso na semana passada.’
 (exemplos em inglês extraídos de HAEGEMAN, 1994, p. 71)

Em (35b), o papel temático atribuído a *John* é o de *Agente*, ou seja, “aquele que, intencionalmente, provoca a ação expressa pelo predicado” (HAEGEMAN, 2006, p. 192). Entretanto, em (35a), embora o predicado seja o mesmo de (35b), o DP subcategorizado é outro, *a leg*, alterando, dessa forma, o papel a ser atribuído a *John*. No exemplo (35a), *John* recebe o papel temático de *Paciente*. Assumindo que John não quebraria a própria perna

propositalmente, *John* em (35a) não poderia desempenhar o papel de Agente. Na primeira sentença, *John* é aquele que *sofre* o evento; na segunda, é aquele que *provoca*.

Outrossim, o número de argumentos requisitado pelo predicado define o número de papéis temáticos a ser atribuído por ele. Somente os verbos lexicais estão habilitados a atribuírem papéis temáticos; os verbos auxiliares não conferem papéis.

A própria entrada lexical do verbo deve especificar o número de DPs obrigatório ou permitido, bem como os papéis temáticos atribuídos. O verbo não poderá atribuir duas vezes o mesmo papel- θ aos seus argumentos (ver (38)); portanto, cada argumento receberá um único papel, diferente um do outro.

- (36) a. eat (ing.) <Agente, Paciente/Tema>
The little blonde girl **ATE** the porridge.
 ‘A menina loura comeu o mingau.’
- b. donner (fr.) <Agente, Tema, Beneficiário>
Le père **A DONNÉ** une neuve maison à sa fille.
 ‘O pai deu uma casa nova a sua filha.’
- c. pôr (PB) <Agente, Tema, Locativo>
O funcionário **PÔS** o documento em cima da mesa.

Os argumentos são os únicos elementos da sentença a receberem papel temático. De acordo com Chomsky (1981, p. 101), podem figurar como argumento as categorias em (37).

- (37) Categorias que podem aparecer na posição de argumento:
 (i) anáforas explícitas⁴⁹
 (ii) pronominais
 (iii) expressões-R⁵⁰

⁴⁹ Os pronomes *reflexivos* e *recíprocos* são anáforas explícitas (cf. HAEGEMAN, 1994). Ambos necessitam ser regidos por um antecedente; portanto, a sua interpretação depende de seu antecedente. Exemplos em inglês:

- (i) a. I_i cut *myself*_i. ‘Eu me cortei.’
 b. *They_i cut *myself*_i.
 c. *Myself cut.
- (ii) a. [Bob and Dick]_i can’t stand [each other]_i. ‘Bob e Dick não podem tolerar um ao outro.’
 (exemplo extraído de CELCE-MURCIA e LARSEN-FREEMAN, 1999, p. 299)
 b. *Bob_i can’t stand [each other]_i.
 c. *Each other are friends.

Em (39), o verbo inacusativo⁵² *partir*, no sentido de mudar de um lugar para outro, exige apenas um argumento, sendo considerado um predicado de um lugar. Tem, assim, também um único papel temático a atribuir. Em (40), o verbo *lavar* exige dois argumentos; portanto, é considerado predicado de dois lugares. O referido predicado tem, então, dois papéis temáticos a atribuir. Em (41), o verbo *pôr* seleciona três argumentos, predicado de três lugares. Este, por seu turno, atribuirá três papéis temáticos.

Os argumentos de um predicado verbal são sujeito e complemento. O sujeito é considerado argumento externo (porque está fora do domínio de VP, não é regido pelo V). Os complementos, subcategorizados pelo verbo, são os argumentos internos (dentro de VP, são regidos por V).

Os argumentos para funcionarem como tais precisam estabelecer uma relação semântica com o predicado. Precisam pertencer a uma categoria que tenha um potencial de referência, capaz de indicar entidades (i.e., pessoas, coisas, ideias etc.) ou situações (eventos, ações etc.). Desta forma, não há como um elemento sem referência receber papel- θ . Retomando (37), os DPs (a maioria deles, incluindo anáforas e pronominais) são expressões com potencial de referência por nomearem entidades; e as orações, por designarem situações. As seguintes sentenças servem de exemplo:

(42) A Lancôme® *lançou* [_{DP} **um novo perfume**].
Agente *Tema*

(43) As mulheres *esperam* [_{CP} **que** [_{IP} **a Lancôme® lance um novo perfume**]].
Experienciador *Tema*

Em (42), o predicado *lançar* seleciona como um de seus argumentos o DP **um novo perfume**. Em (43), o predicado *esperar* seleciona como um de seus argumentos a oração **que a Lancôme® lance um novo perfume**.

De acordo com Jackendoff (2002), o mesmo argumento semântico pode ser expresso por diferentes categorias sintáticas. O predicado, então, especifica as propriedades semânticas de seus argumentos, bem como as suas propriedades sintáticas. Assim:

⁵² Os verbos inacusativos (ou ergativos) serão tratados no capítulo 4.

- (44) a. Sofia *mencionou* [DP seu novo endereço].
 b. Sofia *mencionou* [CP que [IP se mudou]].

O referido autor observa que há, no entanto, outros verbos que apresentam apenas uma única possibilidade, no que diz respeito ao seu argumento sintático:

- (45) a. O sindicato *enviou* [DP cartões de Natal] aos professores.
 Agente *Tema* *Alvo*

- b. O sindicato *enviou* *[CP que os professores receberiam cartões de Natal].

Acerca da classificação dos papéis- θ , Haegeman (1994) relata que não há uma concordância entre os autores sobre quantos papéis temáticos existem e, até mesmo, sobre os nomes dados a eles. Estes são os nomes mais utilizados para a identificação de papéis- θ (HAEGEMAN, 2006, p. 192):

- (46) a. AGENTE/ATOR

Aquele que, intencionalmente, provoca a ação expressa pelo predicado.

- b. TEMA₁

A entidade que sofre mudança de estado (lugar, posse).

TEMA₂

(Quando os papéis de Paciente e de Tema são agrupados juntos.) A entidade que sofre a ação do predicado.

- c. PACIENTE

A entidade que sofre a ação expressa pelo predicado. Experimenta uma mudança no seu estado interior, não tendo a ver, portanto, com mudança de lugar ou de posse.

- d. EXPERIENCIADOR

A entidade que experimenta estado (psicológico) expresso pelo predicado.

- e. BENEFICIÁRIO

A entidade que se beneficia da ação expressa pelo predicado.

- f. ALVO

A entidade para a qual a atividade expressa pelo predicado é direcionada.

argumento externo; e nunca receberá marcação Casual quirky⁵³. Outros papéis- θ , como, por exemplo, *Experienciador*, *Causa*, *Tema*, *Instrumento* podem ser sujeito ou objeto. O que determinará o papel temático a ser atribuído aos argumentos é a situação “imposta” pelo predicado.

Até este momento, vimos que a atribuição dos papéis temáticos resulta da relação estabelecida entre o *predicado* (verbo) e os seus *argumentos*, *interno* e *externo*. Dando continuidade aos tópicos constantes deste capítulo, passaremos à terceira seção, que nos apresentará a estrutura desses argumentos.

3.3. ESTRUTURA DE ARGUMENTOS (OU ESTRUTURA-A)

Segundo Grimshaw (1992), o crescente e o importante papel desempenhado pelos princípios, como o do Critério Theta e o da Projeção, na GB, bem como o desenvolvimento de teorias lexicalistas, promoveu um novo olhar para a estrutura de argumentos (estrutura-A). Com isso, a estrutura de argumentos passou a representar um conjunto de informações relevantes para o comportamento sintático de um item lexical. A estrutura-A de um item lexical também compõe a sua entrada lexical. É necessário que cada predicado seja especificado quanto ao número de argumentos que seleciona, a fim de formar uma expressão linguística semanticamente completa.

A estrutura-A estabelece interface com dois tipos de representações, conforme a autora. Uma representação é a estrutura semântico-lexical; e a outra é a estrutura-D. Conforme a referida autora, a estrutura semântico-lexical projeta a estrutura-A, e a estrutura-A e os princípios da Teoria X-Barra projetam a estrutura-D.

Antes de prosseguirmos tratando a estrutura-A, mostraremos o que alguns autores dizem acerca de *argumento* e *predicado*, termos muito relacionados a essa estrutura.

Vejamos o que Negrão (2003, p. 100) diz a respeito de argumentos: “são os itens que satisfazem as exigências de combinação dos predicados”. Acrescenta que desempenham papéis (temáticos) específicos definidos por eles. Sobre os predicados, a autora (p. 100) explica-os assim: “são itens capazes de impor condições sobre os elementos que com eles

⁵³ Janke (2005) fala em *quirky verbs*. Refere-se a eles como sendo uma pequena classe de verbos no islandês. Os verbos *quirky* atribuem Caso ao seu sujeito e não concordam com ele. Culicover (1997) levanta dois aspectos particulares a essa classe de verbos. Um deles é que o sujeito pode receber outro Caso que não o nominativo. E o outro aspecto é que o objeto pode receber um Caso diferente de acusativo.

compõem o constituinte do qual são núcleos”. Com base nisso, podemos chegar à conclusão de que não somente os verbos (cf. (48)) são predicados, mas, inclusive, os nomes (cf. (49)), os adjetivos (cf. (50)) e as preposições (cf. (51)), na medida em que definem o número de participantes do qual necessitam, as características desses participantes e o papel que cada um deles desempenha.

Para Raposo (1992) também, todas as categorias lexicais (N, V, P, A) têm, em princípio, a capacidade de selecionar argumentos e de atribuir papel temático, tornando-as “predicadores⁵⁴”. Apesar disso, considera que umas categorias possuem mais predisposição que outras para atuar como predicado, como é o caso do verbo e do adjetivo. Especificamente sobre os nomes, Raposo diz que, embora a principal função do nome seja a de (núcleo de) argumento, tanto os nomes relacionais (*autor*, por exemplo) como os nomes deverbais (*destruição*, por exemplo) podem ser predicados. Com relação ao argumento, o autor enfatiza que é a categoria gramatical que pode ser o suporte de funções- θ . Refere-se a duas categorias gramaticais, a saber, a maioria dos DPs (aqueles que designam entidades) e as orações (que designam situações).

(48) predicado V

a. [**O treinador da equipe**]_{arg.} *cronometrou* [**a corrida**]_{arg.}. (PB)

Agente

Tema

b. [**Os alunos**]_{arg.} *empurraram* [**o professor**]_{arg.}. (PE)

Agente

Paciente

(49) predicado N

a. O *treinador* [**da equipe**]_{arg.}. (PB)

Tema

b. O *autor* [**do livro**]_{arg.}. (PE)

Tema

(50) predicado A

a. [**O treinador**]_{arg.} ficou *otimista* [**com o resultado da corrida**]_{arg.}. (PB)

Experienciador

Causa

⁵⁴ Raposo (1992) utiliza *predicador* em vez de *predicado*.

b. [**O João**]_{arg.} está *contente* [com **os seus filhos**]_{arg.}. (PE)

Experienciador

Causa

(51) predicado P

a. Entregaram medalhas *para* [**os vencedores**]_{arg.}. (PB)

Beneficiário

b. Eu fiz tudo isto *para* [**os meus filhos**]_{arg.}. (PE)

Beneficiário

(exemplos do PE extraídos de RAPOSO, 1992, p. 278)

Napoli (1993), por sua vez, explica argumento como sendo o(s) participante(s) da *atividade*⁵⁵ sugerida pelo verbo, ou seja, o sujeito e o objeto. Tal participação independe de ser voluntária ou involuntária, consciente ou inconsciente. De acordo com o tipo de argumento, este receberá um nome, como, por exemplo, Agente, Tema, Beneficiário, Instrumento, entre outros.

Haegeman (1994) fala de predicado e de argumento de uma forma metafórica, chegando a contrastar argumento e adjunto.

[...] predicados são como o script de uma peça teatral. Em um script, alguns papéis são definidos e terão de ser atribuídos aos atores. Os argumentos de um predicado são como os papéis definidos pelo script da peça. Para uma apresentação adequada da peça, cada papel deve ser atribuído a um ator. Nenhuma parte deixará de ser incluída, bem como nenhum ator no palco deixará de ter um papel. Adjuntos podem ser comparados às partes no script que não são centrais na peça.⁵⁶ (HAEGEMAN, 1994, p. 44).

Em outras palavras, o argumento é imprescindível para o predicado. O adjunto, por sua vez, traz para a sentença informações extras, como aquelas relativas a modo, a tempo e a lugar. Essas últimas informações, bem ao contrário das primeiras, são prescindíveis, podendo,

⁵⁵ Verificamos que os autores utilizam termos distintos para se referirem ao contexto que os verbos denotam. Negrão (2003), por exemplo, utiliza o termo *situação* por considerá-lo mais abrangente. Justifica a sua escolha afirmando que nem todos os verbos denotam unicamente *atividade* mas, também, *estado* ou *evento*. Napoli (1993, p. 104) já faz uso de outro termo. Passa a usar *evento*, considerando-o mais amplo que *atividade* e *estado*.

⁵⁶ (Tradução realizada pela autora deste trabalho.) Original em inglês:

[...] predicates are like the script of a play. In a script a number of roles are defined and will have to be assigned to actors. The arguments of a predicate are like the roles defined by the script of a play. For an adequate performance of the play, each role must be assigned to an actor. It will not do either to miss out on a part in the play or to have actors on the stage who have no part to play. Adjuncts might be compared to the parts in the script which are not central to the play.

assim, ser descartadas. Por essa razão, expressões de tempo, de modo e de lugar, que fornecem informações não-obrigatórias, não fazem parte da estrutura-A de um predicado.

Grimshaw (1992) faz uma distinção entre *argumentos gramaticais* e *participantes semânticos*. De acordo com ela, nem todos os itens lexicais possuem uma estrutura-A nem requerem argumentos sintáticos. A autora afirma que:

[...] apenas nomes que se referem ao que chamo eventos complexos – nomes que têm uma análise aspectual interna – possuem uma estrutura-a. Por isso, apenas eles têm argumentos gramaticais obrigatórios do tipo que os verbos têm. Cada verbo e cada nome têm uma representação semântico-lexical (uma estrutura conceitual lexical ou ecl) que inclui, entre outras coisas, os participantes nas atividades ou nos estados descritos pelo verbo [...]. Alguns desses participantes são realizados como argumentos gramaticais e projetados em uma representação de estrutura-a. Porém, a habilidade de projetar argumentos desta forma é limitada entre os nomes a uma classe a qual me refiro como *nominais de evento* ou *de processo*. Outros nomes não têm uma estrutura-a como parte de sua representação lexical, mesmo que possam muito bem ter argumentos semânticos aparecendo em suas definições da ecl.⁵⁷ (GRIMSHAW, 1992, p. 5).

Conforme Culicover (1997), os argumentos, embora também estejam associados aos nomes e aos adjetivos, são mais frequentemente relacionados aos verbos. As três categorias mencionadas (entretanto, nem todos os nomes) expressam propriedades de algo ou as relações entre eles. O autor (p. 16) complementa: “Os argumentos são os sintagmas que denotam as coisas que têm tais propriedades ou estão envolvidas nessas relações”. Fala que, em geral, há dois tipos de argumentos, o sujeito e os complementos.

Cançado (2009), por sua vez, busca delimitar, “com mais precisão”, as noções de argumento, de complemento e de adjunto. Para tanto, define os argumentos como uma noção estritamente semântica, envolvendo a marcação de papel- θ . Os complementos e os adjuntos, define-os como noções estritamente sintáticas, envolvendo a posição estrutural e a atribuição de Caso. Acrescenta que os argumentos se estabelecem em uma estrutura semântico-lexical e estão relacionados às posições de sujeito, de complemento e, também, de adjuntos na estrutura sintática.

Predicados, então, apresentam estruturas de argumento. Neste trabalho, dentre os possíveis predicados, trataremos unicamente o predicado *verbo*.

⁵⁷ (Tradução realizada pela autora deste trabalho.) Original em inglês:

[...] only nouns that refer to what I call complex events – nouns that have an internal aspectual analysis – have a-structure. Hence, only they have obligatory grammatical arguments of the kind that verbs have. Each verb and noun has a lexico-semantic representation (a lexical conceptual structure or lcs) that includes, among other things, the participants in the activities or states described by the verb [...]. Some of these participants are realized as grammatical arguments and projected into an a-structure representation. However, the ability to project arguments in this way is limited among nouns to a subclass that I will refer to as *process* or *event nominals*. Other nouns do not have a-structure as part of their lexical representation, even though they may very well have semantic arguments appearing in their lcs definitions.

A estrutura de argumentos de um predicado determina quantos argumentos são exigidos por ele e em que posições argumentais sintáticas (sujeito ou objeto) podem ocorrer, diferenciando os papéis temáticos atribuídos a eles, seja para o argumento externo (sujeito), seja para o argumento interno (objeto). Dessa forma, com a inserção do verbo como núcleo de VP, a sua estrutura-A é imediatamente ativada. Chamamos *sujeito* e *objeto* os argumentos sintáticos dos verbos (JACKENDOFF, 2002).

(52) a. poluir (x, y)

A população **polui** o lago.

Agente

Tema

b. clap (x, y)

Hugh **clapped** his hands.

Agente

Tema

‘Hugh bateu suas mãos.’

c. medir (x, y)

Maria **medió** el jardín.

Agente

Tema

‘Maria mediu o jardim.’

d. courir (x)

Les cyclistes **courent**.

Agente

‘Os ciclistas correm.’

e. inviare (x, y)

Carlo **ha inviato** il pacco (per Mario).

Agente

Tema

Beneficiário

‘Carlo enviou o pacote para Mario.’

São os verbos que determinam de quantos argumentos precisam e que atribuem papéis temáticos aos argumentos exigidos ou permitidos. Essa determinação leva à classificação tradicional de verbos, que aponta para dois tipos básicos, a saber, transitivos e intransitivos. A

distinção geral entre um verbo transitivo e um verbo intransitivo se dá pelo número e pelo tipo de argumentos que cada um seleciona.

Verbos transitivos (ver (53)) requerem, no mínimo, dois argumentos nucleares: um argumento externo (i.e., na posição de sujeito) e um argumento interno (i.e., na posição de objeto, regido pelo verbo). O argumento interno é, portanto, subcategorizado pelo verbo e semanticamente selecionado por ele. O argumento externo não é subcategorizado pelo verbo; ele é semanticamente selecionado pelo verbo. Verbos intransitivos (ver (54)), por seu turno, possuem apenas um argumento nuclear.

(53) a. esbanjar (x, y)

[A mulher do general]_x **esbanja** [dinheiro]_y.

b. distribuir (x, y, z)

[Os presidencialáveis]_x **distribuem** [sorrisos e cumprimentos]_y [aos eleitores]_z.

(54) trabalhar (x)

[A mulher do soldado]_x **trabalha**.

Em (53) e (54), o (x) identifica o *argumento externo*; o (y) e o (z), os *argumentos internos*.

Embora, conforme Napoli (1993), os *quadros de subcategorização e de argumentos* de um verbo sejam independentes um do outro, a autora revela que, no momento em que juntamos palavras para produzirmos uma sentença, os referidos quadros passam a interagir. Veremos o que nos mostram (55) e (56), por exemplo, um verbo classificado como transitivo.

(55) acheter

‘comprar’

Quadro de argumento: Agente Tema Beneficiário

Quadro de subcategorização: DP ____ DP PP

(56) *Elle* **a acheté** *une poupée* (pour *sa fille*)

Agente Tema Beneficiário

‘Ela comprou uma boneca (para a sua filha)’.

Ao longo da abordagem realizada, verificamos que os argumentos estão relacionados à Teoria Temática, haja vista serem eles os receptores de papéis temáticos, tais como *Agente*, *Paciente/Tema*, *Instrumento*, *Experienciador* etc. Após entendermos que os argumentos verbais são externo (FG sujeito) e interno (FG objeto), veremos, a seguir, uma teoria que mostra e explica a proeminência existente entre eles e, conseqüentemente, entre os papéis temáticos que lhes são atribuídos.

Teoria da Proeminência

Grimshaw (1992) reitera a ideia de uma teoria da proeminência, que consiste da hipótese de que a estrutura-A, habilitada a licenciar o(s) argumento(s) de um predicado, seja uma representação estruturada através da qual sejam definidas as relações (maior ou menor) de proeminência entre os argumentos. Na estrutura-A de um predicado, o argumento externo é mais proeminente do que o argumento interno. A referida teoria separa a *noção de argumento externo*, uma noção da estrutura de argumento, da *noção de sujeito*, uma noção configuracional. Além disso, apresenta a particularidade de não utilizar os nomes dos papéis temáticos na representação da estrutura-A. O que lhe interessa não são as informações semânticas dos argumentos mas a relação de proeminência que se estabelece entre eles.

A maior ou a menor proeminência entre os argumentos está relacionada às *propriedades temáticas* (por meio da hierarquia entre os papéis temáticos) e às *propriedades aspectuais* do predicado em questão.

- (57) announce (Agente(Alvo(Tema)))
(exemplo extraído de GRIMSHAW, 1992, p. 4)

Com o exemplo (57), Grimshaw, fazendo uso de parênteses, mostra-nos a relação de proeminência entre os papéis temáticos marcados pelo predicado *announce*. O argumento externo *Agente* é mais proeminente que os argumentos internos, *Alvo* e *Tema*. Dentre os internos, *Alvo* é mais proeminente que *Tema*. O argumento externo é tido sempre como o mais proeminente dentro da estrutura-A.

Com base na teoria da proeminência, Grimshaw (1992, p. 3) salienta que:

A principal suposição é a de que a estrutura-A de um predicado tenha a sua própria estrutura interna, o que afeta o comportamento gramatical do predicado de muitas maneiras. A organização da estrutura-A de um predicado é para ser um reflexo de sua semântica lexical, de forma que a estrutura-A de um predicado derive das características importantes do seu significado.⁵⁸

A autora faz referência a duas dimensões, a saber, a *temática* e a *aspectual*, que interagem entre si, sendo determinantes para as relações de proeminência. É delas que passaremos a tratar.

- Dimensão temática

Os estudos de Jackendoff (1975, 2002) apontam para a existência de uma hierarquia temática dentre os DPs argumento. Segundo o autor (2002, p. 143), trata-se de um princípio (cf. (58)) que “não é nem puramente sintático, nem puramente semântico”. Há uma interface entre as duas áreas, combinando papéis temáticos com posição sintática.

(58) Agente > Receptor (ex. objeto indireto de *dar*, *enviar* etc.) > Tema (entidade que sofre mudança de estado ou de lugar) > Locativo (ex. objeto de *entrar*, *partir*, *rodear*) > NP Predicado.⁵⁹ (JACKENDOFF, 2002, p. 143).

Grimshaw (1992) propõe que a hierarquia temática seja vista como o princípio organizador das estruturas-A. A hierarquia temática assumida pela autora, cujo argumento mais alto ou proeminente é o *Agente*, seguido pelo *Experienciador*, é esta (o argumento mais proeminente é aquele delimitado por um único conjunto de parênteses):

⁵⁸ (Tradução realizada pela autora deste trabalho.) Original em inglês:

The fundamental assumption is that the a-structure of a predicate has its own internal structure, which affects the grammatical behavior of the predicate in many ways. The organization of the a-structure for a predicate is taken to be a reflection of its lexical semantics, so that the a-structure of a predicate should be derivable from key characteristics of its meaning.

⁵⁹ (Tradução realizada pela autora deste trabalho.) Original em inglês:

Agent > Recipient (e.g. indirect object of *give*, *send* etc.) > Theme (entity undergoing change or being located) > Location (e.g. object of *enter*, *leave*, *surround*) > Predicate NP. (JACKENDOFF, 2002, p. 143).

- (59) (Agente (Experienciador (Alvo/Fonte/Locativo(Tema⁶⁰))))⁶¹
(GRIMSHAW, 1992, p. 8)

Em sentenças em que ocorrem verbos agentivos, será sempre o *Agente*, o sujeito, o argumento (externo) mais proeminente, tanto na estrutura sintática quanto na estrutura semântica, conforme o esquema demonstrado por Grimshaw (1992, p. 8), reproduzido em (60).

- (60) murder (x (y))
Agente Tema
The police murdered the robbers.
Agente Tema
'A polícia **matou** os ladrões.'

Há outros predicados, como um dos dois tipos de *verbos psicológicos*⁶² (ou *psicoverbos*), que também apresentam uma estrutura-A em que o DP argumento externo é mais proeminente tematicamente que o DP argumento interno. Estamos falando, conforme a autora, da classe de verbos psicológico-estativos⁶³, representada por *fear/hate/admire*⁶⁴ etc., em inglês (*temer*, em português; *temere*, em italiano). Estes apresentam a seguinte estrutura-A.

- (61) a. (x (y))
Experienciador Tema
perfeito { [+proeminente [-proeminente
alinhamento sintaticamente] sintaticamente]
das { [+proeminente [-proeminente
dimensões tematicamente] tematicamente]

⁶⁰ Também designado de Paciente (ver RAPOSO, 1992; HAEGEMAN, 1994, 2006).

⁶¹ (Tradução realizada pela autora deste trabalho.) Original em inglês:
(Agent(Experiencer(Goal/Source/Location(Theme))))

⁶² Conforme Caçado (1995, p. 4), verbos psicológicos são aqueles que “denotam um estado emocional ou mental”. A referida autora considera inadequada a análise temático-aspectual apresentada por Grimshaw, no que tange aos verbos psicológicos.

⁶³ Os verbos estativos descrevem estados.

⁶⁴ ‘temer/odiar/admirar’

psicológico-causativos⁶⁷. Grimshaw assume que argumentos de Causa de predicados causativos são sempre sujeito. Dentro da estrutura causal, da mesma forma que dentro da estrutura temática, também há uma hierarquia. O Agente e a Causa são os mais proeminentes dentro das estruturas a que pertencem, temática e causal, respectivamente. Para os predicados da classe representada por *fear*, o DP Tema (argumento interno), ao contrário, não é uma causa. Esta é uma característica de carácter aspectual, que os faz pertencer a subclasses aspectuais distintas.

- (63) Thunder **frightens** them.
 Tema Experienciador
 ‘Os trovões os assustam.’
 (exemplo extraído de GRIMSHAW, 1992, p. 8)

Como vemos, em ambas as estruturas, tanto na em que ocorrem verbos representados por *fear*, *hate*, *admire*, quanto naquela em que ocorrem os representados por *frighten* e *disturb* (dois tipos da classe dos psico-verbos), concorrem DPs com os mesmos papéis- θ , Experienciador e Tema. No entanto, os dois tipos de predicados diferem entre si com relação as suas propriedades aspectuais e, conseqüentemente, com relação à realização da estrutura-D de seus argumentos (GRIMSHAW, 1992).

Embora as informações contidas na estrutura-A digam respeito somente às relações de proeminência entre os argumentos, como (64a), a informação acerca dos papéis temáticos atribuídos (ver (64b)) colabora para o melhor entendimento dessa estrutura, especialmente para o caso daqueles verbos cujas estruturas de argumento e sintática não coincidem.

- (64) a. (x(y(z)))
 b. (x_{EXPERIENCIADOR}(y_{TEMA}(z_{LOCATIVO})))⁶⁸
 c. Pierre a vu ses amis à l’avenue des Champs-Élysées.
 Experienciador Tema Locativo
 ‘Pierre viu seus amigos na Avenida Champs-Élysées.’

⁶⁷ Os verbos causativos evidenciam causa.

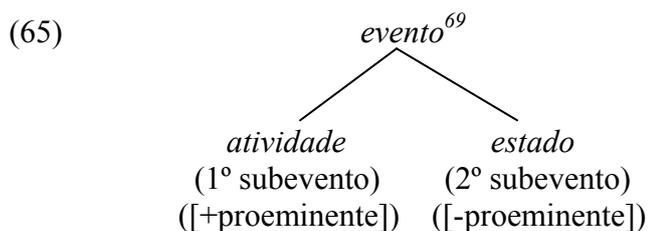
⁶⁸ Utilizamos em (64b) a hierarquia proposta por Jackendoff (2002).

Isto nunca acontecerá: o *Agente*, o mais proeminente nas dimensões temática e aspectual, ser o argumento interno. Se presente, o *Agente* sempre será o argumento externo, recebendo somente Caso nominativo, devido à interação das propriedades temáticas e aspectuais do predicado (GRIMSHAW, 1992), que, nesse caso, são coincidentes. Na situação de o argumento ser proeminente nas duas instâncias – temática e aspectual -, a sua posição de sujeito estará sempre salvaguardada.

A principal determinante do argumento que terá a função de sujeito é a hierarquia aspectual, sobre a qual falaremos a seguir.

- Dimensão aspectual

Grimshaw propõe que a dimensão seja aspectual por se tratar da projeção da *estrutura de evento* (ou aspecto) dos predicados. A autora assume que cada verbo possui a sua *estrutura de evento*, que, quando combinada a outros elementos da oração, oferece uma estrutura de evento a toda sentença. Essa estrutura representa a *análise aspectual* da oração e define, por exemplo, que adjuntos serão permitidos ou exigidos pelo predicado. Além disso, a estrutura de evento divide os eventos em duas subpartes aspectuais, de acordo com o esquema da autora (p. 26), reproduzido em (65).



Consideremos a estrutura de evento de Grimshaw através da seguinte sentença:

- (66) The girl **broke** the window.
 x **broke** y
 ‘A menina quebrou a janela.’

⁶⁹ As informações entre parênteses não constam do esquema original apresentado por Grimshaw. Acrescentamos essas informações para facilitar a compreensão.

Em (66), “x” está envolvido na *atividade* de quebrar, e “y” é o que foi quebrado, é o *estado* resultante dessa atividade. A estrutura de evento nos leva a concluir que o argumento que participa do primeiro subevento é mais proeminente aspectualmente que aquele que participa do segundo subevento, o argumento correspondente ao elemento cujo *estado* é alterado. É o argumento de maior proeminência aspectual que se torna o sujeito. No caso dos predicados psicológico-estativos, cujo comportamento parece o mesmo dos predicados agentivos, o *Experienciador* é o argumento mais proeminente nas duas dimensões, a aspectual e a temática.

Examinada a interação entre as análises aspectual e temática da maioria das classes de verbos, das quais derivam a representação da estrutura-A, Grimshaw (1992, p. 28) apresenta os esquemas⁷⁰ de (67) a (72).

(67) Verbo *transitivo agentivo*

(Agente (Tema))

1 2

(68) Verbo *bitransitivo* (Grimshaw utiliza um “x” para indicar a posição de Alvo e de Tema dentro da hierarquia temática, por não ter evidências do aspecto dos referidos papéis. A atribuição de papéis temáticos inicia do menos ao mais proeminente dentre os argumentos.)

(Agente (Alvo(Tema)))

1 x x

(69) Verbo *inergativo*

(Agente)

1

(70) Verbo de *estado psicológico*, da mesma classe de *fear*, *temer*, *temere*, *avoir peur* (fr.) etc.

(Experienciador(Tema))

1 2

⁷⁰ Os números 1 e 2 identificam em que subevento o argumento aparece.

(71) Verbo de *causa psicológica*, da mesma classe de *frighten*, *assustar*, *preoccupare*, *effrayer* (fr.) etc. (o Tema é aspectualmente mais proeminente que o Experienciador)

(Experienciador(Tema))

2 1

(72) Verbo agentivo-psicológico-causativo

(Agente(Experienciador))

1 2

De acordo com a autora, se essa análise estiver correta, não haverá nenhuma dificuldade envolvendo os predicados psicológico-causativos. A estrutura-A dessa classe de verbos e o seu comportamento gramatical resultam da sua semântica, conforme já discutido.

A estrutura de argumentos relacionada aos verbos inacusativos não foi apontada propositalmente. Há, no próximo capítulo, uma seção dedicada aos referidos verbos. Nela abordaremos as particularidades que os envolvem, sejam elas quanto a sua estrutura-A, ao papel temático atribuído e à marcação de Caso do único DP que selecionam.

O que tratamos até este momento poderá servir de subsídio para abordarmos o fenômeno linguístico em evidência no próximo capítulo.

3.4 RESUMO

Neste capítulo, vimos que, em estrutura-S, DPs sujeito e DPs objeto recebem Caso estrutural, independente de seus papéis temáticos. Ao processo de marcação de Caso do tipo estrutural, estão relacionados os aspectos de regência e de adjacência. Para que uma sentença seja considerada gramatical, os DPs presentes têm de receber marcação Casual. Os DPs que estão sob a regência de nomes e de adjetivos, ao contrário, recebem Caso inerente na estrutura-D, relacionado com o papel temático que lhes é atribuído. O nominativo é atribuído ao DP com o qual o verbo concorda; o acusativo, ao DP que desempenha a função de objeto. O Caso, responsável por legitimar os DPs dentro da sentença, possibilita, então, a interpretação dos papéis temáticos que lhes cabem.

As relações entre o predicado e os seus argumentos, interno e externo, estabelecem os papéis- θ atribuídos a esses argumentos, que são os únicos elementos da sentença a receberem papel temático. O número de argumentos requisitado pelo predicado define o número de papéis temáticos a ser atribuído por ele. São estas as categorias que aparecem na posição de argumento: anáforas explícitas; pronominais; expressões-R; e orações.

A estrutura-A é uma representação estruturada sobre a qual relações de proeminência são definidas, e na qual o argumento externo é mais alto que o argumento interno. As relações de proeminência estão relacionadas à hierarquia temática, bem como à hierarquia aspectual do predicado. É a hierarquia aspectual que define qual argumento será realizado como sujeito da sentença. Agente (estrutura temática) e Causa (estrutura causal) estão sempre associados à posição de sujeito. Os verbos psicológico-causativos (*frighten, disturb* etc.) têm como sujeito um DP Tema, que é uma causa. Vimos que a teoria da proeminência permeia as representações da estrutura-A, sendo capaz de explicar as propriedades de diversos tipos de verbos.

No capítulo 4, a seguir, *Dos verbos inacusativos e da inversão do sujeito*, essas teorias ocuparão o seu lugar de destaque. Elas, a serviço da GB, darão conta de esclarecer o comportamento e as particularidades da estrutura que envolve exclusivamente a ordem VS com os verbos inacusativos.

4 DOS VERBOS INACUSATIVOS E DA INVERSÃO DO SUJEITO

Finalmente... a ponta do iceberg!

O DP sujeito posposto ao verbo inacusativo

No mesmo ano, *surgia* o primeiro celular com a tecnologia sem fio Bluetooth, atualmente muito difundida em qualquer aparelho wireless. Assim *começa* a recapitulação do que aconteceu no mundo da tecnologia móvel desde o começo da década até agora. [...] *Nascia* o desejo de enviar fotos para todo mundo. [...] Em 2003 *nasceu* o Windows Móvel, sistema muito usado em smartphones. [...] No ano de 2005, *surgiram* dois Sony Ericsson poderosos: o K750i, com uma câmera caprichada, e o W800i, especializado em música. [...] Em 2009, *chegou* o sistema operacional para celulares do Google, o Android. (jornal O Sul, Porto Alegre, 25/01/10, caderno Reportagem, p. 6).

Com tantos exemplos, não haveria trecho melhor para sinalizar o *caminho a ser trilhado* por este capítulo.

Os assuntos tratados nos capítulos antecedentes contribuirão, certamente, para a compreensão do que versará aqui. O capítulo 4, então, está subdividido em três seções. A primeira seção (4.1) abordará o fenômeno da inacusatividade verbal. Embora, de acordo com Alexiadou et al. (2004), a hipótese da inacusatividade⁷¹ não se restrinja apenas à categoria V, é exclusivamente sobre ela que falaremos. A segunda seção (4.2) tratará a inversão do sujeito, a posposição do sujeito ao verbo inacusativo (monoargumental, portanto), em sentenças declarativas no PB. Para considerarmos a propriedade de o PB permitir o sujeito da sentença na referida posição, não poderemos deixar de destacar o parâmetro *pro-drop* dentro da GB. A terceira seção (4.3) conterá o resumo do capítulo.

4.1 INACUSATIVIDADE VERBAL

David Perlmutter (1978) fala na *hipótese da inacusatividade*⁷² dentro do contexto da gramática funcional. Diz que é representada sintaticamente porém determinada

⁷¹ Alexiadou et al. (2004) afirmam que adjetivos também podem dividir-se em inacusativos e em inergativos.

⁷² Perlmutter (1978), em uma de suas notas, afirma que, conforme o seu conhecimento, o primeiro a sugerir a hipótese da inacusatividade foi Edward Sapir em 1917, embora este a tenha proposto de forma diferente da sua. A principal diferença entre a ideia de inacusatividade apresentada por eles diz respeito à abrangência desse fenômeno entre as línguas. Para Perlmutter, a inacusatividade se trata de um universal linguístico.

semanticamente. Burzio (1986), por sua vez, mais tarde, faz referência a ela dentro da GB. Trata-se de uma hipótese sintática que defende a ideia de que há duas classes⁷³ de verbos intransitivos, a saber, a dos verbos inacusativos (ou ergativos, cf. BURZIO, 1986) e a dos verbos inergativos (ALEXIADOU et al., 2004). Ambos são, então, monoargumentais. Apesar de terem a característica de selecionarem apenas um argumento, apresentam relevantes diferenças estruturais. Estas são suficientes para justificar a divisão entre verbos inacusativos e verbos inergativos. Vejamos os exemplos em (1) e em (2), em que ambos os verbos são, de acordo com a nomenclatura tradicional, intransitivos.

(1) Verbo **inacusativo**

arrivare (it.), arriver (fr.), arrive (ing.), chegar(PB)

- a. Giovanni *arriva*. (BURZIO, 1986, p. 20)
- b. Giovanni *arrive*.
- c. Giovanni *arrives*.
- d. Giovanni *chega*.

(2) Verbo **inergativo**

telefonare (it.), téléphoner (fr.), telephone (ing.), telefonar (PB)

- a. Giovanni *telefona*. (BURZIO, 1986, p. 20)
- b. Giovanni *telephone*.
- c. Giovanni *telephones*.
- d. Giovanni *telefona*.

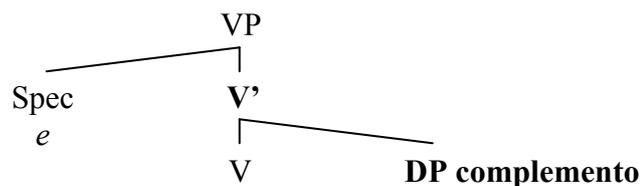
Conforme ressalta Burzio (1986), se observados, por exemplo, os verbos auxiliares aspectuais que compõem os tempos verbais compostos dos intransitivos, vemos que não são os mesmos. Os tempos verbais compostos dos verbos inacusativos necessitam da presença do auxiliar **ser/estar** (ver (3a,b)); os tempos verbais compostos dos verbos inergativos requerem a presença do auxiliar **ter** (ver (4a,b)). Nas línguas como, por exemplo, o italiano e o francês, em que os verbos auxiliares se fazem presentes na composição de tempos verbais, a participação de um ou de outro verbo auxiliar acaba se tornando uma evidência da subclasse a que pertence o verbo intransitivo, ou seja, à subclasse dos inacusativos ou à dos inergativos.

⁷³ A respeito da diferença entre as duas classes de verbos intransitivos (inacusativos e inergativos), segundo Levin e Rappaport Hovav (1995), há autores que, através de seus estudos, são unânimes em afirmar que noções semânticas, como, por exemplo, “atividade” (para os verbos inergativos) e “mudança de estado” (para os verbos inacusativos), são aspectos de significado importantes para a sua classificação.

- (3) Auxiliar *essere* (it.), *être* (fr.) + verbo **inacusativo**
- Giovanni **è arrivato**. (passato remoto) (BURZIO, 1986, p. 20)
 - Giovanni **est arrivé**. (passé composé)
 - Giovanni arrived. (simple past)
 - Giovanni chegou. (pretérito perfeito)
- (4) Auxiliar *avere* (it.), *avoir* (fr.) + verbo **inergativo**
- Giovanni **ha telefonato**. (passato remoto) (BURZIO, 1986, p. 20)
 - Giovanni **a téléphoné**. (passé composé)
 - Giovanni telephoned. (simple past)
 - Giovanni telefonou. (pretérito perfeito)

À luz da GB, os *verbos inacusativos* apresentam um *DP objeto* (argumento interno), na estrutura-D⁷⁴, com um papel- θ devidamente atribuído. Subcategorizam um DP objeto, ao qual não atribuem o Caso estrutural acusativo (é por essa razão que recebem o nome *inacusativo*), ou um CP. Os *verbos inergativos*, ao contrário, apresentam um *DP sujeito* (argumento externo) na estrutura-D, com a atribuição de papel- θ . Vejamos a estrutura sintática (estrutura-D) da classe de *verbos inacusativos* (5) e da classe de *verbos inergativos* (6) por meio do esquema da X-Barra.

(5) Inacusativos

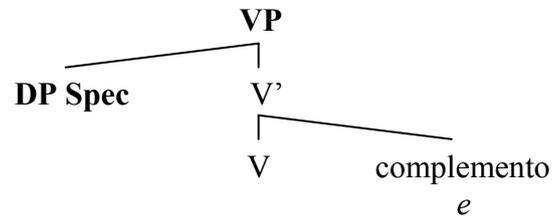


No caso de verbos inacusativos, como podemos evidenciar, a posição Spec de VP está vazia. É desta posição que sai, normalmente, o sujeito da sentença. No entanto, a posição complemento de V está preenchida. Tanto a posição Spec de VP quanto a posição complemento de V são posições argumentais (ver cap. 3). O verbo inacusativo não seleciona um argumento externo, apenas subcategoriza (ver cap. 2) um DP objeto, argumento interno. Se não seleciona um argumento externo, não tem, conseqüentemente, um papel- θ a lhe

⁷⁴ Os verbos inacusativos e os verbos passivos apresentam a mesma estrutura-D. Ambos possuem argumento interno mas não externo.

atribuir. Subcategoriza um DP objeto, que, no entanto, não recebe Caso. Recebe somente a marcação de papel- θ .

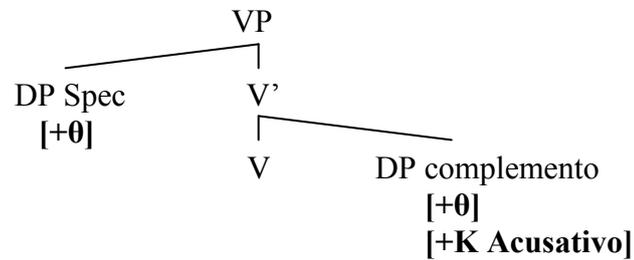
(6) Inergativos



Como vemos em (6), no caso dos verbos inergativos, a posição vazia é a de complemento. A posição preenchida é a Spec de VP, argumento externo do verbo. O verbo inergativo seleciona um sujeito, ao qual atribui um papel- θ ; entretanto, não subcategoriza um DP objeto.

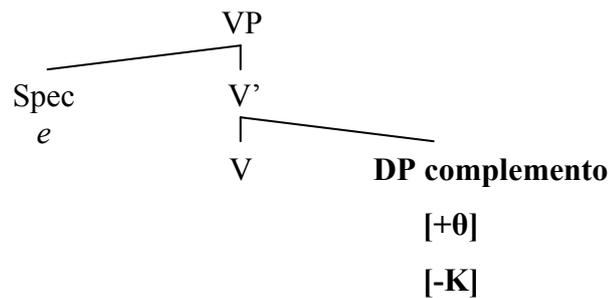
Esqueçamos, por um momento, os verbos inacusativos, com o objetivo de relembrarmos exclusivamente que marcações ocorrem dentro da estrutura VP:

(7)



Agora, considerando a estrutura VP peculiar aos verbos inacusativos, vejamos o que muda:

(8)



Conforme (8), o DP complemento, portanto objeto, de V recebe papel temático mas não Caso.

Vejam as mesmas estruturas por meio de colchetes.

- (9) estrutura-D de um verbo *inacusativo*: [VP [Spec e] [V' [V] [DP +θ,-κ]]]
- a. Pierre *est arrivé*.
 - b. Pierre *arrived*.
 - c. Pierre *chegou*.
- (10) estrutura-D de um verbo *inergativo*: [VP [Spec DP +θ] [V' [V] [e_{compl.}]]]
- a. Mireille *chante*.
 - b. Mireille *sings*.
 - c. Mireille *canta*.

Como vemos, os verbos inacusativos apresentam as seguintes peculiaridades: não atribuem Caso *acusativo* ao seu DP complemento, ou seja, ao seu argumento interno, e não atribuem papel temático externo. Essa constatação leva à chamada Generalização de Burzio.

(11) **Generalização de Burzio**

Somente os verbos que atribuem papel temático ao sujeito podem atribuir Caso (acusativo) a um objeto. (BURZIO, 1986, p. 178).

I. Duarte (2003) sugere duas explicações para essas peculiaridades. Pode ser o resultado das características idiossincráticas dos verbos inacusativos, conforme em (12), ou o efeito de processos sintáticos ou morfossintáticos que “inacusativizam” um verbo transitivo, conforme em (13).

(12) a. PB:

A candidata desmaiou.

b. PE:

O bebé nasceu ontem. (I. DUARTE, 2003, p. 509).

(13) a. PB:

O Titanic *afundou* em 14 de abril de 1912.

b. PE:

O primeiro número da revista *vendeu-se* numa semana. (I. DUARTE, 2003, p. 509).

Detalhando a segunda explicação de I. Duarte, o que vemos em (13), tanto no exemplo do PB quanto no do PE, são dois verbos transitivos, *afundar* e *vender*. Com esses dois verbos, que são transitivos, poderíamos produzir sentenças do tipo em (14).

(14) a. PB:

[DP sujeito O mar] *afundou* [DP objeto o Titanic].

b. PE:

[DP sujeito Seleções] *vendeu* [DP objeto milhares de revistas] em 2009.

Na medida em que os DPs objeto desses verbos transitivos alçam a posição de sujeito da sentença, conforme visto em (13), percebemos que, de construção transitiva, as referidas sentenças se transformaram em construção inacusativa.

Levin e Rappaport Hovav (1995) afirmam que existem muitas teorias sintáticas que contemplam as propriedades idiossincráticas de verbos, principalmente seus significados. Tais teorias buscam explicar as propriedades das configurações sintáticas (como, por exemplo, o fato de um verbo monoargumental apenas selecionar argumento interno) em que esses verbos aparecem, e defendem a ideia de que os aspectos da sintaxe de uma sentença são determinados pelo significado do verbo em uma sentença específica. Os estudos sociolinguísticos de Carvalho (2005), igualmente baseados na Teoria Gerativa, que corroboram essa afirmação, evidenciam o destaque dado pelos linguistas às “construções reveladoras” do fenômeno da inacusatividade, observadas em muitas línguas. Há muitos verbos transitivos que, inclusive, permitem uma variante inacusativa, em que o seu objeto direto passa a sujeito (cf. I. DUARTE, 2003; ALEXIADOU et al., 2004).

(15) como TRANSITIVO

Jean *brisera* le verre.

Jean *will break* the glass.

Jean *quebrará* o copo.

(16) como INTRANSITIVO-INACUSATIVO

Le verre *se briserà*.

The glass *will break*.

O copo *quebrará*.

(exemplos em francês e em inglês extraídos de ALEXIADOU et al., 2004, p. 2)

Analisemos os exemplos em italiano (17a, b), trazidos por Burzio (1986, p. 28).

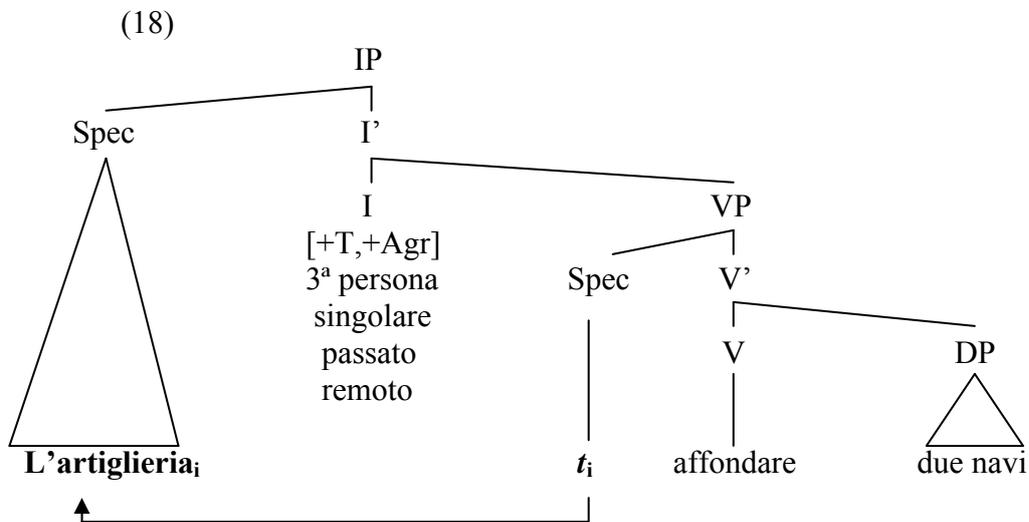
(17) a. L'artiglieria affondò due navi.

A artilharia afundou dois navios.

b. * [e] affondò due navi.

* [e] afundou dois navios.

A estrutura-S da sentença em (17a) é assim representada:



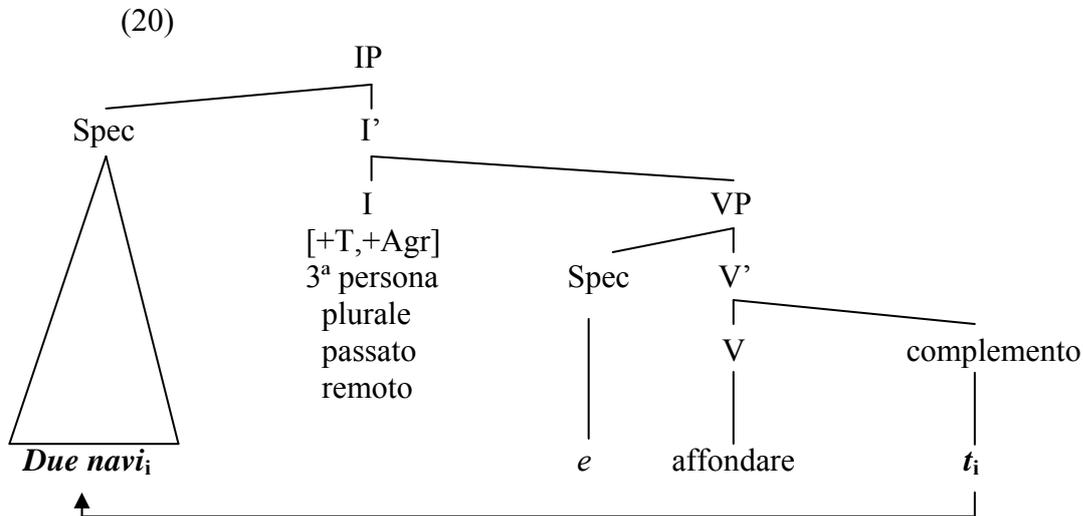
Com a aplicação da regra Mover α em (17b), temos o DP objeto, *due navi*, movido à posição de sujeito, conforme em (19).

(19) [Due navi]_i affondàrono t_i.

[Dois navios]_i afundaram t_i.

Se comparadas as sentenças (17a) e (19), em que ocorrem o verbo transitivo *affondare/afundar*, verificamos que alguns verbos transitivos permitem uma “configuração”

intransitivo-inacusativa. Na sentença (19), o argumento interno, o complemento do verbo transitivo na estrutura-D, passa a ocupar a posição de sujeito na estrutura-S. Assim, em (20), temos a estrutura-S da referida sentença.



Na estrutura-S de sentenças em que ocorrem verbos inacusativos, é da posição de complemento/objeto direto (estrutura-D) que deriva o sujeito (por essa razão, está presente um *t* coindexado ao constituinte movido). A exigência de que este único DP se mova da sua posição de base, como complemento do predicado, para a posição de sujeito da sentença resulta do EPP. Os sujeitos, tanto de verbos transitivos e inergativos quanto os de verbos inacusativos, substituíveis pela forma nominativa do pronome pessoal, acarretam a concordância verbal (pessoa e número).

A seguir, listaremos cinco testes, apresentados por Alexiadou et al. (2004), para diagnóstico da *inacusatividade* dentre os verbos intransitivos. Os testes elencados, conforme os autores, não se aplicam a todas as línguas. O primeiro teste ao qual fazem referência é a *seleção de verbo auxiliar*, que já citamos em (3) e (4). A maioria das línguas⁷⁵ românicas e germânicas necessita do auxiliar SER/ESTAR para acompanhar o verbo principal na composição, mesmo na voz ativa, de formas verbais (não incluindo o aspecto progressivo). Por exemplo, o francês, dentre as línguas românicas, requer o auxiliar *être* para integrar, juntamente com o verbo principal no particípio passado, algumas formas verbais compostas. Em (21a), vemos que o verbo inacusativo *arriver* (fr.) exige a presença do auxiliar *être* para expressar, por exemplo, o seu *passé composé*.

⁷⁵ O português e o inglês, por exemplo, são exceções.

- (21) a. Mireille est (aux. *être*) arrivée (part.passado *arriver*, fem., sing.).
 b. Mireille arrived.
 c. Mireille chegou.

O segundo teste trata a *possibilidade de o verbo inacusativo aparecer em construções resultativas*, i.e., com um sintagma resultativo (= XP), que denota o estado atingido pelo referente do NP⁷⁶, como resultado da ação do verbo em construções resultativas, como predicado do seu sujeito na estrutura-S (cf. LEVIN e RAPPAPORT HOVAV, 1995).

- (22) The prisoners froze *to death*.
 Os prisioneiros congelaram até a morte.
 (exemplo em inglês extraído de LEVIN e RAPPAPORT HOVAV, 1995, p. 39)

O terceiro diz respeito aos *participios passados*. Verbos inacusativos podem ocorrer em posição predicativa e atributiva, sendo transformados em adjetivos⁷⁷ (cf. GRIMSHAW, 1992; PESETSKY, 1995).

- (23) der *ingeschlafene* Student
 the *fallen asleep* student
 o(a) *adormecido(a)* aluno(a)
 ‘o(a) aluno(a) adormecido(a)’
 (exemplos em alemão e em inglês extraídos de ALEXIADOU et al., 2004, p. 6)

- (24) A janela está *fechada*. (I. DUARTE, 2003, p. 301)
 The window is *closed*.
 La fenêtre est *fermée*.

O quarto é sobre a *cliticização ne*. Há línguas, como o italiano, por exemplo, em que os objetos diretos compartilham a propriedade da cliticização de um sintagma partitivo pelo clítico *ne* (cf. BURZIO, 1986). Os verbos inacusativos da referida língua permitem o clítico *ne*.

⁷⁶ Alexiadou et al. não utilizam DP.

⁷⁷ Para mais informações sobre adjetivos ou predicção secundária, ver o trabalho de Conteratto (2009).

- (25) Ne arrivano molti.
of them arrive many
deles chegam muitos

O quinto está relacionado a *passivas impessoais*. Os verbos inacusativos não podem ser apassivados (cf. PERLMUTTER, 1978), tendo em vista a voz passiva absorver o papel temático do sujeito.

- (26) * Foram caídos os enfeites de Natal.
(Os enfeites de Natal caíram.)

Consideramos importante acrescentar outra evidência aos testes anteriores, relacionada à morfologia derivacional. De acordo com Levin e Rappaport Hovav (1995), a nominalização em *-er* (no inglês) deriva dos verbos inergativos não dos inacusativos. No caso do português, falamos da nominalização em *-or* (cf. I. DUARTE, 2003).

- (27) Com verbos **inergativos**:
- | | | | |
|----|-----------|---|-------------|
| a. | work | → | worker |
| | trabalhar | → | trabalhador |
| b. | swim | → | swimmer |
| | nadar | → | nadador |

- (28) Com verbos **inacusativos**:
- | | | | |
|----|--------|---|------------|
| a. | arrive | → | * arriver |
| | chegar | → | * chegador |
| b. | fall | → | * faller |
| | cair | → | * caidor |

Além de esses testes não funcionarem para todas as línguas, conforme enfatizado por Alexiadou et al. (2004), pode acontecer também de determinados verbos não apresentarem o resultado “positivo” para inacusatividade em todos os testes propostos. Este é o caso, por exemplo, do verbo inacusativo *ficar, stay, rester*.

- (29) *As pessoas *ficadas* eram brasileiras.
 * The *stayed* people were Brazilians.
 * Les personnes *restés* étaient brésiliennes.

Testes como esses ajudam a identificar, ou a confirmar, se um verbo é inacusativo ou não. Se positivo, o resultado é uma construção inacusativa. Nesse momento, fazemos uma pausa, a fim de destacarmos o termo *construção inacusativa*. De acordo com a abordagem realizada por I. Duarte (2003), que fala em *família das construções inacusativas*, esse tipo de construção não engloba somente as sentenças em que ocorrem os verbos inacusativos. Abarca mais do que isso. Abrange, ainda, as sentenças passivas, as sentenças médias e as sentenças copulativas. As construções inacusativas se remetem à inacusatividade estrutural dessas sentenças, que não apresentam argumento externo apenas interno. Este, objeto na estrutura-D, alça a posição Spec de IP (estrutura-S).

- (30) Passiva
 a. O Luís ofereceu [_{DP} objeto o livro] à Maria.
 b. [O livro]_i foi oferecido _{t_i} à Maria pelo Luís.

- (31) Média
 a. O João lê (bem) [_{DP} objeto a tua letra].
 b. [_{DP} sujeito A tua letra] lê-se bem.

- (32) Copulativa⁷⁸
 A Maria é simpática.
 (exemplos do PE extraídos de I. DUARTE, 2003, p. 521, 536 e 541)

Com base nisso, importa sabermos que o fenômeno da inacusatividade vai além dos verbos inacusativos (inacusatividade lexical). Temos a nossa frente um fenômeno que se estende às estruturas sintáticas (inacusativas) também, que podem ser geradas por tipos de sentença em que não haja a presença de verbos inacusativos. Uma vez que o nosso objetivo diz respeito à inacusatividade estrutural oriunda da ocorrência de verbos inacusativos, trataremos de ver que verbos ilustram essa classe de intransitivos.

⁷⁸ Informações sobre a estrutura inacusativa das sentenças copulativas, médias e passivas (igualmente observada no PB), consultar I. Duarte (2003).

4.1.1 Verbos inacusativos

A classe de predicados inacusativos é muito grande, de acordo com Perlmutter (1978). O autor a divide em seis subclasses, ilustrando-as com verbos inacusativos em inglês. São dessas subclasses que passaremos a falar. Como exemplificação dos inacusativos em inglês, reproduziremos alguns dos verbos ressaltados por Perlmutter.

A primeira subclasse, considerada numerosa, diz respeito aos *predicados expressos por adjetivos*, incluindo os predicados que descrevem tamanhos, formas, pesos, cores, cheiros, estados da mente etc.

A segunda subclasse (ver (33)) remete aos predicados cujo termo inicial nuclear é semanticamente um *Paciente/Tema* (*burn, fall, drop (= fall), sink, float, slide, slip, glide, soar, flow*⁷⁹ etc.).

- (33) cair, queimar, rolar, afundar, escorregar, fluir, ferver, evaporar, florescer, tremer, balançar, tropeçar, secar, sucumbir⁸⁰ etc.

Nessa segunda subclasse, conforme Perlmutter, estão incluídos os verbos *incoativos* (*melt, freeze, evaporate, vaporize, solidify, crystallize*⁸¹ etc.). A respeito dos incoativos (ver (34)), Garcia (2004) diz que “implicam uma *transição*, ou seja, uma *mudança de estado ou característica*; em outras palavras qualquer verbo que possa ser substituído por uma expressão formada pelos verbos *virar* ou *tornar-se* seguidos de adjetivo (ou locução adjetiva)”.

- (34) virar, afrouxar, alargar, amadurecer, amarelar, aquecer, arredondar, avermelhar-se, bichar, clarear, derreter, emagrecer, empobrecer, endurecer, envelhecer, esfriar, gelar, melhorar, piorar, rançar, resfriar etc.
(exemplos extraídos de GARCIA, 2004)

⁷⁹ ‘queimar, cair, afundar, flutuar, deslizar, escorregar, planar, disparar, escorrer’

⁸⁰ ‘*fall, burn, roll, sink, slip, flow, boil, evaporate, flourish, tremble, shake, trip, dry, succumb*’

⁸¹ ‘derreter, congelar, evaporar, vaporizar, solidificar, cristalizar’

A terceira abarca os predicados (ver (35)) que indicam existência e acontecimento.

(35) existir, acontecer, ocorrer⁸² etc.

Nesta também figuram vários verbos incoativos (*arise, ensue, result, show up*⁸³ etc.), conforme (36).

(36) terminar, aparecer, emergir, sumir, desaparecer⁸⁴ etc.

A quarta subclasse (ver (37)) engloba os verbos que estão relacionados à emissão não-voluntária de estímulos que interferem nos sentidos (luz, barulho, cheiro etc.).

(37) brilhar, cintilar, reluzir, tilintar, cheirar, feder⁸⁵ etc.

A quinta subclasse (ver (38)) inclui os predicados aspectuais.

(38) iniciar, começar, parar, cessar, continuar, acabar⁸⁶ etc.

A sexta e última subclasse (ver (39)) abrange os durativos.

(39) durar, permanecer, ficar, sobreviver⁸⁷ etc.

Perlmutter (1978, p. 162), ao listar somente verbos inacusativos do inglês, diz que “a ideia básica é a de que os equivalentes em outras línguas apresentarão o mesmo comportamento em relação [...] à inacusatividade”. Entretanto, chama a atenção para a possibilidade de um determinado verbo em uma língua não ser realmente equivalente a um sinônimo aparente em outra língua⁸⁸.

⁸² ‘*exist, happen, occur*’

⁸³ ‘acontecer (formal), gerar, resultar, chegar (informal)’

⁸⁴ ‘*end up, turn up, pop up, vanish, disappear*’

⁸⁵ ‘*shine, sparkle, glitter, jingle, smell, stink*’

⁸⁶ ‘*begin, start, stop, cease, continue, end*’

⁸⁷ ‘*last, remain, stay, survive*’

⁸⁸ Perlmutter (1978, p. 164 – 65) utiliza como exemplo o verbo *travel* (do inglês) e o verbo *reizen* (do dutch, = *travel*). Se observados os exemplos (iib, c), vemos que o verbo *reizen* não pode ser usado no mesmo sentido que (ib, c).

(i) a. I like to travel in the summer. ‘Eu gosto de viajar no verão.’
b. The package travelled for two weeks. ‘O pacote viajou por duas semanas.’

Levando em conta as seis subclasses sugeridas por Perlmutter, vejamos alguns exemplos (40a-f) no PB.

- (40) a. Renan *enlouqueceu* de uma hora para outra.
 b. O prédio *queimou* rapidamente.
 c. A água *evapora*.
 d. O Festival de Cinema *ocorre* anualmente em Gramado.
 e. As joias *desapareceram* do cofre.
 f. O sol *brilha* desde cedo da manhã.
 g. E a vida *continua*.
 h. O sofrimento dos mineiros chilenos *durou* mais de 2 meses.

Haegeman (1994), embora reconheça não ser muito fácil definir a classe dos verbos inacusativos, diz que estes incluem *verbos de movimento* e *verbos que indicam estado* ou *mudança de estado*. A autora acrescenta mais dois verbos à lista, a saber, *arrive* (chegar) e *follow* (seguir).

- (41) a. As candidatas ao Miss Brasil *chegaram* ontem.
 b. As faixas *seguem* hoje.

Em I. Duarte (2003), vemos corroborados os verbos inacusativos apresentados por Perlmutter (1978). Mostramos, a seguir, a classificação da autora. Apesar de se dedicar ao estudo do PE, veremos que a classificação que faz e os verbos que lista se aplicam também ao PB. Divide os *verbos inacusativos* em *duas grandes subclasses*, quais sejam, os **inacusativos**

-
- (ii) c. The shuttle travels back and forth on the loom. ‘A lançadeira vai e vem no tear.’
 a. Ik reis graag in de zomer.
 b. * Het pakje reisde twee weken.
 c. * Het schietspoel reist heen en weer op het getouw.

de mudança de estado (arder, nascer) e **de movimento** (ir, vir); e os **inacusativos de existência e de aparição** (existir, aparecer, acontecer).

Com respeito aos de **mudança de estado**, a autora aponta para dois tipos. Semanticamente falando, há os verbos inacusativos que refletem mudança de estado com *causa externa* e há aqueles que denotam mudança de estado com *causa interna*.

Com relação àqueles que evidenciam **mudança de estado com causa externa**, I. Duarte faz, ainda, uma subdivisão entre eles. Há os verbos cuja mudança de estado afeta a solidez ou a rigidez do objeto, como em (42).

(42) fraturar, rasgar, romper etc.

Há aqueles que exprimem a forma como a mudança de estado deteriora ou destrói o objeto, como em (43).

(43) apodrecer, atrofiar, queimar etc.

Há outros verbos cuja mudança de estado afeta a forma ou a consistência do objeto, como em (44).

(44) cozer, dobrar, fritar etc.

Há, ainda, segundo a autora, aqueles que exprimem o modo como aparece, desaparece ou se restabelece a integridade do objeto, como em (45).

(45) cicatrizar, derreter, dissipar etc.

Há os que exprimem o aspecto do objeto no estado resultante da mudança, como em (46).

(46) cristalizar, estilhaçar, fossilizar etc.

E outros que exprimem transições de vários tipos, como em (47).

(47) abrir, adormecer, aumentar etc.

Continuando com a classificação dos verbos inacusativos feita por I. Duarte (2003, p. 518), vejamos a que verbos faz referência dentre aqueles que evidenciam **eventos com causa interna**. A autora elenca os verbos não-agentivos que exprimem reação física ou psíquica (ver (48a)), que são de emissão perceptível através dos sentidos (ver (48b)) e que denotam mudança de causa interna (ver (48c)).

- (48) a. corar, desmaiar, empalidecer etc.
 b. explodir, flamejar etc.
 c. crescer, florir, morrer etc.

As construções definidas pelos verbos inacusativos que denotam eventos com causa interna (ver (49)) se distinguem daquelas definidas pelos inacusativos que denotam mudança de estado com causa externa (ver (50)), por não admitirem adjuntos como, por exemplo, *por si só* (I. DUARTE, 2003).

- (49) a. * A Maria empalideceu *por si só*.
 b. * A bomba explodiu *por si só*⁸⁹.
 c. * As rosas já floriram *por si só*.
 (exemplos do PE extraídos de I. DUARTE, 2003, p. 519)

- (50) a. A porta abriu-se *por si só*.
 b. A manteiga derreteu *por si só*.
 (exemplos do PE extraídos de I. DUARTE, 2003, p. 516)

A referida autora fala ainda acerca dos **verbos de movimento**⁹⁰ que exprimem **direção inerente**, inacusativos, portanto, a saber, *cair, chegar, partir, descer, subir, entrar, sair, ir, vir* etc. Estes, de acordo com a autora, não admitem facilmente o adjunto *por si só* (ver (51)) porque não refletem mudança de estado. A maioria desse tipo de verbo inacusativo também não admite posição predicativa (ver (52)).

- (51) a. * O João / a laranja caiu *por si só*.

⁸⁹ A mesma construção no PB é gramatical. Exemplo: *A bomba explodiu antes do tempo*.

⁹⁰ Os verbos de movimento que exprimem o *modo do movimento*, como, por exemplo, andar, correr, nadar, saltitar, serpentear etc., são *inergativos* (cf. I. DUARTE, 2003, p. 520).

b. * O João / o Inverno chegou *por si só*.

(exemplos do PE extraídos de I. DUARTE, 2003, p. 520)

(52) a. O cortinado está caído.

b. * O João está chegado.

(exemplos do PE extraídos de I. DUARTE, 2003, p. 520)

I. Duarte faz referência também aos *verbos de movimento que evidenciam mudança de posição*. Sobre estes, tem a dizer que são verbos de alternância⁹¹ causativa, i.e., apresentam uma variante causativa transitiva e uma variante não-causativa inacusativa, como resultado da operação lexical de redução inacusativa. Servem de exemplo os verbos *deitar / deitar-se*, *levantar / levantar-se* e *sentar / sentar-se*.

(53) variante causativa transitiva:

A mãe *sentou* a filha no balanço.

(54) variante não-causativa inacusativa:

A filha *se sentou* no balanço.

No entanto, se substituirmos o DP objeto animado, [+anim.], de (53) por um inanimado, [-anim.], como em (55), observamos que a variante inacusativa desses verbos está limitada a argumentos internos animados.

(55) a. A mãe *sentou* [a boneca da filha] no balanço.

b. * A boneca da filha *se sentou* no balanço.

A segunda grande subclasse mencionada engloba os inacusativos de existência e de aparição. Tratemos, primeiramente, os **inacusativos de existência**. Estes se subdividem em três, a saber,

⁹¹ Uma das variantes seleciona menos um argumento do que a outra, sendo que a relação gramatical desse único argumento é diferente da do mesmo argumento na outra variante (I. DUARTE, 2003, p. 305).

- (56) a. verbos existenciais⁹²:
constar, existir, perdurar etc.
- b. verbos existenciais locativos:
morar, residir, viver etc.
- c. verbos que evidenciam ausência ou carência:
escassear, faltar etc.

Por último, vejamos os **inacusativos de aparição**, que também estão subdivididos em três.

- (57) a. verbos que denotam *a entrada em cena de uma entidade*:
aparecer, brotar, surgir etc.
- b. verbos que denotam *o desaparecimento de uma entidade*:
desaparecer, eclipsar-se, sumir-se etc.
- c. verbos que denotam *a ocorrência de um evento*:
acontecer, ocorrer, passar-se etc.

I. Duarte afirma que os verbos inacusativos pertencentes a essa segunda subclasse (existência e aparição) não confirmam todas as propriedades⁹³ diagnósticas da inacusatividade verbal. Apesar disso, “partilham propriedades suficientes para serem considerados inacusativos” (I. DUARTE, 2003, p. 546).

Apresentados os verbos constantes da lista dos inacusativos, veremos as suas especificidades à luz das (sub)teorias e da estrutura argumental, que apresentam condições e princípios postulados pela GB, abordadas no capítulo 3 deste trabalho. As subseções seguintes se encarregam de retomá-las, enfocando exclusivamente os verbos inacusativos.

⁹² Conforme I. Duarte (2003, p. 546), o verbo *haver*, que se trata de um verbo existencial, foge à Generalização de Burzio. Embora não disponha de papel temático para atribuir, o verbo *haver* marca com Caso acusativo o seu argumento interno.

⁹³ Uma das propriedades diagnósticas de inacusatividade não atendida é a construção de participio absoluto, o que não ocorre com os verbos existenciais locativos.

(9) e (24), apresentados no capítulo 3, aqui repetidos em (61) e em (62), relacionados à Teoria do Caso.

(61) **Princípio do Filtro do Caso**

Todos os DPs foneticamente realizados recebem um Caso abstrato.

(MIOTO et al., 2007, p. 175).

(62) **Princípio de Projeção Estendida** (*Extended Projection Principle, EPP*)

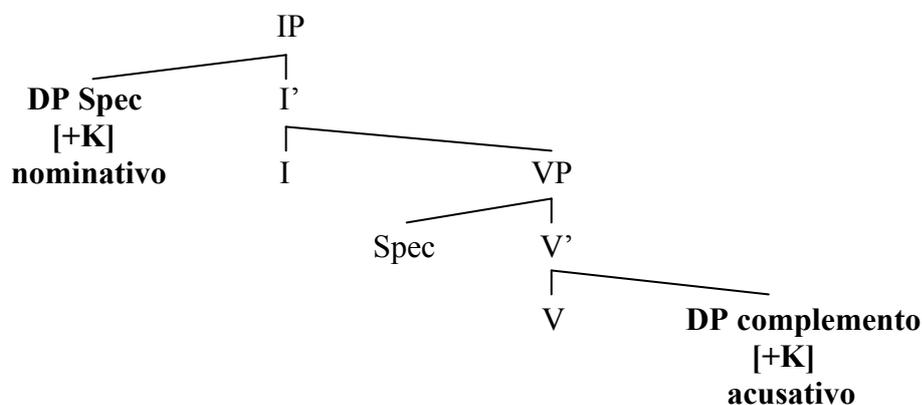
Toda sentença deve ter um sujeito.

(CHOMSKY, 1981).

A GB, com o auxílio da Teoria X-Barra e da Regra Mover α (Mover DP, nesse caso), prevê a necessidade e/ou a possibilidade de movimento dos constituintes - seja pelos princípios, seja pelas parametrizações. Dessa forma, os princípios (61) e (62) são satisfeitos.

Vejamos, por meio de representação arbórea, a estrutura sintática do IP, a fim de confirmarmos em que posições os DPs recebem Caso estrutural (nominativo e acusativo).

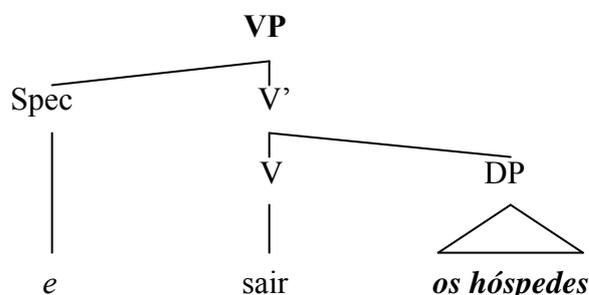
(63)



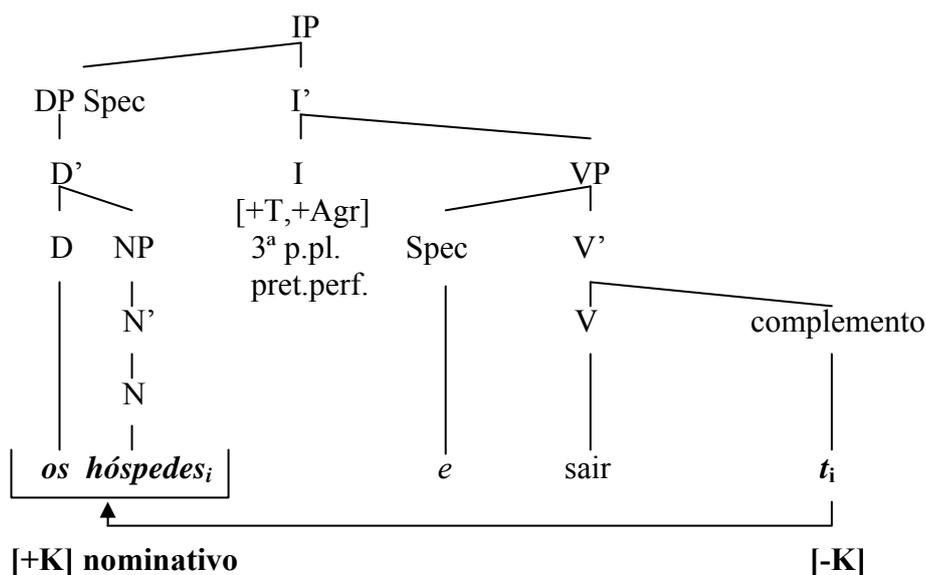
Consideremos uma sentença em que há a ocorrência de verbo inacusativo, como em (64).

(64) Os hóspedes *sairam*.

a. estrutura-D: [VP [Spec *e*] [V' [V *sairam*] [DP *os hóspedes*]]]



b. estrutura-S: [IP [DP Spec *os hóspedes_i*] [I' [VP [V] [*t_i*]]]]



Como vemos em (64), o verbo inacusativo *sair* seleciona apenas o seu argumento interno, o DP *os hóspedes*. Desprovido de Caso, o DP tem de se mover, buscando a sua marcação Casual. Para tanto, move-se da sua posição original (complemento de V) para a posição Spec de IP (ver (64b)), lugar em que está apto a receber o Caso nominativo e, assim, a atender os dois importantes princípios, (61) e (62).

No caso dos verbos inacusativos, haverá sempre o movimento do seu DP objeto para a posição Spec de IP, em que receberá o Caso nominativo, assumindo, portanto, o status de sujeito da sentença. A concordância núcleo-Spec, entre o sujeito DP (Spec de IP) e a flexão (núcleo I), resulta na concordância verbal.

A marcação Casual se dá na estrutura-S, e a atribuição de papel temático acontece na estrutura-D. Veremos, a seguir, que papel temático ou que papéis temáticos atribui o verbo inacusativo.

4.1.3 Verbos inacusativos e o papel temático

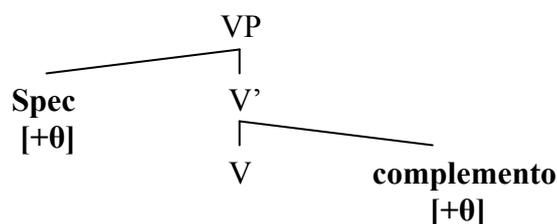
Os argumentos selecionados pelo predicado recebem um papel temático. O atribuidor é o predicado, conforme vimos no capítulo 3. Os receptores desses papéis são os argumentos interno e externo, que recebem papéis diferentes. Tal exigência vem do critério- θ . Relembramos o princípio (38), capítulo 3, retomando-o como (65) neste momento.

(65) Critério- θ

Cada argumento recebe um e apenas um papel- θ , e cada papel- θ é desempenhado por um único argumento, como um critério de adequação para a LF. (CHOMSKY, 1981, p. 101).

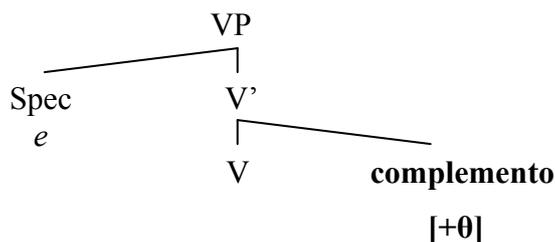
Desta vez, mostraremos a estrutura sintática com o intuito de salientar as posições argumentais em que acontece a marcação de papel- θ .

(66)



Não podemos nos esquecer, porém, de que estamos tratando da marcação realizada por predicados inacusativos, que projetam apenas um único argumento, o interno. O argumento externo não existe. A não-seleção de argumento externo deixa a posição Spec de VP vazia, justamente a posição em que o sujeito recebe a sua marcação de papel temático.

(67)



A classe de verbos inacusativos, que não permite ou não requer argumento externo, tem apenas um papel a atribuir. O argumento que recebe esse papel é o interno. Na relação temática com predicados inacusativos, aparece sempre o mesmo papel temático: o *Tema*. Em virtude de ser este o único papel atribuído, e, portanto, o papel- θ que efetivamente nos interessa, vamos caracterizá-lo novamente. Conforme I. Duarte (2003, p. 190), os argumentos que recebem o papel *Tema* designam a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado, em sentenças que descrevem situações dinâmicas (ver (68)).

(68) a. Os hóspedes **partirão** à noitinha.

Tema

b. Todas as frutas **apodreceram**.

Tema

O *Tema* pode também ser atribuído à entidade não-controladora nem experienciadora de uma situação não-dinâmica (ver (69)).

(69) a. O Luiz **vive** em Nova Petrópolis.

Tema

b. Eu **moro** em Porto Alegre.

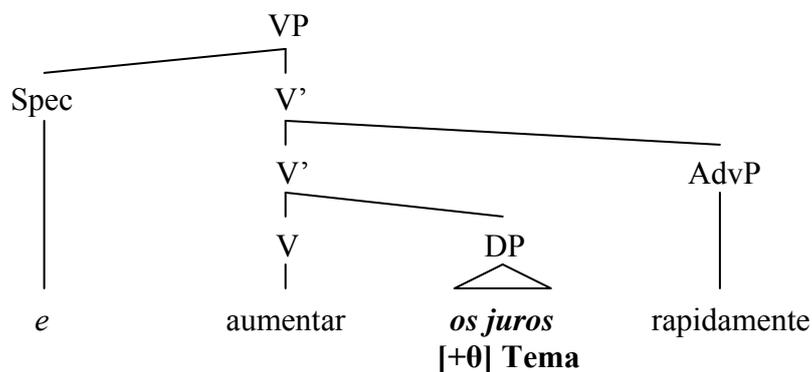
Tema

Retomado o papel atribuído pelos inacusativos, analisemos a sentença em (70).

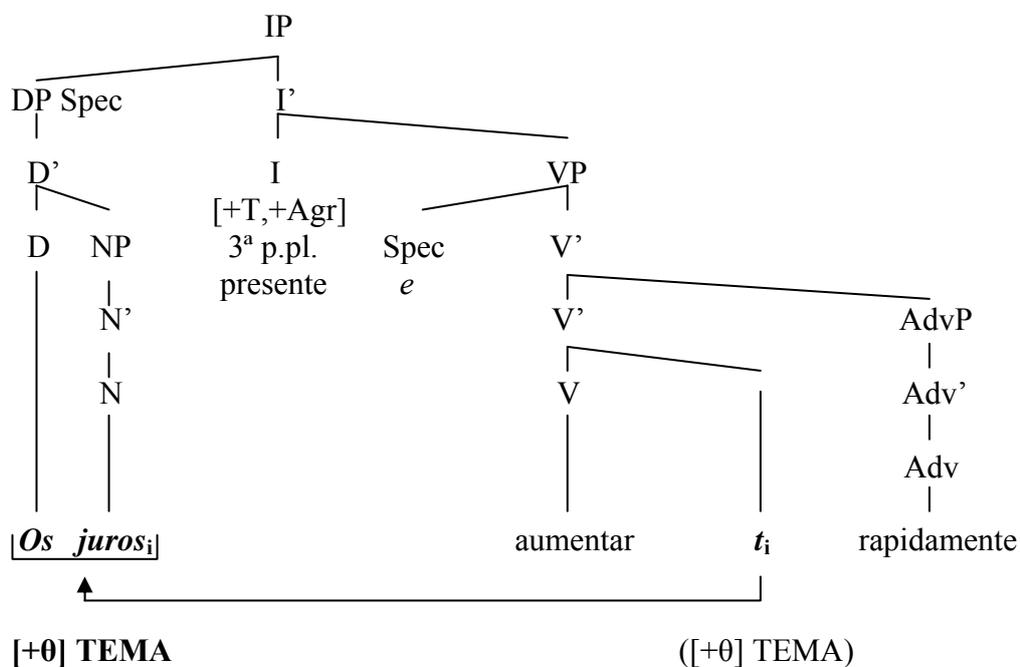
(70) a. Os juros *aumentam* rapidamente.

Tema

b. estrutura-D: [VP [Spec *e*] [V' [V] [DP **os juro**s] [AdvP]]]



c. estrutura-S: [IP [DP Spec **Os juro**s_i] [I' [VP [V' [V] [t_i] [AdvP]]]]]



Como vimos, os argumentos internos dos predicados inacusativos desempenham a função temática de *Tema*, na relação com as situações (no caso de (70), mudança de estado) expressas por esse tipo de verbo. O único DP selecionado, e movido, carrega o papel que lhe foi atribuído pelo predicado inacusativo na sua posição de origem, i.e., como complemento do verbo, para a posição Spec de IP.

Passemos à última subsecção, a que abordará a estrutura argumental dos predicados inacusativos.

4.1.4 Verbos inacusativos e a estrutura-A

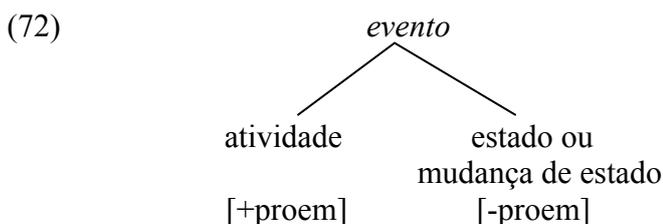
No capítulo anterior, vimos que a estrutura-A de um item lexical também deve compor a sua entrada lexical. Os verbos, portanto, necessitam da especificação de quantos argumentos selecionam para formarem expressões linguísticas semanticamente completas. É no momento em que um verbo ocupa o núcleo de VP que a sua estrutura-A passa a existir. No caso dos predicados inacusativos, a estrutura-A está composta de apenas um argumento, o interno.

Vejamos o que, de acordo com Grimshaw (1992), a Teoria da Proeminência tem a dizer sobre esse tipo particular de predicado. Lembramos que, para ser o argumento externo de um predicado, é primordial apresentar proeminência máxima em ambas as dimensões, temática e aspectual. Porém, em se tratando de *verbos inacusativos*, cujo único argumento não alcança a maior proeminência em nenhuma das dimensões, o argumento externo não existe.

(71) ((x))
Tema

O *Tema* é sempre delimitado por dois conjuntos de parêntese, o que denota a sua mínima proeminência, mesmo na ausência de outro argumento. O DP a ocupar a posição de sujeito (estrutura-S) de uma sentença em que ocorre um verbo inacusativo terá sempre o papel $-\theta$ de *Tema*.

Os predicados inacusativos, conforme Grimshaw, pertencem a uma classe aspectual particular. Expressam estado e mudanças de estado. A dimensão aspectual, que é a projeção de uma estrutura de evento abstrata, dá indícios da hierarquia aspectual (ver seção 3.3). Retomemos (65), capítulo 3, em (72). A estrutura de evento permite evidenciar se um determinado elemento atende ou não os “requisitos” para figurar como argumento externo.



Tendo em vista os inacusativos expressarem estado ou mudança de estado, o seu único argumento preenche, de acordo com o modelo (72), o segundo subevento, posição do elemento de menor proeminência, correspondendo, na estrutura-A, ao argumento interno. Por esse motivo, apesar de ser o único argumento de um inacusativo, nunca estará habilitado a ser o seu argumento externo. Tanto aos predicados inacusativos quanto aos predicados psicológico-causativos, falta-lhes o argumento externo. Os argumentos projetados por esses verbos não satisfazem a proeminência máxima dentro da hierarquia temática, tampouco a proeminência máxima dentro da hierarquia aspectual.

Traçando um paralelo entre os verbos inacusativos e os verbos psicológico-causativos, a autora conclui que é o status aspectual do argumento de um inacusativo que o torna interno e o faz preencher a posição de objeto na estrutura-D, não a posição de sujeito. Da mesma forma, é também o status aspectual do argumento *Tema* dos verbos do tipo psicológico-causativo (ver seção 3.3) que garante que seja realizado como sujeito na estrutura-D. Apesar de ambos serem argumentos internos, as posições que ocupam na estrutura-D são diferentes porque o status aspectual é também distinto. Grimshaw (1992, p. 42) relata que “todos os argumentos externos são sujeitos na estrutura-D, mas nem todos os sujeitos na estrutura-D são argumentos externos”. As palavras da autora, com base na teoria da proeminência, apontam para a ideia de que, para ser sujeito na estrutura-D, não basta ter status de argumento externo.

De acordo com o apresentado nesta seção, vimos que o DP sujeito que acompanha os predicados inacusativos é originalmente (estrutura-D) o seu argumento interno, posição que ocupa o objeto subcategorizado pelo verbo. Como resultado das exigências do Filtro do Caso e do EPP, o referido DP se move, buscando a marcação de Caso na posição Spec de IP. Quando *lhe* é atribuído o Caso nominativo, pelo núcleo de IP, portanto, assume a função de sujeito da sentença. A concordância núcleo-Spec acarreta a concordância verbal. Os exemplos contemplados até este momento mostram o DP sujeito na posição padrão, i.e., pré-verbal (*Os músicos chegaram, O baile começa*), o que não levanta dúvidas acerca da concordância verbal. Com um pouco mais de conhecimento sobre os inacusativos, vejamos quando o DP sujeito ocorre pós-verbo. Sabedores das especificidades apresentadas nesta seção, envolvendo os verbos inacusativos, poderemos ir mais longe. Falaremos, assim, na próxima seção, a respeito da posição pós-verbal de seu DP sujeito.

4.2 INVERSÃO DO SUJEITO

A fim de não criarmos expectativas em vão, consideramos oportuno lembrar que a *inversão do sujeito* no PB da qual trataremos neste estudo está relacionada unicamente aos *verbos inacusativos*.

Apesar de o PB ser uma das línguas representativas da ordem padrão S + V, a ordem inversa também é possível (ver (73b)). A partir de agora, a posição do DP sujeito a ser alvo da nossa atenção será a pós-verbal. A *inversão do sujeito*, como é chamada, diz respeito a construções sintáticas em que o *DP sujeito ocorre à direita do verbo*, como mostram (73a,b). No caso dos verbos inacusativos, estamos falando da posição original do único argumento selecionado pelo predicado.

(73) V + S

- a. *Arriveranno* [**multi esperti**]_{suj.}. (BURZIO, 1986, p. 21)
- b. *Chegarão* [**muitos peritos**]_{suj.}.
- c. * *Will arrive* [**many experts**]_{suj.}.

Observando (73), percebemos que a *livre inversão*⁹⁴ *do sujeito*, evidenciada no italiano e no português, mas não no inglês, não é comum a todas as línguas. O inglês, dentre outras línguas, apesar de ser também representativa da ordem padrão S+V+O, não apresenta a variante V+S. Em (74), apresentamos as mesmas sentenças de (73), porém sem a ocorrência da inversão do sujeito, i.e., com o sujeito na posição pré-verbal, à esquerda do verbo.

(74) S + V

- a. [**Molti esperti**]_{suj.} *arriveranno*. (BURZIO, 1986, p. 21)
- b. [**Muitos peritos**]_{suj.} *chegarão*.
- c. [**Many experts**]_{suj.} *will arrive*.

Independente de o sujeito estar posicionado à direita ou à esquerda do verbo, no caso das línguas em que a livre inversão do sujeito é permitida, de acordo com (73) e (74),

⁹⁴ “Por ‘livre inversão’ entende-se geralmente no quadro da TRL [Teoria da Regência e da Ligação] a inversão característica das línguas de sujeito nulo que, para ocorrer, não exige nenhum elemento desencadeador (‘trigger’) [...]”. (AMBAR, 1992, p. 184).

podemos observar que o verbo concorda com o DP em negrito. As funções gramaticais, que permanecem atreladas à concordância e à marcação de Caso, independem da flexibilidade no que tange ao quesito ordem de palavras. O exemplo (73) é somente uma derivação de (74); apesar disso, impossível em algumas línguas.

A possibilidade de o sujeito estar na posição pré ou pós-verbal está intimamente relacionada a um parâmetro dentro da GB, conhecido como parâmetro *pro-drop*. Faremos uma breve exposição sobre ele.

4.2.1 Parâmetro *pro-drop*

O parâmetro *pro-drop* (*pronoun-dropping*), ou do *sujeito nulo*⁹⁵, proposto por Chomsky (1981), é aquele que contempla a *variação entre as línguas* (um parâmetro, por isso) no que diz respeito à possibilidade de ocorrência de sujeitos pronominais nulos, não presentes lexicalmente. Dessa forma, línguas que permitem sujeito nulo são classificadas como *pro-drop*, [+*pro-drop*]; línguas que não o permitem são chamadas *não-pro-drop*, [-*pro-drop*]. A livre inversão do DP sujeito, i.e., na posição pós-verbo, remete a uma das propriedades características das línguas *pro-drop*. Esse parâmetro envolve, no mínimo, cinco propriedades⁹⁶ (CHOMSKY, 1981, p. 240), a saber:

- (75) a. sujeito não-aparente (nulo);
 b. livre inversão do sujeito em sentenças simples;
 c. “movimento-*wh* longo” do sujeito;
 d. pronomes vazios em orações encaixadas;
 e. violações aparentes do filtro *[*that-t(race)*].

A respeito da propriedade elencada em (75a), temos a dizer que a ocorrência de sujeito nulo depende da existência de um sistema flexional de concordância que seja morfologicamente rico, i.e., que favoreça a recuperação, no sentido de identificação (número e pessoa), desse sujeito. Observando as línguas românicas, vemos a ocorrência de sujeito nulo

⁹⁵ Representado por *pro* (prozinho, como se diz no PB), uma categoria vazia exclusivamente pronominal, [-Anáfora,+Pronominal]. A sua presença não contribui em nada para a interpretação da sentença. (Sobre categorias vazias, ver Haegeman, 2004.)

⁹⁶ As línguas [-*pro-drop*] não apresentam nenhuma das propriedades em (75).

no português (muito mais no PE do que no PB⁹⁷), no italiano, no espanhol, por exemplo; entretanto, tal ocorrência não é permitida no francês. No inglês, uma língua germânica, também não há sujeitos nulos, considerada, assim como o francês, uma língua *não-pro-drop*. Contrapomos em (76) a conjugação de um mesmo verbo em três línguas, no italiano (*arrivare, passato remoto*), no PB (*chegar, pretérito perfeito*) e no inglês (*arrive, simple past*).

(76)	<u>italiano</u>		<u>PB</u>		<u>inglês</u>
	(Io) arrivai	(Eu)	cheguei	I	arrived
	(Tu) arrivasti	(Tu)	chegaste	You	arrived
	(Lui/Lei) arrivò	(Ele/Ela)	chegou	He/She/It	arrived
	(Noi) arrivammo	(Nós)	chegamos	We	arrived
	(Voi) arrivaste	(Vós)	chegastes	You	arrived
	(Loro) arrivàrono	(Eles/Elas)	chegaram	They	arrived

Com (76), torna-se fácil compreendermos por que o italiano e o português são considerados *pro-drop* e por que o inglês⁹⁸ é considerado *não-pro-drop*. Observemos a conjugação no inglês. Se omitidos os pronomes, tornar-se-ia impossível a recuperação do sujeito através da flexão verbal, haja vista todas as desinências serem iguais. Tal indistinção

⁹⁷ Chomsky (1981) afirma que existem línguas, como o hebreu e o irlandês, com sistemas mistos, i.e., algumas conjugações permitem sujeitos nulos e outras não.

O PB, por sua vez, parece estar-se tornando uma língua “mista”, ou uma língua *pro-drop parcial* (cf. M. DUARTE, 1993; KATO, 2000; KATO, 2002). A flexão verbal de 3ª pessoa do singular, utilizado no PB falado, nem sempre dá pistas do sujeito, que pode se referir a *ele/ela*, a *tu*, a *você*, a *a gente* (= nós). Essa transformação passa a tornar obrigatória a presença do sujeito pronominal.

Exemplo: (i) **Ela vai** ao cinema hoje?
(ii) **Tu vai** ao cinema hoje?
(iii) **Você vai** ao cinema hoje?
(iv) **A gente vai** ao cinema hoje?

Neste trabalho, não temos a menor pretensão de discutirmos o parâmetro *pro-drop* e o PB; evidentemente, seria uma tarefa que implicaria um estudo aprofundado do referido parâmetro, bem como de outras questões relativas ao PB. Nosso objetivo aqui é apenas informar que há estudos reveladores de alterações no que diz respeito ao sujeito nulo no português do Brasil.

⁹⁸ De acordo com Biber et al. (1999, p.1048-49), falas informais e rápidas no inglês são frequentemente marcadas pela redução de esforço por parte dos falantes, o que se observa através da elisão, por exemplo. A *elipse situacional*, assim chamada porque os elementos omitidos são recuperáveis por meio do conhecimento do contexto/da situação, acontece quando palavras de pouco valor informacional estão elípticas. Exemplos:

(i) *Doesn't matter, father.* (em vez de *It doesn't matter, father.*)
(ii) *Got a pen?* (em vez de *Have you got a pen?*)
(iii) *Didn't know it was yours.* (em vez de *I didn't know it was yours.*)
(exemplos extraídos de BIBER et al., 1999, p. 1048-49)

É condição para esse tipo de elipse que os elementos omitidos sejam tão estereotipados a ponto de serem previsíveis em qualquer situação. *Elipses situacionais* originam sentenças que fogem ao ideal da gramática da sentença (da língua escrita), em que toda sentença tem um verbo finito e em que todo verbo finito tem um sujeito.

entre as pessoas verbais se deve a um sistema flexional morfologicamente pobre. Ao contrário do inglês (79), o italiano (77) e o PB (78), por exemplo, oferecem duas possibilidades:

- (77) a. **Io** *arrivai* ieri.
 b. [*pro*] *Arrivai* ieri.
- (78) a. **Eu** *cheguei* ontem.
 b. [*pro*] *Cheguei* ontem.
- (79) a. **I** *arrived* yesterday.
 b. * *Arrived* yesterday.

O exemplo (79b) sugere que, nas línguas em que o sujeito nulo não é permitido, a ausência de um pronome na posição sujeito resulta em uma sentença agramatical. As línguas *pro-drop* licenciam, portanto, a elisão do sujeito pronominal. Haegeman (1994), considerando essa propriedade das línguas *pro-drop*, salienta que a possibilidade de supressão do pronome resulta em menos esforço, portanto mais economia.

A propriedade (75b), que muito nos interessa, faz referência à *livre* inversão do sujeito, i.e., o DP sujeito à direita do verbo.

- (80) a. **Chegaram** *muitos alunos*.
 b. **Arrivàrono** *molti studenti*.
 c. **Han** *llegado muchos estudiantes*.
 c. * **Arrived** *many students*.
 d. * **Sont arrivés** *beaucoup d'étudiants*.

Em caso de inversão, conforme Chomsky (1981), o DP pós-verbal é coindexado⁹⁹ com uma categoria vazia na posição de sujeito (Spec de IP). Nas línguas [+*pro-drop*], o elemento [DP *e*], na posição de sujeito, é controlado por Agr em sentenças finitas.

⁹⁹ A coindexação aqui é um tipo especial de indexação, diferente daquele considerado pela Teoria da Ligação (cf. CHOMSKY, 1981). A referida teoria é o módulo da GB encarregado de regular a interpretação do NP, que pode ser uma expressão-R, uma anáfora ou um pronome.

- (81) a. [DP *e*] Chegaram *muitos alunos*.
 b. [DP *e*] Arrivàrono *molti studenti*.
 c. [DP *e*] Han llegado *muchos estudiantes*.

Entretanto, nem todas as inversões são vistas como livres, i.e., sem elementos desencadeadores. O francês, por exemplo, que é uma língua *não-pro-drop*, permite a inversão do sujeito em sentenças em que há a presença do elemento *qu-* (*wh-*) em posição inicial na sentença.

- (82) a. Quand **est arrivée** *Mireille*?
 ‘Quando chegou Mireille?’
 b. Où **est allé** *Pierre*?
 ‘Onde foi Pierre?’

Em (82), a inversão do sujeito foi “motivada” pelas presenças de *Quand* e de *Où*. Nesse caso, a posição pós-verbo do DP sujeito não comprometeu a gramaticalidade da sentença.

Sobre (75c), o exemplo (83) contrasta uma língua *pro-drop* com outra *não-pro-drop*.

- (83) a. l’uomo [che mi domando [chi *t* abbia visto]]
 ‘o homem que me pergunto quem *t* tenha visto’
 (exemplo do italiano extraído de CHOMSKY, 1981, p. 240)
 b. * l’homme que je me demande qui ait vu
 (exemplo extraído de M. SILVA, 1996, p. 30)

Os exemplos que contrapomos em (83) vêm de duas línguas românicas. Mostramos a possibilidade evidenciada no italiano (83a) e a impossibilidade constatada no francês (83b), por exemplo.

A respeito de (75d), vejamos a referida propriedade através do exemplo (84).

- (84) a. Renan_i disse [que *pro*_i pode fazer isso].
 b. * Renan_i a dit [que *pro*_i peut faire ça].

Os exemplos (84) são representativos da noção de *que*, em línguas *pro-drop*, a presença do sujeito da sentença encaixada não é obrigatória (ver (84a)); em línguas *não-pro-drop*, essa possibilidade é descartada (ver (84b)).

Para a última propriedade dentre as cinco listadas, (75e), trazemos a explicação dada por M. Silva (1996). A autora diz que essa propriedade impede o movimento do sujeito por cima de um complementizador lexicalmente preenchido.

- (85) a. * Qui_i tu penses **que** t_i partira? (M. SILVA, 1996, p. 31)
 b. * Who_i do you think **that** t_i will leave?
 c. Quem tu pensas **que** partirá?
 d. Chi credi **che** partirá? (CHOMSKY, 1981, p. 240)

Como vimos em (85), há línguas, como o PB e o italiano, que permitem o movimento do sujeito da sentença encaixada para a sentença principal, com a presença da conjunção *que* (e de seu equivalente nas demais línguas). Há outras, como o francês e o inglês, em que a sentença encaixada da qual foi movido o sujeito (para a sentença principal) não pode ser introduzida com a referida conjunção.

As propriedades (75a) e (75b) são consideradas por Chomsky (1981) as mais determinantes do parâmetro em referência. Conforme o autor, as línguas *pro-drop* permitem a regência da posição de sujeito realizada por Agr, autorizando, dessa forma, a livre inversão do sujeito, bem como neutralizando os efeitos do filtro *[that-t].

Apresentado, mesmo que de forma breve, o parâmetro *pro-drop*, intimamente ligado à propriedade que algumas línguas têm de permitir a inversão do sujeito, aspecto primordial para o desenvolvimento desta subseção, podemos, então, dar continuidade ao nosso estudo. A seguir, trataremos das construções inacusativas em que aparecem as duas possibilidades relativas à posição do sujeito, pré e pós-verbal. Daremos, obviamente, mais evidência à posição do DP sujeito à direita do verbo.

4.2.2 Construções inacusativas impessoais

De acordo com I. Duarte (2003), as *construções inacusativas* podem ser de dois tipos: as pessoais e as *impessoais*. Em línguas de sujeito nulo (ou *pro-drop*), são observados os dois

tipos. Tal classificação – pessoal ou impessoal - está relacionada à ordem com que os elementos *sujeito* e *verbo* se apresentam na sentença. A construção inacusativa pessoal se caracteriza por apresentar o DP sujeito na posição pré-verbal, em que é interpretado como *tópico*¹⁰⁰ (cf. I. DUARTE, 2003). Essa construção reflete o movimento do DP objeto do verbo para a posição Spec de IP. Nessa posição, recebe a marcação de Caso nominativo e desencadeia a concordância verbal. Vejamos a construção a seguir.

(86) [IP [Spec **DP**_i] [I' [VP [V] [t_i]]]]; portanto, **S + V**.

Menuzzi (2003) afirma que, apesar de a língua portuguesa, incluindo a sua variante brasileira, ser considerada uma língua cuja ordem de palavras mais comum é S + V, a ordem V + S também ocorre em muitos contextos. E é essa ordem que motiva o nosso estudo.

(87) [IP [Spec **e**] [I' [VP [V] [**DP**]]]]; portanto, **V + S**.

Pontes (1986), com base em sua pesquisa sobre a inversão do sujeito no PB, revela que a frequência mais significativa de sujeito na posição pós-verbal é com verbos intransitivos. Dentre estes, relata que se sobressaem os inacusativos que denotam existência. Kato (2000), por sua vez, corrobora as conclusões de Pontes quando afirma que estudos empíricos atestam que o único tipo de verbo ainda produtivo na ordem VS no PB é o inacusativo, que parece aceitar essa ordem de forma irrestrita.

(88) “A partir do próximo dia 1º de fevereiro, **entra** em vigor o novo valor da UPF (Unidade Padrão Fiscal), indexador que corrige taxas cobradas pelo Estado.”
(jornal O Sul, Porto Alegre, 25/01/10, p. 2).

(89) “**Ocorreu** ontem à tarde a solenidade de reabertura da Santa Casa de Misericórdia, anunciada na edição de ontem deste Caderno.”
(jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 16/03/10, caderno Cidades, p. 1).

(90) “**Acontecerá** no próximo dia 27 de janeiro, a comemoração do 24º aniversário da Associação Comercial e Industrial de Nova Petrópolis.”

¹⁰⁰ Referente à estrutura temática tópico-comentário (cf. I. DUARTE, 2003, p. 316-21).

(jornal A Ponte, nº 603 – ano 33 – 2ª quinzena de janeiro/2010 – circula a partir de 21/01/10, p. 4).

(91) “**Começa** neste sábado o 28º Rodeio Internacional de Vacaria no parque Nicanor Kramer da Luz.”

(jornal Diário Gaúcho, Porto Alegre, 30/01/10, p. 13)

(92) “Abaixo *segue* a tabela de impostos e datas de vencimento.”

(jornal A Ponte, nº 603 – ano 33 – 2ª quinzena de janeiro/2010 – circula a partir de 21/01/10, p. 13)

(93) “De São José do Hortêncio *vieram* os padres Michael Keline e Karl Blee, atendendo numa pequena capelinha de madeira, sob a invocação de São Lourenço Mártir, na Linha Imperial. [...] **Termina** aqui o primeiro ciclo do atendimento jesuítico de Nova Petrópolis. [...] Assim **encerrou-se** mais um ciclo da colaboração direta dos padres jesuítas nas duas paróquias de Nova Petrópolis, iniciada nos tempos da Colônia Provincial, estendendo-se até os nossos dias.”

(jornal A Ponte, nº 603 – ano 33 – 2ª quinzena de janeiro/2010 – circula a partir de 21/01/10, p. 14)

(94) “Já em abril de 1997 **começaram** a ser ocupados apartamentos e **abriram** lojas comerciais.”

(jornal A Ponte, nº 604 – ano 33 – 1ª quinzena de fevereiro/2010 – circula a partir de 05/02/10, p. 10)

(95) “Agora, **chegou** a vez de retribuir a visita.”

(jornal A Ponte, nº 603 – ano 33 – 2ª quinzena de janeiro/2010 – circula a partir de 21/01/10, p. 10)

Os exemplos (88) a (95) ilustram as *construções inacusativas impessoais*, que se caracterizam por apresentar o DP sujeito na posição pós-verbal em sentenças com a presença de verbos inacusativos. Nessa posição, segundo I. Duarte (2003), o argumento interno (DP objeto do verbo) é interpretado como *foco informacional* (ou informação nova).

Julgamos importante a retomada do exemplo (87), repetido em (96), com o propósito de chamarmos a atenção para a posição Spec de IP.

(96) [IP [Spec *e*] [I' [VP [V] [DP]]]]; portanto, V + S.

Permanecendo o DP na sua posição de origem (complemento de V), a posição Spec de IP, antes preenchida pelo DP na ordem SV, fica agora vazia. Trataremos dessa posição a seguir.

4.2.2.1 Da posição Spec de IP

No caso das construções inacusativas impessoais, típicas das línguas [+*pro-drop*], Spano (2008) diz que, quando a posição de sujeito (Spec de IP) não é preenchida por um elemento fonético, essa posição é, então, ocupada por uma categoria vazia, um elemento pronominal sem realização fonética, denominado *pro* (ver (97)). Este possui traços distintivos de número, de gênero, de pessoa e de Caso (línguas de sujeito nulo). O pronome *pro* pode ser também um pronome expletivo *foneticamente realizado* (conforme se apresenta nas línguas [-*pro-drop*], ex. *it* e *there* do inglês, *il* do francês) ou *nulo*¹⁰¹ (nas línguas [+*pro-drop*]). Foneticamente realizado ou não, esse pronome expletivo não tem significação alguma.

- (97) a. *pro*_{expl.} *Chegaram* muitas crianças.
 b. *pro*_{expl.} *Han llegado* muchos niños.
 c. *pro*_{expl.} *Sono arrivati* molti bambini.

A alteração de [*e*]¹⁰² para [*pro*] é válida de acordo com Chomsky (1986), haja vista o [*e*] se comportar como o expletivo vazio [*pro*].

Entretanto, fazendo um comparativo com as línguas *não-pro-drop*, em que é obrigatória a presença do sujeito, a posição Spec de IP é ocupada ou por um sujeito lexicalmente preenchido (ver (98)), ou por um expletivo lexical (ver (99)).

¹⁰¹ Que não é pronunciado.

¹⁰² Cf. Chomsky (1981), Burzio (1986), Haegeman (1994).

- (98) a. **Trois inconnus** sont arrivés.
 b. **Five candidates** have appeared.
 c. **Some keys** have disappeared.
- (99) a. **Il** est arrivé trois inconnus.
 [pro] Chegaram três desconhecidos.
 b. **There** have appeared five candidates.
 [pro] Apareceram cinco candidatos(as).
 c. **It** has disappeared some keys.
[pro] Desapareceram algumas chaves.

No caso do francês e do inglês, em que aparecem os expletivos *Il* e *It* preenchendo a posição do sujeito, o verbo sempre concordará com eles. Ou seja, o verbo ficará na 3ª pessoa do singular, como em (99a,c). Entretanto, o expletivo *there*, também do inglês, coindexado com o DP pós-verbal, compartilha das suas mesmas características quanto a número (cf. (99b)).

Comentada a posição pré-verbal das construções inacusativas impessoais, mostraremos algumas particularidades que envolvem as sentenças VS com verbos inacusativos.

2.2.2.2 De algumas particularidades

As particularidades, às quais nos referimos, dizem respeito a algumas construções típicas que envolvem verbos inacusativos e a posposição do sujeito. Por exemplo, quando ocorre a presença de inacusativos da subclasse dos verbos de existência, a construção impessoal revela o efeito de definitude, ou *(In)Definiteness Effect* (cf. M. SILVA, 1996; I. DUARTE, 2003).

- (100) a. *Existem* **algumas** incertezas sobre o desfecho das negociações.
 b. * *Existem* **as** incertezas sobre o desfecho das negociações.
 (exemplos extraídos de I. DUARTE, 2003, p. 547)

(101) “*Existem* ainda **outras** demandas de materiais, que ao longo do ano vamos buscar parceiros para adquiri-los.”

(jornal A Ponte, nº 603 – ano 33 – 2ª quinzena de janeiro/2010 – circula a partir de 21/01/10, p. 14).

M. Silva (1996, p. 99) traz a seguinte explicação para o *fenômeno* ilustrado em (100) e (101): “é, assim, considerado como uma propriedade da posição objeto de uma certa classe de verbos, cujas propriedades casuais obrigam o sintagma nominal que permanece dentro do sintagma verbal a ser indefinido”.

É bastante recorrente com os verbos inacusativos que denotam existência (cf. (56)), aparição (cf. (57)) e movimento com direção inerente (ver p. 99) observarmos a exigência de um PP locativo, tendo como núcleo preposições como estas: *em, de, para*.

(102) **S + V + locativo**

[_{IP} [_{Spec} **DP**_i] [_{I'} [_{VP} [_{V'} [V] [*t*_i] [**PP**]]]]]]

a. A maioria dos funcionários da Springer **mora** *em Canoas*.

b. Uma barata **apareceu** *no armário da cozinha*.

c. Hortênsias lindas **brotaram** *da terra adubada*.

d. A nossa melhor festa de Natal **ocorreu** *em Canela*.

e. Os torcedores **entraram** *no estádio*.

f. O Festivalha **acontece** *em Nova Petrópolis*.

Porém, como veremos em (103), a presença de um locativo pode facilmente alterar essa ordem.

(103) **locativo + V + S**

[_{IP} [_{Spec} *e*] [_{I'} [_{VP} [_{V'} [**PP**_i] [V] [**DP**] [*t*_i]]]]]]]

a. *Em Canoas*, **mora** a maioria dos funcionários da Springer.

b. *No armário da cozinha*, **apareceu** uma barata.

c. *Da terra adubada*, **brotaram** hortênsias lindas.

d. *Em Canela*, **ocorreu** a nossa melhor festa de Natal.

e. *No estádio*, **entraram** os torcedores.

f. *Em Nova Petrópolis, acontece* o Festimalha.

Levin e Rappaport Hovav (1995) chamam o que vimos nos exemplos em (103) de *construções com inversão locativa*. A inversão locativa parece propiciar a inversão do sujeito e romper com a estrutura canônica, qual seja, S + V + PP. Ao trocarmos de posição, surge uma nova estrutura no que diz respeito à ordem das palavras. O DP sujeito volta a sua posição original (em comparação a (102)), e o PP se torna o primeiro constituinte da sentença. O resultado é, logo, este: PP + V + S.

Conforme relata I. Duarte (2003), traçando um paralelo entre as construções inacusativas e inergativas *impessoais*, as primeiras (ver (104)) admitem nomes mais facilmente do que as segundas (ver (105)).

- (104) a. É verdade que *existem* problemas.
 b. Todos os anos *chegam* andorinhas.
 c. *Nascem* todos os dias bebês.
 (exemplos extraídos de I. DUARTE, 2003, p. 513)

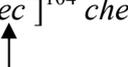
- (105) a. ?É verdade que trabalham mulheres.
 b. ?Todos os dias cantam canários.
 c. ?Brincam todos os dias meninos.
 (exemplos extraídos de I. DUARTE, 2003, p. 513)

Dentre todos os exemplos de sentença mostrados neste capítulo, destacamos um traço em comum, a concordância verbal. Independente de o DP sujeito estar posicionado à esquerda do verbo (pré-verbal) ou à direita do verbo (pós-verbal), a concordância (I/[+Agr]) esteve presente. O DP sujeito em sua posição tradicional (anteposta ao verbo), por preencher a posição Spec de IP, torna clara a necessidade de concordância do verbo.

Veremos, como encerramento do capítulo, o que nos dizem alguns autores sobre a concordância no caso de o sujeito estar invertido.

4.2.2.3 Da concordância

Mioto et al. (2007) afirmam que, no PB falado¹⁰³, vem diminuindo a concordância de plural em caso de o DP sujeito vir posposto ao verbo (cf. (106b)), i.e., na ordem VS. A *não-concordância* faz transparecer, de acordo com a justificativa de alguns autores (cf. MENUZZI, 2003; MIOTO et al., 2007), a possibilidade de o verbo concordar, então, com o *expletivo nulo*, que, segundo Mioto et al. (2007, p. 162), é singular, em virtude de, na ordem VS, ocupar a posição Spec de IP. De acordo com os referidos autores, tal possibilidade nos remete às línguas não-pro-drop, que apresentam, como no inglês e no francês, um expletivo lexical na posição Spec de IP. No caso do inglês e do francês, o verbo concorda com os expletivos lexicais *It* (cf. (99c)) e *Il* (cf. (99a)), permanecendo na 3ª pessoa do singular.

- (106) a. [*ec*]¹⁰⁴ *chegou a carta.*

 b. [*ec*] *chegou as cartas.* (MIOTO et al., 2007, p. 162)


Para esses autores, no PB também, a concordância do verbo é com o expletivo, o que justificaria sentenças como a (106b). Ainda citando Menuzzi, que fala especificamente da analogia do PB com o francês, pode haver duas razões para isso. Uma das razões é a hipótese de que o PB está se tornando uma língua de sujeito obrigatório, como o francês. A outra é que “o ‘expletivo nulo’ (aspas do autor) do PB (*pro*) é como o *il* expletivo do francês, i.e., aciona concordância de 3ª pessoa do singular no verbo [...]” (MENUZZI, 2003, p. 6).

M. Silva (1996) explica, por sua vez, a *concordância* plural. A autora faz referência à regra R¹⁰⁵ que, colocando Agr dentro do VP, já em estrutura-S, dá condições para a inversão do sujeito. Sendo a posição de adjunção ao VP regida pelo verbo, essa posição pode acomodar o DP. Este recebe Caso nominativo por intermédio da cadeia¹⁰⁶ que constitui com o *PRO* em posição pré-verbal. Ela também relata (p. 33) que o *PRO* é substituído pela categoria vazia

¹⁰³ Conforme Faraco (2008, p. 54), a fala é sempre menos conservadora que a escrita.

¹⁰⁴ Categoria vazia (*empty category*, do inglês).

¹⁰⁵ “[...] regra que atribui os elementos de Infl ao elemento verbal inicial do VP. [...] uma regra de movimento de afixos.” (CHOMSKY, 1981, p. 256).

¹⁰⁶ Sobre cadeias, ver CHOMSKY (1986, 1997).

pro, “apresentada no livro *Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding* (cf. Chomsky, 1982¹⁰⁷)”.

Chomsky (1981) afirma que, na falta de um argumento sujeito, há um PRO sujeito em todos os níveis de estruturas sintáticas nas línguas [+pro-drop]. O PRO, segundo o autor, está coindexado com o NP pós-verbal e compartilha com ele todos os seus traços.

(107) a. [_{VP} arrivano [_{NP} molti studenti]] (CHOMSKY, 1981, p. 260)

=

b. PROⁱ [_{VP} V–Agrⁱ NPⁱ] (CHOMSKY, 1981, p. 263)

Em (107b), o PRO está inserido na posição regida por Agr, ou seja, Spec de IP, na estrutura-D. Em virtude disso, o PRO está coindexado com Agr. Há, na verdade, uma coindexação estabelecida entre o PRO, o Agr e o NP¹⁰⁸ pós-verbal. Na estrutura-S (107b), “Agr rege o NP pós-verbal e está coindexado com ele. Portanto, o Caso nominativo é atribuído a esse NP” (CHOMSKY, 1981, p. 263).

No livro *Some concepts and consequences of the Theory of Government and Binding*, Chomsky (1997, p. 86), assumindo que a concordância envolve identidade de traços gramaticais, diz que, “nas línguas [+pro-drop], o sujeito cv [categoria vazia] regido por Agr é *pro* com Caso”. Os traços do pleonástico *pro* são determinados pelas propriedades do DP pós-verbal ao qual está coindexado. Com o alçamento dessa cv, o verbo concorda com o DP na posição a sua direita.

Burzio (1986), por seu turno, também aponta para uma cv na posição de sujeito pré-verbal nas línguas [+pro-drop], coindexada com o DP sujeito pós-verbal.

(108) a. [_i e] arriva [_i Giovanni] (BURZIO, 1986, p. 96)

b. [_i e] Chegaram [_i os cartões de Natal].

Segundo o autor, os traços do sujeito invertido (pós-verbal) são transmitidos para a posição de sujeito (pré-verbal) através da cadeia que os liga. A transmissão de concordância para a posição de sujeito é, então, “automática e necessária” (p. 133).

Com o *there* (ing.), expletivo lexical, na posição Spec de IP ocorre o mesmo. Afirma que o referido expletivo transmite Caso ao DP sujeito na posição posposta ao verbo, por

¹⁰⁷ Neste trabalho, usamos a referida obra de Chomsky mas na sua sétima edição (1997).

¹⁰⁸ DP para fins deste trabalho.

cadeia. Em (109), veremos que há uma coindexação entre esse sujeito não-argumental (i.e., *there*) e o DP pós-verbal. Essa relação entre os sujeitos é responsável pela transmissão de Caso ao sujeito na posição pós-verbal, bem como pela transmissão das características (*features*) do sujeito posposto para o sujeito que ocupa a posição pré-verbal. Tais características podem dizer respeito a número, a pessoa e a gênero.

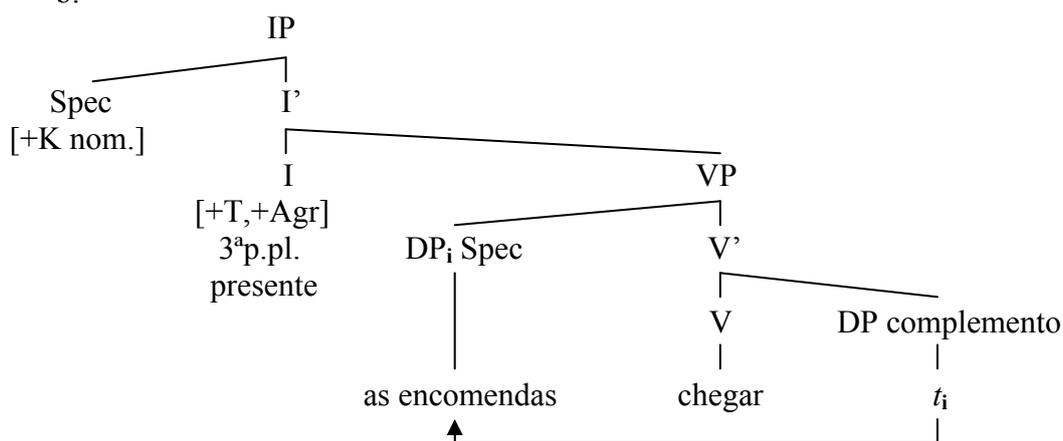
(109) *There_i have arrived [_i three men].* (BURZIO, 1986, p. 93).

Em oposição às ideias anteriores, Belletti (1988 apud M. SILVA, 1996) rejeita totalmente a possibilidade de o Caso nominativo ser transmitido para a posição pós-verbal por meio de uma cadeia. Haja vista essa conclusão, a autora defende dois meios para que o DP receba Caso. O primeiro é que o DP se mova para a posição de sujeito, externa ao VP, sendo, então, marcado com Caso nominativo; e o segundo é que receba o Caso partitivo na sua posição de base, ou seja, dentro do VP.

I. Duarte (2003), para justificar a concordância, formula uma hipótese. Segundo a autora (p. 512), “nestas construções [inacusativas impessoais], tal argumento se move para a posição de especificador de SV¹⁰⁹ e, nesta posição, acede ao Caso nominativo sob comando¹¹⁰ do núcleo Flex¹¹¹ amalgamado com V”. Contemplando essa hipótese, teríamos:

(110) a. *Chegaram as encomendas.* (V + S)

b.



No que diz respeito à concordância do verbo inacusativo na ordem VS, vimos, então, que, no PB falado, de acordo com alguns autores, parece haver a preferência de deixar o verbo

¹⁰⁹ De acordo com este trabalho, VP (Verb Phrase).

¹¹⁰ Ver 3.1 neste trabalho.

¹¹¹ De acordo com este trabalho, I (Inflection).

na 3ª pessoa do singular, invariavelmente. Esses autores tentam buscar o porquê desse fenômeno. Outros autores tratam de descrever e de justificar como se dá a concordância de plural apesar da inversão do sujeito.

4.3 RESUMO

Neste capítulo, a primeira seção apresentou a inacusatividade verbal. Vimos que o que a gramática tradicional classifica simplesmente como verbo intransitivo a gramática gerativa, depois da hipótese inacusativa de Perlmutter e com os estudos realizados por Burzio dentro da GB, classifica como verbo *inacusativo* e *inergativo*. Essa diferenciação é importante e necessária, em virtude de esses verbos apresentarem estruturas sintáticas completamente distintas. Os verbos inacusativos são assim chamados por não atribuírem Caso acusativo ao seu complemento (objeto), como consequência da não-atribuição de papel temático ao argumento externo (Generalização de Burzio). Apresentamos alguns testes diagnosticadores de inacusatividade (verbos inacusativos não podem ser passivados, ex.: **Foi saída a aluna sem uniforme*). Vimos que alguns verbos transitivos (*Os inimigos afundaram o navio*) podem apresentar uma configuração inacusativa (*O navio afundou*), uma vez que o seu DP objeto se move da posição original de complemento para a posição de sujeito (Spec de IP). Esse DP sujeito deriva, portanto, da posição argumental de objeto. É na posição original que o predicado inacusativo atribui-lhe o papel- θ *Tema*, o que o acompanha independente da posição a ocupar (pré- ou pós-verbal).

A segunda seção tratou da inversão do sujeito em sentenças declarativas do PB cujo verbo é o inacusativo. Conforme estudos desenvolvidos, a conclusão é a de que a posposição do sujeito ao verbo é mais comum com verbos monoargumentais (intransitivos, ex.: *Aconteceram as comemorações no mesmo dia*) do que com verbos pluriargumentais (transitivos, ex.: *Encenou o elenco uma comédia*). Além disso, dentre os verbos intransitivos, a ordem VS é ainda mais produtiva com verbos inacusativos (*Saíram os jovens de sempre*) do que com verbos inergativos (*Trabalharam os funcionários no fim de semana*). Vimos que, com os verbos inacusativos da classe daqueles que caracterizam existência, aparição e movimento com direção inerente, quando é requerido um PP locativo, e se este se apresenta como primeiro constituinte da sentença, o DP sujeito acaba ficando na posição pós-verbal. E, por último, abordamos a questão da concordância (I/[+Agr]) com esse sujeito à direita do

verbo, trazendo o posicionamento de alguns autores. Vimos que a gramática gerativa é capaz de justificar a concordância de plural do verbo inacusativo com o DP sujeito invertido, i.e., pós-verbal, em sentenças declarativas do PB.

5 CONCLUSÃO

[...] in their essential properties and even down to fine detail, languages are cast to the same mold. The Martian scientist might reasonably conclude that there is a single human language, with differences only at the margins. (CHOMSKY, 2000, p. 7).

Este estudo foi uma tentativa modesta de fazer um pequeno recorte dentro da sintaxe do PB, no que tange à posposição do sujeito aos verbos inacusativos (monoargumentais), ou seja, à ordem VS, em sentenças declarativas.

O capítulo 1, a introdução, como o próprio nome sugere, serviu como breve apresentação do que nos propusemos a explorar neste trabalho.

Com o capítulo 2, que tratou de conceitos básicos relativos ao léxico e à subcategorização verbal, tentamos apresentar as estruturas sintáticas em geral, os elementos a elas relacionados, bem como explicar como e por que a subcategorização diz respeito unicamente ao complemento de V. Pensamos que, sem esse lastro, não daríamos condições ao professor-leitor, não-familiarizado com a teoria gerativa, de acompanhar o que seria, efetivamente, o mote dessa pesquisa.

O capítulo 3 fez um apanhado de algumas teorias inter-relacionadas, que contemplam a distribuição, a função e a interpretação dos itens lexicais dentro das sentenças. Teorias essas que nos deram respaldo para, por exemplo, entendermos o porquê de a classe dos verbos inacusativos ter esse nome, ou por que um determinado argumento que recebe papel- θ *Tema*, em tese atribuído aos argumentos internos, ocupa a posição de sujeito etc. Ter conhecido um pouco dessas teorias pode ter tornado menos obscura a tarefa, ou a intenção, de compreender questões ligadas à ordem VS no que respeita à concordância, por exemplo.

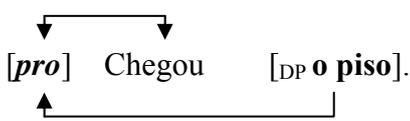
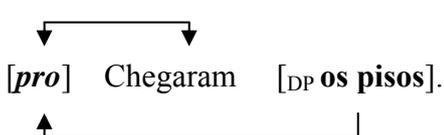
O capítulo 4 foi *a ponta do iceberg*. Nele, vimos que, com base nos autores citados, a ordem VS é mais corrente com os verbos intransitivos do que com os verbos transitivos. Dentre os intransitivos, parecem ser os inacusativos os “preferidos” para a ordem VS. Há situações que envolvem particularmente os verbos inacusativos de existência, de aparição ou de movimento com direção inerente. Estes, por exigirem a presença de um PP locativo, e se esse PP vier como o primeiro constituinte da sentença, acabam tornando a inversão do sujeito quase que compulsória.

Do nosso ponto de vista, a questão mais intrigante a rondar a ordem VS, com verbos monoargumentais, está relacionada à concordância do verbo com o DP sujeito posposto.

Vimos que há autores que apontam para duas possibilidades, a concordância e a não-concordância do verbo com o DP a sua direita. A primeira possibilidade (ver (1)), a de o verbo concordar com o DP a sua direita, deve-se à cadeia estabelecida entre o DP sujeito posposto e o *pro* (cf. CHOMSKY, 1981; BURZIO, 1986; M. SILVA, 1996); a segunda (ver (2)), a de o verbo se manter invariavelmente na 3ª pessoa do singular, revela a concordância com o *expletivo nulo* (cf. MENUZZI, 2003; MIOTO et al., 2007), considerado singular.

- (1) [expl. *pro*] Chegaram *os pisos*.
 (2) [expl. *pro*] Chegou os pisos.

Com base no estudo realizado, motivado pelo tema desta dissertação de mestrado, discordamos das justificativas oferecidas pelos autores que falam da permanência do verbo inacusativo na 3ª pessoa do singular na ordem V + S. Comparar o *expletivo nulo* [*pro*] aos *expletivos lexicais* *It* (ing.) e *Il* (fr.) para justificar a permanência do verbo na 3ª pessoa do singular invariavelmente nos parece um equívoco. Os *expletivos lexicais* *It* e *Il* são pronomes (*expletivos*) de 3ª pessoa do singular. Eles, pelos próprios traços que carregam, exigem a concordância do verbo; portanto, o verbo presente nunca concordará com o DP pós-verbal. Entretanto, o *expletivo nulo* [*pro*], ao contrário dos *lexicais It* ou *Il*, permite a transmissão da concordância, por cadeia com o DP pós-verbal. O [*pro*], ocupante da posição Spec de IP, uma exigência do EPP, está coindexado ao DP pós-verbal, compartilhando de todos os seus traços, justificando, então, a concordância de plural:

- (3) [*pro*] Chegou [DP *o piso*].

 (4) [*pro*] Chegaram [DP *os pisos*].


Portanto, na ordem V + S, com os **verbos inacusativos**, o verbo, dependendo dos traços do DP a sua direita (cf. (3) e (4)), apresentar-se-á na 3ª pessoa do singular ou na 3ª pessoa do plural.

Na medida em que este trabalho foi-se desenvolvendo, tivemos a oportunidade de verificar a gama de assuntos existentes na esfera da inacusatividade e da ordem VS. É

compreensível, tendo em vista tantos temas estarem relacionados, direta ou indiretamente. Inspirados por este estudo, elencamos alguns tópicos que “bateram a nossa porta” durante o trabalho, e aos quais não pudemos dar o devido espaço, a saber, *verbos inacusativos vs. inergativos, construções inacusativas de forma mais ampla (voz passiva, voz média, verbos cópula), abordagem semântica dos verbos inacusativos, posição do DP sujeito em sentenças interrogativas (wh-/qu-) com verbos inacusativos...* Felizmente, haverá sempre lugares para novos enfoques, para novos dizeres.

Da contribuição...

Que bom se este trabalho, produzido à luz da GB, corroborando o modelo gerativista, trouxesse contribuições, de alguma forma, para o ensino de línguas.

Do futuro...

Reproduzindo, aqui, a “certeza” de José Saramago (ver epígrafe), “**É preciso recomeçar a viagem. Sempre. O viajante volta já**”, nós também pensamos em voltar. Pensamos em continuar a nossa pesquisa em busca de mais produção de conhecimento. Em busca de novos desafios. Em busca de caminhos que levem a interfaces. Em busca de um “casamento” sintático-semântico, talvez.

REFERÊNCIAS

ADGER, David. **Core syntax: a minimalist approach**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; EVERAERT, Martin. Introduction. In: ALEXIADOU, Artemis et al. (ed.). **The unaccusativity puzzle – explorations of the syntax-lexicon interface**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

AMBAR, Maria Manuela. **Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português**. Lisboa: Colibri, 1992.

BURZIO, Luigi. **Italian syntax – a government-binding approach**. Dordrecht: Reidel, 1986.

CANÇADO, Márcia. A teoria da proeminência de Grimshaw e os psico-verbos do português brasileiro. In: **D.E.L.T.A.**, 11. 2:279-99. 1995. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/profs/marciacancado/dados/arquivos/grimshawdelta.pdf>. Acesso em: 8 de novembro de 2010, às 23h25min.

CANÇADO, Márcia. Argumentos: complementos e adjuntos. In: **ALFA – Revista de Linguística**, vol. 53, número 1, 2009, pp. 35-59. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/profs/marciacancado/dados/arquivos/argumentos%20complementos%20e%20adjuntos.pdf>. Acesso em: 8 de novembro de 2010, às 22h.

CARVALHO, Guilhermina Mendes. **Inacusatividade e ergatividade na fala rural do PB**. Disponível em: <http://www.inventario.ufba.br/05/05gcarvalho.htm>. Acesso em: 1º de março de 2010, às 21h10min.

COOK, Vivian J. e NEWSON, Mark. **Chomsky's universal grammar – an introduction**. 2.ed. Oxford: Blackwell, 1996.

CHOMSKY, Noam. **Reflexões sobre a linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1980.

CHOMSKY, Noam. **Lectures on government and binding – The Pisa lectures**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of language, its nature, origin, and use**. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam. **Language and problems of knowledge**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

CHOMSKY, Noam. **Barriers**. 3.ed. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

CHOMSKY, Noam. **Some concepts and consequences of the theory of government and binding**. 7.ed. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1997.

CHOMSKY, Noam. **New horizons in the study of language and mind**. Cambridge: University of Cambridge, 2000.

CONTERATTO, Gabriela Betania Hinrichs. **Adjetivos: uma representação linguístico-computacional**. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

COWPER, Elizabeth A. **A concise introduction to syntactic theory, the government–binding approach**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

CULICOVER, Peter W. **Principles and parameters – an introduction to syntactic theory**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary Aizawa (orgs). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: UNICAMP, 1993.

DUARTE, Inês. A família das construções inacusativas. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5.ed. Lisboa: Caminho, 2003. pp. 507 – 548.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira, desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

GARCIA, Afrânio da Silva. Uma tipologia semântica do verbo no português. In: **Revista SOLETRAS**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, nº 8 (supl.). Disponível em: <http://www.filologia.org.br/soletras/8sup/5.htm>. Acesso em: 8 de novembro de 2010, às 11h12min.

GRIMSHAW, Jane. **Argument structure**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992.

HAEGEMAN, Liliane. **Introduction to government & binding theory**. 2.ed. Oxford: Blackwell, 1994.

HAEGEMAN, Liliane. **Thinking syntactically – A guide to argumentation and analysis**. Oxford: Blackwell, 2006.

JACKENDOFF, Ray. **Semantic interpretation in generative grammar**. 2.ed. Cambridge, Massachusetts: MIT, 1975.

JACKENDOFF, Ray. **Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

JANKE, Vikki. **Control without a subject**. Disponível em: <http://www.phon.ucl.ac.uk/publications/WPL/05papers/janke.pdf>. Acesso em: 11 de julho de 2010, às 22h46min.

KATO, Mary Aizawa. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. In: **Fórum Linguístico**. Florianópolis: UFSC, 2000. Vol. 2, Nº 1, 2000, p. 97-127. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/issue/view/1001>. Acesso em: 25 de novembro de 2010, às 19h05min.

KATO, Mary Aizawa. A evolução da noção de parâmetros. In: D.E.L.T.A., Vol. 18, Nº 2, São Paulo, 2002, p. 309-37. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502002000200006. Acesso em: 21 de setembro de 2010, às 17h20min.

LASNIK, Howard; URIAGEREKA, Juan. **A course in GB syntax – lectures on binding and empty categories**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

LASNIK, Howard; URIAGEREKA, Juan. **A course in minimalist syntax – foundations and prospects**. Mass.: Blackwell, 2005.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. **Unaccusativity at the syntax-lexical semantics interface**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1996.

MENUZZI, Sergio de Moura. **A ordem verbo-sujeito no português do Brasil: algumas abordagens e questões em aberto.** (cópia xerográfica do trabalho apresentado no III Congresso Internacional da ABRALIN, UFRJ, 2003)

MIOTO, Carlos et al. **Novo manual de sintaxe.** 3.ed. Florianópolis: Insular, 2007.

NAPOLI, Donna Jo. **Syntax: theory and problems.** New York: Oxford, 1993.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati et al. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística – II Princípios de análise.** São Paulo: Contexto, 2007. pp. 81-109.

PERLMUTTER, David. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. In: **Berkeley Linguistic Society (4th Annual Meeting)**, 1978, pp. 157-189, University of California.

PESETSKY, David. **Zero syntax – experiencers and cascades.** Massachusetts: MIT, 1995.

PONTES, Eunice Souza Lima. **Sujeito: da sintaxe ao discurso.** São Paulo: Ática, 1986.

RAPOSO, Eduardo P. **A teoria da gramática. A faculdade da linguagem.** 2.ed. Lisboa: Caminho, 1992.

RAPOSO, Eduardo P. **Da teoria de Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista: algumas ideias-chave.** (cópia xerográfica de maio de 1998)

SPANO, Maria. **A ordem verbo-sujeito no português brasileiro e europeu: Um estudo sincrônico da escrita padrão.** 2008. 191 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Adriana C. R. Q. da. **Small clauses: infinitivo flexionado vs. bare & to-infinitives – a comparison in case assignment.** 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Maria Cristina Figueiredo. **A posição sujeito no português brasileiro – frases finitas e infinitivas.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

WEBELHUTH, Gert (ed.). **Government and binding theory and the minimalist program**. Oxford: Blackwell, 1995.

Fontes de exemplos:

- Clássicos da literatura estrangeira

DOYLE, Conan. **Sherlock Holmes**. Paris: Rouge & Or, 2008.

WILDE, Oscar. **The picture of Dorian Gray**. Hertfordshire: Wordsworth, 1992.

- Gramáticas

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BIBER, Douglas et al. **Longman Grammar of spoken and written English**. Harlow: Pearson Education, 1999.

CELCE-MURCIA, Marianne; LARSEN-FREEMAN, Diane. **The grammar book – An ESL/EFL Teacher’s course**. 2.ed. Boston: Heinle, 1999.

POLITO, André Guilherme. **Michaelis italiano: gramática prática**. São Paulo: Melhoramentos: 2007.

TORREGO, Leonardo Gómez. **Gramática didáctica del español**. 5.ed. Madrid: Ediciones SM, 1999. 543p.

- Jornais

CASTELLANO G., Ángeles. La lámpara minera cumple 50 años. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/cultura/lampara/minera/cumple/anos/elpepucul/20100806elpepucul_8/Tes
Acesso em: 6 de agosto de 2010, às 17h38min.

Festa junina no Bom Pastor. In: **Jornal A Ponte**. Nova Petrópolis/RS, N° 614, Ano 34, 1ª quinzena de julho/2010, p. 3.

La remodelada plaza de toros de Tarragona no acogerá más corridas. Disponível em:
http://www.elpais.com/articulo/espana/remodelada/plaza/toros/Tarragona/acogera/corridas/elpepucul/20100806elpepunac_11/Tes. Acesso em: 6 de agosto de 2010, às 18h01min.

SIMONIELLO, Tina. Disturbi alimentari: anoressia e bulimia fenomeni in crescita ecco i centri a cui rivolgersi. Disponível em:
http://www.repubblica.it/salute/alimentazione/2010/06/22/news/anoressia_e_bulimia_fenomeni_in_crescita_ecco_i_centri_a_cui_rivolgersi-5584203/. Acesso em: 6 de agosto de 2010, às 15h25min.

Se Bacco è di famiglia. Disponível em: <http://temi.repubblica.it/casa/2010/11/08/se-bacco-e-di-famiglia/> Acesso em: 12 de novembro de 2010, às 19h35min.